



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro

Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque

Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017

Rio de Janeiro

2021

Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque

Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

R786 Roque, Carlos Eduardo Abbud Hanna

Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017 / Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque – 2021.

128 f.

Orientador: Martinho Braga Batista e Silva

Mestrado (Dissertação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Pessoas em situação de rua – Teses. 2. Apoio social – Teses. 3. Saúde pública – Teses. 4. Segurança – Teses. I. Silva, Martinho Braga Batista e. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 304:07

Bibliotecária: Joice Soltosky Cunha – CRB 7 5946

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque

Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 01 de outubro de 2021.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Braga Batista e Silva
Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora: _____
Prof. Dr. André Luis de Oliveira Mendonça
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Rogério Lopes Azize
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Kelly dos Santos
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação para todas as pessoas em situação de rua e para todos aqueles que se dedicam na defesa dos direitos sociais dessa população, com o desejo de uma sociedade mais humana e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador Martinho Silva, que me acolheu e apoiou minha proposta de pesquisa. Sou grato pelas orientações, disponibilidade, atenção e paciência para que fosse possível a realização dessa dissertação.

Estou certo que não teria concluído essa dissertação se não fosse pelo carinho, serenidade, suporte, e ensinamentos de Igor Lacerda. Ter você ao meu lado foi essencial para que essa jornada fosse mais suave. Também sou imensamente grato por todo o conhecimento da área da comunicação compartilhado.

Agradeço aos meus pais, Leila e Roque, por me apoiarem e me incentivarem a buscar o aprimoramento intelectual e moral. E a minha irmã, Ana Carolina, por sempre ter uma palavra amiga e torcer pelo meu sucesso.

Agradeço a todos os profissionais do Consultório na Rua de Manguinhos por compartilharem comigo suas experiências e me fazerem sentir parte da equipe. Um agradecimento especial ao Enfermeiro Marcelo Costa e à Médica Valeska Antunes, os ensinamentos clínico e humanitário foram engrandecedores.

Agradeço aos professores André Mendonça e Adriana Kelly pelas contribuições na qualificação do projeto de mestrado, pelo compartilhamento de saberes e pelo estímulo para dar prosseguimento na pesquisa.

Por fim, agradeço aos professores e corpo administrativo do Instituto de Medicina Social da UERJ que, mesmo em meio a pandemia do coronavírus, foram capazes de seguir com as atividades acadêmicas.

Viva o SUS e a Universidade Pública!

"Velha calçada,
Aqui me despeço depois de muito tempo.
Confesso que vou sentir saudades,
Pois foi você quem mais presenciou momentos ruins em minha vida.
Lembra aquele dia em que eu não tinha onde dormir?
Pois você deu um jeito e dormimos juntos.
E aquele dia em que eu desmaiei por sentir fome?
Então você me segurou e esperou até que a emergência chegasse.
E depois que sai do hospital, você ainda me esperava.
Obrigado, velha calçada!"

Gilberto Camporez

RESUMO

ROQUE, Carlos Eduardo Abbud Hanna. *Criminosos, carentes ou doentes? Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo marcado pela pobreza extrema, que possui vínculos familiares rompidos ou enfraquecidos, e utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas para moradia e sustento. No território nacional, a população em situação de rua é composta em sua maior parte por homens, pardos e pretos, na faixa etária dos 30 a 59 anos, com baixa escolaridade. Dentre os fatores que levam essas pessoas às ruas estão, principalmente, a ruptura familiar, o uso de álcool e drogas e o desemprego. No ano de 2009 foi publicada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que regulamenta os princípios, diretrizes e objetivos para promoção e garantia dos direitos dessa população. No decorrer do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, ocorreram diversas transformações influenciadas por situações internas e externas e, entre elas, a preparação para os megaeventos, que tiveram grande impacto econômico e social. Durante a preparação da cidade para os eventos internacionais houve a expulsão de pessoas em situação de rua das áreas centrais e turísticas para áreas ou abrigos distantes, situação legitimada pelo jornalismo como medida de readequação do espaço urbano, combate à desordem e à criminalidade. Diante desse cenário, surge o questionamento de como a população em situação de rua é representada no jornalismo, mais especificamente no jornal O Globo, principalmente nesse período após os megaeventos no Rio de Janeiro. Nossa hipótese considera que as pessoas em situação de rua eram representadas principalmente como desordeiros e potenciais autores de delitos, pouco se discutindo sobre questões ligadas à saúde e à assistência social. Utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) foram analisadas reportagens sobre “moradores de rua” no jornal O Globo no ano de 2017, através do processo de exploração e categorização do material. Por fim, os resultados encontrados apontam que esse segmento populacional foi representado majoritariamente pela perspectiva da segurança pública, associados à criminalidade e a desordem urbana, seguido pela assistência social, em decorrência do alto grau de vulnerabilidade. Poucas reportagens discutiram questões ligadas à saúde pública, com destaque para o uso de drogas.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua. Assistência Social. Saúde Pública. Segurança Pública.

ABSTRACT

ROQUE, Carlos Eduardo Abbud Hanna. *Criminals, needy or sick people? Representations of homeless population on the pages of a Rio newspaper in 2017*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The homeless population is a heterogeneous group marked by extreme poverty, with broken or weakened family ties, and using public spaces and degraded areas for livelihood. In the national territory, the homeless population is mostly made up of men, black people, aged between 30 and 59 years, with low education. Among the factors that lead these people to the streets are, mainly, family breakdown, the use of alcohol and drugs and unemployment. In 2009, the National Policy for the Homeless Population was published, which regulates the principles, guidelines and objectives for promoting and guaranteeing the rights of this population. During the development of the city of Rio de Janeiro, there were several transformations influenced by internal and external situations and, among them, the preparation for the mega-events, which had a great economic and social impact. During the city's preparation for international events, homeless people were expelled from the central and tourist areas to distant areas or shelters, a situation legitimized by journalism as a measure of readjustment of the urban space, combating disorder and crime. Faced with this scenario, the question was how the homeless population is represented in journalism, more specifically in the newspaper O Globo, especially in this period after the mega-events in Rio de Janeiro. Our hypothesis considers that people living on the streets were mainly represented as troublemakers and potential perpetrators of crimes, with little discussion on issues related to health and social assistance. Using the Content Analysis methodology proposed by Bardin (2016), reports on “*morador de rua*” in the newspaper O Globo in 2017 were analyzed, through the process of exploration and categorization of the material. Finally, the results found show that this population segment was mostly represented by the perspective of public safety, associated with crime and urban disorder, followed by social assistance, due to the high degree of vulnerability. Few reports discussed issues related to public health, with emphasis on drug use.

Keywords: Homeless population. Social assistance. Public health. Public security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Medo no fim do túnel.....	55
Figura 2 –	Onda de roubos no calçadão.....	57
Figura 3 –	Canais têm drogas, colchões e até varais.....	59
Figura 4 –	A paz ameaçada.....	61
Figura 5 –	O silêncio de Fernanda	63
Figura 6 –	Cerco à “turma da massagem”	
Figura 7 –	Ambulantes e moradores de rua se multiplicam	65
Figura 8 –	Em busca de novos rumos para a Praça Tiradentes.....	68
Figura 9 –	Mais moradores de rua na região.....	69
Figura 10 –	O eterno canteiro de Alah.....	70
Figura 11 –	População de rua: igrejas poderão ajudar.....	71
Figura 12 –	Esperança sobre quatro rodas para crianças de rua.....	73
Figura 13 –	Enquanto a cidade dorme, quem vive ao relento enfrenta o frio.....	74
Figura 14 –	Centro da desordem.....	75
Figura 15 –	Centro 24 horas: A região onde a desordem dita a rotina.....	77
Figura 16 –	Centro 24 horas.....	79
Figura 17 –	Crack: Velho vício, nova face.....	82
Figura 18 –	Saúde pede de volta a verba contra crack.....	86
Figura 19 –	Para debaixo do papelão.....	88
Figura 20 –	Espécie de chuveiro instalado em marquise causa polêmica.....	90
Figura 21 –	Chuveirinho não é exclusividade do Roxy.....	91
Figura 22 –	Frequentadores reclamam da má conservação do ‘santuário’	92
Figura 23 –	Caos do Valongo.....	96
		98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População em situação de rua no Brasil.....	20
Gráfico 2 – “Moradores de Rua” no jornal O Globo em 2017.....	51
Gráfico 3 – “Moradores de Rua” no jornal O Globo em 2017: reportagens mensais.....	52
Gráfico 4 – Frequência das categorias nas reportagens.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Descritor, termos alternativos e definição.....	39
Quadro 2 –	Resultados identificados para os descritores.....	41
Quadro 3 –	Termos Utilizados no jornal O Globo.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AP	Áreas de Planejamento
APS	Atenção Primária à Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CentroPOP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CnaR	Consultório na Rua
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CSC	Ciência e Saúde Coletiva
CSP	Cadernos de Saúde Pública
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
FGV	Fundação Getúlio Vargas
INTERF	Interface: Comunicação, Saúde, Educação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNASP	Política Nacional de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TDO	Tratamento diretamente observado

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTEXTO E TRAJETÓRIA.....	18
1.1	Estimativas, perfil sociodemográfico e contexto urbano de pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro.....	18
1.2	Normativas sobre as pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro	23
1.3	Marcos históricos sobre as pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro.....	28
1.4	Referenciais teóricos para o estudo das pessoas em situação de rua.....	33
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.1	Procedimentos de coleta de dados	41
2.2	Procedimentos de análise de dados.....	42
2.3	Limites e possibilidades dos procedimentos metodológicos.....	46
2.4	Caminhos metodológicos	49
2.5	Exploração do material e categorização	51
3	REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO O GLOBO	53
3.1	Segurança Pública – O morador de rua como autor da violência.....	53
3.2	Segurança Pública – O morador de rua como vítima da violência.....	63
3.3	Segurança Pública – Ordem pública.....	67
3.4	Assistência Social – Uma população vulnerável	72
3.5	Cidade dormitório	77
3.6	Saúde Pública – Acesso à saúde, doenças infectocontagiosas, álcool e outras drogas.....	83
3.7	A arquitetura hostil do Rio de Janeiro: O caso do “chuveirinho”.....	89
3.8	Cais do Valongo: moradores de rua dormem em suas pedras.....	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXO	108

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2017 e 2019, durante meu processo de formação profissional, realizei a residência médica em medicina de família e comunidade em um programa na cidade do Rio de Janeiro. Dentre as atividades propostas existia um estágio optativo, que realizei no ano de 2018, sendo que escolhi acompanhar a equipe do Consultório na Rua (CnaR) de Manguinhos, na Zona Norte do Rio, mais especificamente na Área de Planejamento 3.1, um dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua.

O interesse em realizar o estágio no CnaR surgiu de uma experiência profissional prévia, pois ao término da graduação em medicina assumi como médico da estratégia de saúde da família uma equipe de uma Clínica da Família carioca. Essa unidade de saúde abrangia um território em que existiam áreas com pessoas em situação de rua, e em diversas situações nas quais essa população acessava a unidade de saúde eu percebia certa restrição de alguns profissionais da saúde em atender esse grupo, pois se sentiam incomodados com a presença deles e acreditavam que era responsabilidade do CnaR. No entanto, o CnaR é um equipamento do território que tem por objetivo apoiar as unidades da Atenção Primária à Saúde (APS) no acompanhamento e cuidado da população em situação de rua, sendo as Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde responsáveis por todos aqueles que vivem no território da área de abrangência, incluindo a população em situação de rua.

No decorrer do estágio no Consultório na Rua de Manguinhos fui inserido dentro da rotina da equipe, participando ativamente das atividades desenvolvidas cotidianamente, interagindo com os profissionais da equipe. Tive a oportunidade de acompanhar o acolhimento de diversos pacientes em situação de rua, tanto em atendimentos no consultório, como em atividades nas ruas e em cenas de uso de drogas.

Nos atendimentos ambulatoriais do CnaR, que ocorriam dentro de um consultório fixado em uma Clínica da Família, os casos que vi com maior frequência eram de pessoas em situação de rua com diagnóstico de tuberculose pulmonar, infecção pelo vírus HIV, transtornos mentais e uso de álcool e drogas. Além disso, era comum que essa população procurasse a equipe com queixa de lesões e infecções de pele, cefaleia, dores articulares, e ferimentos provenientes de agressões.

Nessas diversas interações, a questão da violência era frequente, e ela era apresentada de muitas formas e contextos, sendo possível perceber o modo como os profissionais dessa

equipe multiprofissional compreendiam, abordavam e valorizavam os relatos de casos de violência vivenciados pelas pessoas em situação de rua. As narrativas revelavam casos de violência autoprovocada, agressão física entre as próprias pessoas em situação de rua, agressão física praticada por transeuntes e agressão física por ação de agentes de segurança, além disso, a violência psicológica/moral também era sentida, através da rejeição, discriminação, desrespeito, afetando negativamente a autoestima e a identidade da pessoa.

Um dos atendimentos na unidade foi marcante. Um rapaz jovem que se encontrava em situação de rua desde a adolescência em decorrência de conflitos familiares e uso de drogas, há menos de um ano tinha recebido o diagnóstico de infecção pelo vírus HIV e estava em uso regular da medicação antirretroviral, medicação essa que ficava armazenada na unidade de saúde, aonde ele ia de segunda a sexta tomar a medicação e levava as cápsulas para o final de semana. Em seu relato ele falou sobre as diversas situações a que estava exposto nas ruas, sobre as agressões que já havia sofrido, mostrou suas cicatrizes e disse que por diversas vezes teve seus bens roubados ou tomados, e com isso perdia seu frasco de remédios, encontrando na equipe do CnaR o apoio para conseguir dar seguimento no seu tratamento e acompanhamento.

Nas ações que ocorriam nas ruas eram oferecidos atendimentos às pessoas encontradas durante as abordagens no território e em cenas de uso de drogas, os agentes comunitários de saúde buscavam as pessoas em situação de rua com diagnóstico de tuberculose para realização do tratamento diretamente observado e eram desenvolvidas atividades em conjunto com outros serviços da rede de atenção à saúde, como, por exemplo, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Ao longo desse processo também foi possível observar a atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, pois diversas ações eram realizadas em conjunto com a equipe da saúde, fortalecendo a rede de atenção à essa população. Além disso, a equipe do CnaR contava com uma assistente social que era responsável por fornecer orientações às pessoas em situação de rua a respeito dos serviços relativos à rede assistencial do município, bem como fazer as articulações necessárias em cada caso junto às unidades especializadas em assistência social.

Uma ação promovida no território que merece destaque ocorria mensalmente em locais de cena de uso de drogas, essa atividade contava com a participação da saúde, assistência social, organizações não governamentais (ONGs) e lideranças comunitárias, e consistia em uma roda de samba para a população em situação de rua. Os profissionais tocavam instrumentos e essa população era convidada ao microfone em um palco

improvisado embaixo de uma passarela no meio das pistas da Avenida Brasil, enquanto ocorria essa interação e troca de experiências, as equipes do CnaR e da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos realizavam abordagem da população em situação de rua que ali se encontrava, oferecendo cuidados em saúde assim como a possibilidade de acolhimento em abrigos municipais.

A proposta para o desenvolvimento desta dissertação surgiu a partir dessas experiências com essa população, tendo como objetivo analisar como as pessoas em situação de rua são representadas na mídia através de reportagens jornalísticas, fazendo um contraponto entre segurança pública, assistência social e saúde pública, e como que por muitas vezes o modo como essas reportagens discutem o tema reforça preconceitos.

Partimos da hipótese que, no ano próximo aos megaeventos, a população em situação de rua era representada no O Globo (jornal de referência e um dos mais lidos do Rio de Janeiro) pelo viés da segurança pública em detrimento da assistência social e saúde pública. Para melhorar a imagem da cidade, uma possibilidade potencializada por esses eventos internacionais, as pessoas em situação de rua eram representadas como marginais e desordeiros, que impossibilitava o desenvolvimento social e econômico da cidade. O jornal os representa poucas vezes como pessoas que precisam de assistência social e garantia ao acesso integral à saúde, pelo contrário: em muitos casos são produzidas significações que reforçam a ideia de sujeitos perigosos que precisam ser controlados por agentes de segurança pública.

Para atingir o objetivo proposto foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, seguindo a perspectiva teórico-metodológica de Bardin (2016). Essa autora é importante por possibilitar uma leitura aprofundada das reportagens selecionadas para compor o *corpus* desse trabalho, indo além das primeiras impressões que se tem do conteúdo. Para explicar melhor e problematizar as significações identificadas através da análise dos textos jornalísticos, foi escolhida a teoria de representações sociais conforme Jovchelovitch (2000). A autora compreende que tais representações tem a chance de construir e reconstruir a realidade uma vez que possui um caráter de produção de sentido, revelando o trabalho da psique humana sobre o mundo.

Neste trabalho, a população em situação de rua é entendida como um grupo plural.. Alguns vão para as ruas por conflitos familiares, outros pelo uso de álcool e drogas, e em decorrência do desemprego. Embora a predominância seja de indivíduos do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade, entre 30 e 59 anos, também existem mulheres, idosos, crianças, caucasianos e pessoas com maior nível de escolaridade. No entanto, é importante

destacar que todos eles têm em comum a utilização das ruas para sobrevivência e moradia, e são submetidos à exclusão social.

O primeiro capítulo apresenta as dificuldades em estabelecer uma estimativa precisa da população em situação de rua no Brasil e os estudos realizados para determinar o quantitativo dessa população e sua distribuição nos estados brasileiros. Ainda mais especificamente, está presente a contagem desse grupo na cidade do Rio de Janeiro, bem como o perfil sociodemográfico. O contexto do Rio de Janeiro no período de análise é apresentado, uma realidade em oposição à vivenciada na época dos megaeventos, principalmente na preparação dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Ainda no primeiro capítulo é destacada a Política Nacional para a População em Situação de Rua com seus princípios, diretrizes e objetivos. São apresentados também os elementos da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com especial atenção às Equipes do Consultório na Rua e a organização da Atenção Primária à Saúde na cidade do Rio de Janeiro; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS); e a Política Nacional de Segurança Pública (PNASP).

Em sequência há uma breve retrospectiva histórica para compreensão do estabelecimento da população em situação de rua no Brasil a partir da análise dos casos tipificados do ponto de vista do direito penal como vadiagem. E por fim é apresentado o panorama dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro e estudos relacionados à vivência nas ruas.

O segundo capítulo apresenta a principal pergunta de pesquisa: “Como são representados os “moradores de rua” no jornal O Globo pós-megaeventos?”, e traz o objetivo do estudo, que consiste na análise da representação da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro após os megaeventos pela mídia impressa, e se essa população é representada como criminosa, doente ou carente de proteção social. São apresentados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os resultados encontrados nas bases bibliográficas.

Os procedimentos para coleta de dados foram descritos, elucidando o modo de busca através da plataforma do acervo do jornal O Globo, assim como os resultados encontrados. Importante ressaltar que embora não seja o termo mais adequado da perspectiva das políticas públicas, “morador de rua” foi mais frequentemente utilizado nas reportagens publicadas. Há descrição dos procedimentos de análise de dados, com enfoque na Análise de Conteúdo seguindo as diretrizes propostas por Bardin (2016), evidenciando os limites e possibilidades

dos procedimentos metodológicos, e o emprego da teoria das representações de acordo com Jovichelovitch (2000).

Seguindo no segundo capítulo, estão descritos os passos para o desenvolvimento metodológico desta dissertação, os mecanismos utilizados na pré-análise, exploração do material e análise dos resultados. Por fim, são apresentados os dados obtidos na análise quantitativa, com a frequência de cada categoria encontrada nas reportagens.

O terceiro capítulo aborda a análise qualitativa do material, com a elucidação das representações encontradas no material selecionado do jornal, sendo selecionadas as reportagens relacionadas com as categorias temáticas mais frequentes e com maior destaque, com foco nas áreas de segurança e ordenamento público, assistência social e saúde pública.

1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTEXTO E TRAJETÓRIA

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo que utiliza o espaço da rua como sobrevivência e moradia, submetidos à um processo de exclusão social caracterizado pela condição de pobreza e falta de pertencimento social, e tem como principais motivos relacionados com a ida às ruas as rupturas familiares, desemprego, violência, alcoolismo, uso de drogas e doença mental (COSTA, 2005).

Um dos grandes desafios que envolve a população em situação de rua no Brasil é com relação aos dados oficiais de contagem populacional, uma vez que o censo demográfico decenal não inclui em seus objetivos a averiguação do número total da população não domiciliada. Essa carência de dados dessa população no censo demográfico é explicada pela complexidade técnica de produção de uma pesquisa com indivíduos que não possuem endereço fixo. A falta dessas informações dificultam a elaboração e execução de políticas públicas destinadas a esse segmento populacional (IPEA, 2016).

O Rio de Janeiro, assim como as grandes metrópoles globais, apresenta desafios econômicos, ambientais e sociais que compelem à necessidade de adotar políticas públicas apoiadas na sustentabilidade urbana, enfrentando essas questões de modo integrado, pois essas políticas públicas devem promover desenvolvimento econômico, geração de empregos, inclusão social, oferta de serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos, e proteção ao meio ambiente. E esse modelo de gestão urbana foi referendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no preâmbulo da Agenda 2030, documento pactuado na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 (RUEDIGER, 2017).

1.1 Estimativas, perfil sociodemográfico e contexto urbano de pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro

No intuito de atender a demanda da contagem oficial da população em situação de rua, que inclusive constitui um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua de 2009, ocorreram iniciativas de diversos municípios brasileiros, através principalmente da utilização do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS). Por sua vez, no ano de 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

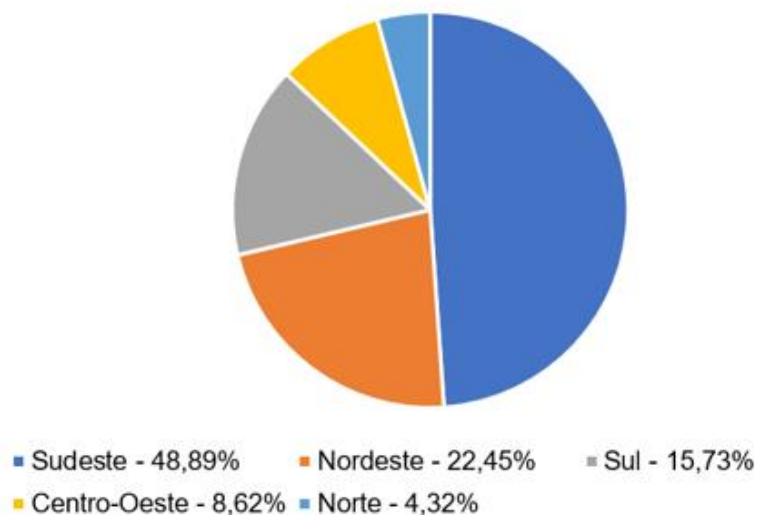
publicou a “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil”, estudo desenvolvido a partir dos dados disponibilizados no Censo SUAS de 1.924 dos mais de 5 mil municípios brasileiros, ou seja, menos da metade de nossas cidades.

O Censo SUAS é uma ferramenta eletrônica de coleta de dados institucionais anuais das secretarias e conselhos municipais e estaduais de assistência social e de equipamentos públicos como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), através dele é possível saber se determinada cidade tem conhecimento da quantidade de pessoas em situação de rua em seu território (IPEA, 2016).

Tendo como base os dados do Censo SUAS, o propósito do estudo desenvolvido pelo IPEA (2016) foi apresentar a estimativa nacional da população em situação de rua. A partir dessas informações foram identificados fatores que estavam relacionados com a variabilidade do número de pessoas em situação de rua em determinada localidade. O fator mais relevante foi o número de habitantes do município, pois quanto mais populoso o município maior a probabilidade de existirem pessoas em situação de rua. O segundo fator foi a pobreza, relacionada à questão da privação econômica, exclusão e vulnerabilidade social. O terceiro foi a centralidade e o dinamismo urbano, pois o centro de uma região metropolitana tende a receber pessoas em situação de rua do mesmo modo que recebe uma população pendular diariamente. O quarto fator se relaciona com a atuação do município e das entidades da sociedade civil conveniadas no acolhimento e atenção à essa população. E, por fim, o quinto fator foi o número de pessoas em situação de rua cadastrados pelos municípios no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, considerando que há diferença entre o número efetivo de cadastros e o número total dessa população nas ruas.

Os dados apresentados na “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” (IPEA, 2016) apontam que existem aproximadamente 101.854 em situação de rua no território nacional, enquanto são mais de 200 milhões de habitantes no país. A maior parte dessa população encontra-se reunida em municípios maiores, já que 77,02% habitam municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Com relação à organização regional, 48,89% dessa população está concentrada na região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste com 22,45%, Sul com 15,73%, Centro-Oeste com 8,62%, enquanto na região Norte está presente somente 4,32% dessa população.

Gráfico 1 – População em situação de rua no Brasil

Distribuição Territorial - População Em Situação de Rua
(IPEA, 2016)

*Fonte: “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” (IPEA, 2016)

Vale ressaltar que o citado estudo desenvolvido pelo IPEA teve a intenção de apresentar uma estimativa do número e da distribuição da população em situação de rua no território nacional, de maneira que não foram realizadas análises do perfil desse grupo (IPEA, 2016).

O governo da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2018, apoiado na Política Nacional para a População em Situação de Rua, elaborou um estudo para obter dados oficiais da contagem dessa população no município. Sua finalidade explícita foi planejar, implementar e aprimorar políticas públicas destinadas a esse grupo, possibilitando o desenvolvimento de ações com o propósito de superar questões de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos desses indivíduos (BRASIL, 2018).

Esse estudo foi realizado através de uma parceria entre a Coordenadoria de Integração e Monitoramento, da Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania, e o Instituto Pereira Passos, sendo denominado “Somos Todos Cariocas – Levantamento da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro”. Seu objetivo foi o mapeamento, quantificação e captação de informações dessa população no território do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 2018).

Considerando a complexidade para a realização dessa pesquisa no contexto da cidade do Rio de Janeiro, as instituições parceiras optaram por um levantamento quantitativo. Foram incluídos nas pesquisas e considerados como pertencentes ao grupo de pessoas em situação de rua os indivíduos que utilizam as ruas como local de dormitório e os usuários acolhidos na rede sócio assistencial pública do município. Para a coleta de dados foram utilizados três questionários específicos: para os usuários na rua; na unidade de acolhimento; e observação, que seria utilizado para fins de contagem apenas nos casos de recusa por parte do entrevistado ou em cenários impeditivos como em situação de iminente risco ou violência. Esses questionários abordavam questões relativas à demografia, escolaridade, vivência nas ruas ou em instituições, trabalho e renda, e acesso à rede de saúde e assistência social (BRASIL, 2018).

De acordo com a pesquisa, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2018, foi estimado que existiam 4.628 pessoas em situação de rua dentre os mais de 7 milhões de habitantes do município. Esse total foi obtido pela entrevista de 2.679 (57,9%) pessoas através de questionário completo e 1.949 (42,1%) por questionário de observação. Com relação ao local de entrevista, 3.715 (80,3%) ocorreram nas ruas e 913 (19,7%) nas unidades de acolhimento. As entrevistas por meio de questionário de observação foram em sua maioria realizadas nas ruas, 1.938 entrevistas, correspondendo a 99,4% (BRASIL, 2018).

Com relação ao perfil da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, o levantamento “Somos Todos Cariocas” aponta que há predomínio de indivíduos do sexo masculino, que representam 81% dessa população, dois terços dos indivíduos estão na faixa etária entre 30 e 59 anos, seguidos por jovens e idosos, e há prevalência de pessoas pardas e pretas (45% e 33%, respectivamente). Dentre os entrevistados, 61% nasceram na cidade do Rio de Janeiro, seguidos por pessoas provenientes das cidades da região metropolitana, e em menor número migrantes de outros estados. No tocante a alfabetização, 86% relatam que sabem ler e escrever, e no que diz respeito à escolaridade a maioria (61%) informou ter ensino fundamental incompleto, 22% cursou o ensino médio e apenas 3% nunca frequentou a escola (BRASIL, 2018).

As relações familiares surgem como um dos principais motivos que levaram as pessoas à situação de rua, aproximadamente 40% dos casos, podendo estar relacionado com ambientes conflituosos ou pela família já viver nas ruas. Os demais motivos envolvem o uso abusivo de álcool e drogas (26,5%) e o desemprego (16,0%). A análise do tempo de vivência nas ruas evidencia que aproximadamente 22% estão nas ruas há menos de seis meses, e nessa mesma proporção se encontram pessoas que estão há mais de dez anos nessa situação. A

vivência nas ruas da cidade pode ser solitária, mas cerca de metade desse grupo possui algum vínculo com pessoas que possuem domicílio fixo (BRASIL, 2018).

A atividade de renda desempenhada mais frequentemente por esse grupo é a coleta de material reciclável (20,4%), seguido por vendas (10,1%), guardador de carro ou “flanelinha” (3,5%), construção civil (2,0%) e serviços gerais e limpeza (1,8%). Embora menos frequente, 1,0% dos entrevistados relataram ter como fonte de renda a atividade de “pedir dinheiro”, listada como a opção de pedinte. Relativo ao acesso à benefícios governamentais, 26,8% recebem bolsa família, 3,2% recebem benefício de prestação continuada para idosos e deficientes (BPC), e 1,6% recebem aposentadoria (BRASIL, 2018).

As unidades de saúde foram acessadas no ano anterior em média por 60% dessa população, principalmente por demanda espontânea ou por intermédio dos serviços de acompanhamento vinculados ao território. As unidades de saúde mais acessadas foram as Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde - 31%, em seguida as Unidades de Pronto Atendimento - 16%, Hospitais - 12%, Consultório na Rua - 10%, Centro de Atenção Psicossocial - 4%, e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - 2% (BRASIL, 2018).

Por sua vez, o acesso à rede socioassistencial foi relatado por 65% dos entrevistados, que foram atendidos pela rede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos através do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - 28%, Unidade de Acolhimento - 25%, Centro de Referência da Assistência Social - 15%, Central de Recepção - 13% e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - 11% (BRASIL, 2018).

Conforme aponta o estudo “O Rio em Perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas” da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em 2017, para promover a realização dos megaeventos, o Rio de Janeiro contou com o apoio da iniciativa privada. Os administradores da cidade, assumiram uma perspectiva empresarial para o desenvolvimento de políticas públicas, permitindo que diversas medidas fossem tomadas pela urgência da realização dos eventos, sem promover adequadamente a diminuição do déficit de cidadania de maneira sustentada, pois diversas áreas urbanas foram beneficiadas com investimentos financeiros e de infraestrutura em detrimento do desenvolvimento do restante da cidade.

O contexto social do Rio de Janeiro no início de 2017 reflete uma cidade diferente da veiculada na época da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. O declínio da situação fiscal municipal prejudicou sua capacidade de servir ao cidadão, que necessitou utilizar mais os serviços públicos por se encontrar em condições de maior vulnerabilidade. Em 2014 a taxa de desemprego no município era de aproximadamente 4% da população economicamente ativa,

os investimentos e preparativos para os Jogos Olímpicos Rio 2016 abrandaram os efeitos da crise econômica nacional e fluminense na cidade, mas não impediram que no final de 2016 o índice de desemprego fosse maior que 10%, de maneira que o desemprego mais do que dobrou em um curto período (RUEDIGER, 2017).

Ruediger (2017) também mostra que o aumento do desemprego foi acompanhado pela diminuição da massa salarial dos empregados, apontando para a redução de empregos qualificados. O panorama econômico, principalmente relativo ao mercado de trabalho, atenta para o agravamento da realidade social da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que os rendimentos oriundos do trabalho correspondem a mais de dois terços da renda domiciliar carioca. Uma das consequências desse cenário é o aumento da população em situação de rua na cidade, intensificado também pelo desemprego elevado nos municípios do entorno metropolitano.

1.2 Normativas sobre as pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro

Em 23 de dezembro de 2009, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), através do Decreto nº 7.053, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Em seu Artigo 1º define o grupo que será considerado como “população em situação de rua”, como se segue:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. Art. 1º, Decreto nº 7.053, Brasil.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua apresenta como princípios a igualdade e equidade, respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado, e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

As diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua abrangem a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; responsabilidade, integração e articulação das políticas públicas em cada nível do governo; participação da sociedade civil, inclusive da própria população em situação de rua, no processo de construção das políticas públicas; respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na formulação das políticas públicas; implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e a democratização do acesso aos espaços e serviços públicos.

Entre os diversos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua é possível destacar a necessidade de assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores que atuam nesses setores; instituir a contagem oficial da população em situação de rua; implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua; incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua; proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda; criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar a oferta de serviços; implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Os Artigos 9º ao 14º do Decreto nº 7.053 que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua foram revogados pelo Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, pelo Vice-Presidente da República Antônio Hamilton Martins Mourão (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), sendo definido que este Comitê é órgão consultivo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Anteriormente o Comitê seria composto por dezoito representantes, sendo nove do Governo Federal e nove da sociedade civil, pela atual normativa ele é composto por doze representantes, sendo seis do Governo Federal, cinco da sociedade civil e um representante das instituições de ensino superior público e privadas que desenvolvam estudos

ou pesquisas sobre a população em situação de rua, diminuindo o número de representantes, particularmente da sociedade civil.

Por fim, de acordo com a Política Nacional, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República será responsável pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, com intuito de promoção e defesa dos direitos dessa população, devendo divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos, garantido o anonimato dos denunciantes; apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local; produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua; divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Todos os profissionais do SUS, com ênfase na Atenção Primária à Saúde, são responsáveis pela atenção à saúde de todo e qualquer cidadão, inclusive da população em situação de rua. Desse modo, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) publicada pelo Ministério da Saúde em 2011 instituiu as Equipes de Atenção Básica para Populações Específicas, entre elas as Equipes do Consultório na Rua, com o intuito de ampliar o acesso desse grupo e ofertar atenção integral à saúde (BRASIL, 2012).

A atuação dessas Equipes do Consultório na Rua deve ocorrer de maneira itinerante, realizando ações nas ruas, em acomodações específicas, na unidade móvel e dentro das Unidades Básicas de Saúde do território onde desenvolvem suas atividades, articulando e promovendo ações em conjunto com as demais equipes de atenção primária do território, incluindo as Unidades Básicas de Saúde e o Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), os Centros de Atenção Psicossocial, as Unidades de Urgência e dos serviços pertencentes ao SUAS, além das instituições públicas e da sociedade civil (BRASIL, 2012).

O horário de atuação das equipes de Consultórios na Rua deverá ser adequado às demandas da população em situação de rua, sendo possível ocorrer em turnos diurnos e/ou noturnos durante toda a semana. Nas cidades ou territórios em que não haja um Consultório na Rua, a atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua deve permanecer sendo responsabilidade das equipes de atenção primária, incluindo os profissionais da saúde bucal e os NASF do território onde esse grupo se encontra reunido (BRASIL, 2012).

O município do Rio de Janeiro é dividido em 33 Regiões Administrativas e 160 bairros, um território heterogêneo que apresenta diversos níveis de desenvolvimento, e

desigualdade na disposição e utilização dos recursos disponíveis, incluindo os serviços de saúde. Com o propósito de planejamento em saúde, no plano da Secretaria Municipal de Saúde, a cidade está dividida desde 1993 em 10 Áreas de Planejamento (AP) (BRASIL, 2016).

No município do Rio de Janeiro, a atenção à saúde da população em situação de rua era uma demanda de movimentos sociais e de segmentos da sociedade carioca, uma vez que esse grupo tinha dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública, principalmente pelos preconceitos sofridos por essa população. Através de iniciativas de profissionais engajados com o tema e representantes dos movimentos sociais, foi pensado um trabalho direcionado para essa população, tendo como origem um espaço onde havia maior concentração de pessoas em situação de rua. A região do Centro da Cidade do Rio de Janeiro foi precursora dessa iniciativa, e em setembro de 2010 foi criado o projeto “Saúde em Movimento nas Ruas”, denominado Estratégia de Saúde da Família Pop Rua, que foi utilizado como base para a criação da proposta das equipes do Consultório na Rua (BRASIL, 2016).

O município do Rio de Janeiro adota o modelo de Consultório na Rua que é composto por enfermeiro, técnico de enfermagem, cirurgião dentista, médico, assistente social, psicólogo, agente social e profissional com formação em arte e educação, uma vez que se entende que essa equipe multiprofissional é capaz de prestar os serviços de modo mais abrangente e resolutivo. Além disso, as equipes do Consultório na Rua estão lotadas em Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde, que servem como base de apoio, pois o trabalho acontece prioritariamente na rua. Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro dispõe de sete equipes do Consultório na Rua, distribuídas em seis das dez áreas programáticas do município, presentes nos territórios do Centro, que abriga duas equipes, além de Mangueiras, Jacarezinho, Acari, Realengo e Paciência (BRASIL, 2016).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) procura integrar as demandas da sociedade brasileira no que diz respeito à responsabilidade política, com o objetivo de apresentar suas diretrizes na execução da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A assistência social como política de proteção social visa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão de proteção (BRASIL, 2005).

A PNAS, dando seguimento ao proposto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, apresenta uma visão social considerada inovadora, pois está apoiada no âmbito da ética para incluir os indivíduos considerados como “invisíveis”, que são transformados em casos individuais, quando na realidade fazem parte de

um situação social coletiva, estabelecida através das diferenças e dos diferentes, das disparidades e das desigualdades (BRASIL, 2005).

Sob a ótica da proteção social, a PNAS pressupõe conhecer as situações de risco, as vulnerabilidade sociais, e os recursos disponíveis para que esses grupos possam encarar tais situações com o menor dano pessoal e social possível, ou seja, conhecer os riscos e as chances de enfrentá-los. Há a compreensão de que as circunstâncias em que estão inseridos um indivíduo e sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. As pessoas têm necessidades, mas também tem habilidades que podem e devem ser desenvolvidas, a PNAS deve ser capaz de identificar as forças e trabalhar com as fragilidades que as várias situações da vida possui. A formação da Política Pública em Assistência Social necessita, no âmbito da proteção social, ter em conta as pessoas, seus contextos, e dentre eles seu núcleo de apoio primário, que comumente é sua família, pois se faz necessário uma maior aproximação com o cotidiano da vida as pessoas (BRASIL, 2005).

As diretrizes da PNAS são baseadas na: descentralização político-administrativa; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005).

O objetivo da PNAS considera as desigualdades socioterritoriais, de forma integrada com as políticas setoriais, busca seu enfrentamento, e pretende: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005).

A PNAS também atua com segmentos que estão sujeitos a maiores graus de riscos sociais, como a população em situação de rua. Para esse grupo devem ser priorizados os serviços que permitam a organização de um novo plano de vida, procurando criar condições para conquistarem referências na sociedade enquanto sujeitos de direito. No entanto, o fortalecimento da assistência social como política pública e direito social ainda exige o enfrentamento de importantes desafios (BRASIL, 2005).

A Política Nacional de Segurança Pública (PNASP), apoiada na Constituição Federal, considera que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exige o trabalho conjunto de todos os entes federativos, no sentido da implementação de políticas para a manutenção da ordem pública, garantia da incolumidade das pessoas, preservação do patrimônio e o enfrentamento à criminalidade em todas as suas formas, em especial aquela que se constitui por meio de organizações criminosas. O Estado deve produzir condições objetivas para o acesso, por parte dos cidadãos, à prerrogativa constitucional de direito à segurança pública (BRASIL, 2018, p.2).

Os princípios da PNASP envolvem o respeito ao ordenamento jurídico, aos direitos e garantias individuais e coletivas; a valorização e proteção dos profissionais de segurança pública; a garantia dos direitos humanos e proteção dos direitos fundamentais; eficiência na prevenção e no enfrentamento à criminalidade e à violência; resolução pacífica de conflitos; uso diferenciado da força; proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente; participação da sociedade (BRASIL, 2018).

Dentre as diretrizes da PNASP é possível destacar o enfrentamento da criminalidade e violência em todas as suas formas; fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, especialmente em relação a grupos vulneráveis; atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade; ênfase nas ações de policiamento de proximidade com foco orientado a resolução de problemas; participação social nas questões de segurança pública (BRASIL, 2018).

Com relação aos objetivos da PNASP, ressalta-se o apoio às ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente, de bens e direitos; o estímulo e apoio para a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, prioritariamente relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis; o estímulo à concessão de medidas protetivas em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade; a priorização de políticas de redução da letalidade violenta (BRASIL, 2018).

1.3 Marcos históricos sobre as pessoas em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro

No Brasil, a virada do século XIX para o XX apresentou diversos marcos decisivos para a determinação do futuro do país, especialmente o Rio de Janeiro que enfrentava diversos

problemas sociais decorrentes de seu crescimento acelerado e desordenado. Entre 1872 e 1890, a população desta cidade duplicou, indo de 274 mil para 522 mil residentes, divididos entre pessoas anteriormente escravizadas e também imigrantes. O aumento de moradores pobres potencializou a crise habitacional. Os três acontecimentos a seguir criaram um cenário propício para os projetos de desenvolvimento e progresso almejados pelos republicanos: abolição da escravidão de 1888, o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 (RODRIGUES, 2020).

A abolição da escravatura, ocorrida em 1888, intensificou o surgimento da figura do vagabundo, aquele que não trabalhava e, portanto, não contribuía com o progresso da República. Por outro lado, a elite republicana procurou, através do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, conter os ditos vadios que não queriam ou não tinham a oportunidade de trabalhar. Em todo o Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, a figura do vadio foi a primeira considerada marginal no contexto urbano, não só por estarem na rua da cidade sem praticar nenhuma atividade laboral, mas porque fugia do binarismo senhores e servos. Não eram simplesmente pobres, mas indivíduos que não eram donos de terras nem trabalhadores, também não tinham dono nem patrão, fugindo de certo modo da estrutura escravocrata que a sociedade estava habituada. Ou seja, não sendo amo nem servo, aquele que vadiava estava à margem da estrutura social da época (RODRIGUES, 2020).

É essencial destacar que existia uma distinção entre vadio e mendigo: o primeiro era considerado indisciplinado, força de trabalho mal utilizada, alguém que escolhe ser pária; o segundo era somente infortunado, sem habilidades para o trabalho, sendo isento do cumprimento de penas relativas à forma de má ocupação da cidade e à existência de doenças, mas eram ligados ao contexto urbano, reforçando a ideia de marginalidade, o aumento da miséria dentro das cidades e a diferenciação entre os pobres. De fato, os mendigos eram mais tolerados que os vagabundos, porém, eles, assim como os vadios, também eram percebidos socialmente como o desperdício da força de trabalho e não contribuintes do desenvolvimento da economia. Nesse contexto de repressão à vadiagem, uma das maiores bandeiras dos republicanos, foram criadas as primeiras instituições destinadas à correção desses indivíduos (RODRIGUES, 2020).

Sem poder controlar os ditos vadios, justamente por não ter a posse de seus membros, a elite instaurou um tipo penal da vadiagem a partir da criação do Código Criminal de 1830, em seu artigo 295, Capítulo IV, chamado de Vadios e Mendigos. Com isso, a vadiagem e a mendicância se tornaram delitos públicos e urbanos uma vez que usavam esse espaço para fins condenados socialmente: a pessoa que não tivesse uma “ocupação honesta” e “útil” e que

possibilitasse a geração da própria renda, depois de advertida por um Juiz de Paz, cumpriria a pena de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias (RODRIGUES, 2020). Seria esse o primeiro passo na direção da criminalização das pessoas em situação de rua?

Chalhoub (2012) esclarece que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, gerou uma confusão na mente da elite republicana, acostumada a ser proprietária de pessoas escravizadas. A partir de meados do século XIX, os senhores foram obrigados a lidar com o mundo sem a existência de servos, tendo de reajustar seu universo mental, adequar suas visões sobre a sociedade e lidar com as transformações sociais e econômicas que estavam sendo delineadas. De acordo com o autor, no antigo mundo, o criado era propriedade do amo e, sendo assim, o mundo do trabalho estava em ordem.

Com a libertação dos escravos, as antigas classes possuidoras não teriam condições de garantir a continuidade de seus empreendimentos econômicos. Então, o problema que se apresentava no período era: o liberto, oficialmente dono de sua força, deveria se tornar trabalhador, dispondo-se a vender sua capacidade de trabalho ao antigo dono. Por um lado, a solução para esse problema foi a criação de medidas que novamente obrigassem esse sujeito a realizarem novas funções. Por outro, era preciso da criação de conceitos e valores que fossem capazes de construir uma nova ética do trabalho, explica o autor. Ou seja, o conceito de trabalho precisava deixar de ser visto como humilhante e degradante, características comuns na sociedade escravagista, para ser visto como bom e essencial para o desenvolvimento social e econômico do país (CHALHOUB, 2012).

Em 1888, foi elaborado pelo político Ferreira Vianna o projeto de repressão à ociosidade, pois existia um consenso entre os representantes políticos que o fim da escravidão traria consigo a desordem, esclarece Chalhoub (2012). Além disso, o autor lembra que no mesmo período em que o projeto sobre a ociosidade circulava na Câmara, o deputado Lacerda Werneck, defendendo os interesses dos grandes lavradores, dirigiu uma interpelação ao Ministério da Justiça exigindo medidas que garantissem a defesa da propriedade privada e a segurança individual dos cidadãos, já que estavam cada vez mais expostos à violência gerada por libertos que supostamente estavam circulando pela cidade cometendo furtos e roubos praticados com brutalidade.

A elite compreendia que os libertos estavam despreparados para a vida em sociedade uma vez que não dominavam os códigos da civilidade burguesa. Para os donos de terra, a escravidão não tinha concedido a esses homens e mulheres a oportunidade de aprender as noções de justiça, respeito à propriedade do próximo e liberdade. De acordo com a lógica do

grupo hegemônico, os ex-escravos traziam os vícios de seu estado anterior, como se fossem menos evoluídos, por essa razão não tinham a ambição de fazer o bem, conquistar as próprias riquezas, conseguir um trabalho honesto e adquirir boas maneiras. Portanto, era necessário assegurar que os libertos não comprometessem a ordem vigente, por isso foi decidido que o trabalho seria imposto através da repressão da obrigatoriedade, como uma forma de educar os párias que se circulavam pela cidade, clarifica Chalhoub (2012).

Ainda conforme o autor, a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas por meio da pressão e da violência, afinal não se desejava que o novo sistema político e laboral tivesse alguma conexão com a instituição da escravidão. Sendo assim, foi constantemente discutido no meio político-administrativo formas de educar aqueles que deixaram de ser cativos, inculcando em suas mentes a paixão pelo trabalho e o respeito pelas riquezas alheias.

Mas a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Afinal, não se desejava um retorno a alguma forma disfarçada da hedionda instituição da escravidão. Que fazer, então? Bem, era necessário educar os libertos. Educar significa inculcar no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil”, de “caráter”? O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2012, p. 69)

Além de transmitir educação visando a valorização da ocupação profissional e o respeito ao patrimônio conquistado pelo outro, Chalhoub (2012) elucida que foi fundamental criar uma conexão entre o trabalho e a moralidade: quanto mais dedicação o indivíduo tivesse com seu emprego, abdicando dos prazeres da vida, maior seria seus atributos morais. Dentro desse espírito, os discursos governamentais sugeriam que as pessoas desempregadas deveriam ser conduzidas à força para as colônias de trabalho, dando preferência às atividades agrícolas, beneficiando os agricultores que eram os maiores homens de negócios da época. Se não aceitassem ir às colônias em busca de uma ocupação para a vida, seriam submetidos a penas de um a três anos de prisão. É importante destacar que, segundo o autor, a retórica moralista dos legisladores não almejavam a punição pura e simples, mas a reforma moral que só poderia ser expandida com anos de isolamento social.

Como o trabalho era a lei suprema da sociedade republicana, a figura do vadio foi constantemente combatida porque ameaçava a ordem, negando-se a pagar sua dívida com a

sociedade por meio da realização de uma atividade laboral honesta, colocando-se à margem dos interesses sociais por não querer ou poder produzir um bem que fosse comum a todos, ressalta Chalhoub (2012). Em outras palavras, a vadiagem era um ato supostamente preparatório para o crime, então, mais uma vez, se justifica a necessidade de repressão. É fundamental destacar que o problema não era a vadiagem em si, mas a pessoa assim tipificada penalmente não ter condições financeiras de pagar as contas, ter uma residência física e comprar objetos de vestuário e alimentação. Os ricos, por exemplo, podiam vadiar porque tinham recursos capazes de garantir a subsistência. Por outro lado, os pobres vadios, por serem desprovidos de riquezas, eram condenados à prisão ou ao trabalho forçado.

Outro aspecto interessante é a relação estabelecida entre ociosidade e pobreza. O projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última. Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais (CHALHOUB, 2012, p. 75).

Na República, o universo ideológico das classes dominantes estava dividido em duas partes: de um lado, o mundo daqueles que valorizam o trabalho; do outro, o submundo do vadio que é repleto de crimes contra a burguesia e suas propriedades (CHALHOUB, 2012). Na consciência dos mais afortunados, os vagabundos, que também eram tidos como criminosos, estavam à margem da sociedade que tinha sido estabelecida segundo os ideais burgueses. Na margem, o vagabundo estava distante da concepção de virtude e moralidade delineada por aqueles que desejavam explorar suas forças de trabalho.

Logo após o fim da escravidão, a cidade do Rio de Janeiro recebeu muitos estrangeiros, interessados em disputar o mercado de trabalho com os negros e os mulatos que viviam suas primeiras experiências como prestadores de serviços livres, tendo um patrão e não um proprietário. Chalhoub (2012) apresenta a estrutura ocupacional desse período histórico por meio de dados produzidos em 1890, revelando que os não-brancos foram ainda mais marginalizados com a chegada dos imigrantes. Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, na indústria e no setor de atividades artísticas. Ou seja, essa parcela de novos trabalhadores ocupava campos dinâmicos e lucrativos. Em contrapartida, 48% dos não-brancos economicamente ativos estavam realizando serviços domésticos, 17% se ajustaram às áreas industriais e 16% não tinha

profissão declarada, pois realizavam pequenas tarefas sem vínculo empregatício ou eram considerados vadios.

Assim, Chalhoub (2012) revela que o processo histórico da cidade do Rio de Janeiro no período republicano apresentou um traço continuísta dos tempos da antiga Colônia e do antigo Império: a continuação da subordinação dos brasileiros negros. Os não-brancos passaram de escravos para trabalhadores livres, mas eles não evoluíram dentro do mercado de trabalho graças à opressão dos grupos mais ricos.

1.4 Referenciais teóricos para o estudo das pessoas em situação de rua

Embora os megaeventos provoquem um grande impacto no meio urbano, alterando significativamente o cotidiano das cidades, ainda não existe um consenso sobre a sua definição, pois seu impacto é diferente em cada sede, por isso pesquisadores de diversas áreas do conhecimento consideram o contexto de seu próprio país na elaboração de conceitos e tipologias. Como esclarecem Freitas, Lins e Santos (2014), o impacto massivo nos meios de comunicação é a principal característica dos megaeventos contemporâneos. Isto é, o megaevento não está limitado a sua duração, que normalmente ocorre em poucos dias, ele começa muito antes de seu início, com a preparação e remodelação da cidade, dos serviços essenciais e aparelhos esportivos, e termina muito após a sua finalização, com a reverberação constante dos prejuízos e benefícios gerados na cidade.

As questões mercadológicas sempre estiveram presentes no ato de receber megaeventos, incluindo o interesse em divulgação da marca-país ou marca-cidade. Freitas, Gotardo e Sant`Anna (2015) elucidam que a construção de uma marca para a cidade ou o país tem o marketing como base, assim como as teorias de *city branding*, *place branding* ou *destination branding*. De modo geral, essas teorias consideram que os territórios competem entre si e necessitam se posicionar como únicos e preferidos na mente dos potenciais consumidores para que, quando chegue o momento de receber megaeventos, eles ganhem vantagens em relação aos seus competidores. A marca, nesse caso, é a representação das memórias passadas e a projeção das memórias futuras que reafirmam os atrativos do território. Dessa forma, buscam-se subsídios de capitais internacionais, empresas, conhecimentos, turistas, vendas de produtos e serviços locais, a fim de construir a uma

reputação mercadológica positiva capaz de atrair investimentos e benefícios políticos aos envolvidos.

O Rio de Janeiro se candidatou à sede de megaevento vislumbrando os benefícios econômicos trazidos pelos investimentos públicos e privados, as conquistas sociais como geração de empregos e inclusão social, assim como outros tipos de impactos e legados. Nos últimos dez anos, a cidade recebeu eventos como Jogos Pan-Americanos de 2007; Conferência das Nações Unidas, para debater temas como desenvolvimento e meio ambiente (Rio+20), em 2012; Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, ambos em 2013; Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. E produzido eventos sazonais como o Carnaval e o Réveillon, atraindo milhares de visitantes interessados em fazer parte dessas festas e empresas que desejam associar sua marca aos eventos.

Efetivamente, os eventos recebidos e produzidos pelo Rio têm sua importância econômica e social. A Olimpíada de 2016, por exemplo, recebeu cerca de 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros e 760 mil brasileiros. Esses visitantes investiram aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, os internacionais gastaram em média R\$ 424,62 por dia, e os nacionais R\$ 310,42. A clientela dos bares e restaurantes da Zona Sul aumentou 70%, e a taxa da ocupação dos hotéis fechou em 94%¹. Assim, compreendemos que os megaeventos, que atraem muitos investimentos, são comumente utilizados como argumento para a produção do espaço, compreendendo esse modelo de gestão que pensa a cidade para beneficiar o mercado, de acordo com Vainer (2013) a cidade é uma mercado, uma empresa e uma pátria.

As ações de marketing e as reformas urbanas que visam satisfazer as necessidades de grandes empresas nacionais e internacionais têm sido uma esfera intrínseca à administração do meio urbano. Sendo considerada como mercadorias, as cidades são colocadas à venda por seus atributos materiais e simbólicos, principalmente aqueles valorizados pelo capital internacional. Sendo assim, para satisfazer as exigências econômicas, investe-se em centros urbanos com gestão e serviços eficientes; aeroportos internacionais; sistemas de telecomunicações de qualidade; uma ampla rede de hotéis; serviços de segurança; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; governos regionais e locais capazes de conceder informações e estrutura aos investidores internacionais (VAINER, 2013). As cidades que não atendem a essas exigências, e que desejam concorrer neste disputado mercado, precisam se remodelar e investir nestas estruturas, como foi o caso do Rio de Janeiro. Quando se soube que o Rio seria sede de megaeventos estrangeiros, foram

¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/prefeitura-faz-balanco-da-olimpiada-e-paes-diz-que-o-rio-calou-criticos.html>. Acesso em: 18/08/2020.

vislumbradas as seguintes estruturas e reformas: Projeto Porto Maravilha, criado para revitalizar uma área central, onde seriam construídos museus, prédios comerciais e residenciais; Programa Morar Carioca, pensado pela prefeitura do Rio em 2010, visando investir em regularização urbanística; e Unidades de Polícia Pacificadora, responsáveis pelas ações de segurança e pelo controle de favelas entendidas como ameaçadoras. Além disso, a Olimpíada de 2016 tinha planos específicos como edificar e reformar aparelhos esportivos e arquitetar a Vila Olímpica, espaço utilizado para acomodar os atletas, treinadores, técnicos e profissionais de saúde durante os jogos.

Pensando a cidade como uma empresa, por intermédio de parcerias público-privadas, os recursos são captados para a execução de intervenções urbanas espetaculosas, a gestão de equipamentos ou o fornecimento de serviços coletivos. Os governos locais assumem a função de promotores, incumbidos de promover a metrópole para o exterior, favorecer a cooperação público-privada e desenvolver uma inovação “político-administrativa”. Eles defendem que a organização política local não faça uma administração centralizada, muito menos uma separação rígida entre o público e o privado, pois uma “gestão eficaz” deve assegurar a agilidade no cumprimento de suas metas. Porém, Vainer (2013) explica que o fim dessa divisão entre público e privado significa a participação direta de empresários, sem mediações, nos processos que definem o planejamento e a execução de políticas e que, como consequência, poderiam modificar a vida das pessoas conforme seus próprios interesses.

A instituição da cidade empresa nega o aspecto democrático do espaço urbano, explica Vainer (2013). Não há tempo para a discussão de propostas populares, filosóficas e utópicas, pois a maior preocupação é com a competitividade e com o lucro. As pessoas podem até se rebelar contra essa forma de gestão, mas logo serão reprimidas porque o consenso autoritário e antidemocrático é imprescindível a esse projeto de cidade, ressalta o autor. Sem consenso é impossível que esse tipo de gestão seja vitorioso, o plano estratégico supõe, exige e depende da cidade unificada, sem tecer críticas a ele. O consenso se faz presente no conteúdo da mídia e do governo, representando a metrópole como uma unidade típica de marca: “a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita”. (VAINER, 2013).

De acordo com Vainer (2013), a cidade como pátria tem a função de gerar consenso sobre os projetos urbanos por intermédio da consciência de crise. Formada pelo conteúdo jornalístico, que é instrumentalizado para estruturar o plano urbano e ideológico da mercantilização da metrópole, a consciência de crise objetiva gerar na população a sensação de que a reputação e o desenvolvimento econômico estão abalados pela existência de áreas degradadas e inseguras. Por exemplo, Fortuna (2016) relata que, antes da revitalização, a

Zona Portuária era representada pelo O Globo como uma área precária e sem chances de desenvolvimento, atrapalhando o progresso do Rio de Janeiro. Depois da revitalização, o Porto passou a ser representado pelo mesmo jornal como o sucesso da capital fluminense, aquele que concederia um futuro melhor. A consciência de crise é passageira, servindo como ponto de partida para as revitalizações urbanas, criando insatisfações e vontade de mudança. A tendência é que a consciência de crise comece a dar lugar a um sentimento cívico, gerando um imenso orgulho para aqueles que vivem em uma cidade em constante ascensão.

Por influência da mídia, parte dos cariocas pode ter considerado que as carências sociais e econômicas da cidade eram causadas pelas áreas degradadas, que por sua vez só seriam salvas por parcerias público-privadas. O jornalismo teve seu papel na gestão urbana para os megaeventos, servindo para representar um elevado grau de consenso sobre as políticas urbanas que “revitalizavam” alguns espaços para vendê-los como mercadorias.

De acordo com Ferraz e Machado (2014), durante o período de preparação para a realização dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro houve, de modo geral, processos de “limpeza urbana” que implicaram na expulsão de pessoas em situação de rua das áreas centrais e turísticas para áreas ou abrigos distantes. Por sua vez, a grande mídia legitimou essas expulsões como medidas de readequação do espaço urbano e combate à criminalidade, reforçando estereótipos negativos a respeito dessa população.

Segundo Silva (2013), na preparação para os megaeventos, o Rio reproduziu ações já vivenciadas na cidade na época da visita da rainha da Inglaterra na década de 1960, em que o governo teve a intenção de promover uma “assepsia” nas ruas, aplicando políticas de remoções. A autora cita, então, uma reportagem do Jornal O Globo intitulada “Choque de Ordem recolhe moradores de rua no Centro do Rio”, que pelo contexto apresentando reforça a concepção do morador de rua como um criminoso perigoso que deve ser afastado do resto da população. De acordo com a autora, não há preocupação em resolver os problemas sociais, mas sim em camuflá-los, para que os turistas não percebam o caos social a que a cidade está submetida.

A utilização do termo “pessoa em situação de rua” se tornou comum em debates acadêmicos e em setores da saúde, assistência social, segurança e esfera legislativa, englobando outros grupos como catadores, usuários de drogas, profissionais do sexo, trabalhadores itinerantes, desabrigados e camelôs, explica Rodrigues et. al (2020). Embora o termo mais aceito seja “pessoa em situação de rua”, não raras vezes os setores citados acima e o jornalismo utilizam mendigos, moradores de rua, catadores e sem teto para descrever essa parcela da sociedade.

Costa (2005) expõe que existe uma contradição no modo com que o Estado, a sociedade e a opinião pública se comportam frente à população em situação de rua, em alguns momentos com compaixão e assistencialismo, e em outros com indiferença e preconceito. Esse cenário tem contribuído para que haja atuação do poder público através de ações de segurança pública, implicando na criminalização e repressão dessa população.

A estigmatização das pessoas em situação de rua envolve muitas vezes a divulgação de matérias no jornal sobre a ocorrência de delitos por parte de moradores de rua. Essa estigmatização na maioria das vezes associa moradores de rua e criminalidade, tornando-os objeto da atuação do setor de segurança pública, embora a população de rua deva ser objeto de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de atenção em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

Morais e Silva (2020) desenvolveram estudo com o objetivo de compreender como parte da produção científica nacional aborda o consumo de crack, considerando que os especialistas na área relacionam com maior frequência o uso de crack com o contexto das ruas. Defendem também que o processo de naturalização da associação entre o crack e a rua tem envolvimento de ordem científica e política. Apresentam que a relação entre drogas e espaço, tanto públicos quanto privados, não surge com o crack, mesmo porque o fenômeno do consumo de crack emerge no final do século XX. No material identificado e analisado não há relação exclusiva entre substâncias e espaços. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua são apresentadas em contextos relacionados à migração, desemprego, exclusão social e pobreza.

Nos anos 2000 foi elaborado um conjunto de políticas públicas de “combate ao crack”, pois informações sobre as “cracolândias” eram veiculadas e era difundida a ideia de que o Brasil estava vivendo uma “epidemia do crack”. A fim de encontrar respostas ao questionamento de o que o crack tem a ver com a rua, a revisão da produção científica nacional foi utilizada pelos autores, com o entendimento de que é necessário refletir sobre as relações entre substâncias e espaços e entre usuários e populações, através da análise das categorias “crack e população em situação de rua”; “crack e o espaço da rua” e “indexadores históricos das ruas” (MORAIS E SILVA, 2020).

Na análise da categoria do “crack e a população de rua” fica evidente a associação da população em situação de rua com o uso de drogas ilícitas. Existem autores que apontam que o crack é utilizado por essas pessoas como uma terapia medicinal, um anestésico para suportar a realidade das ruas. Outros autores apontam que as drogas são o principal problema desse segmento populacional, a dependência química pode ser causa e consequência. A vivência nas

ruas pode levar ao consumo de drogas, mas também o uso de drogas pode ser a razão para se encontrar em situação de rua. Além disso, na associação das drogas com as ruas, apresentam que o estigma relacionado ao crack é maior do que com as demais drogas (MORAIS E SILVA, 2020).

Em “crack e o espaço da rua” procurou-se entender o contexto da rua como facilitador do consumo de crack, reforçando o que foi apresentado anteriormente de que o crack pode ser um caminho para alguns indivíduos que estavam nas ruas, como também pode conduzir algumas pessoas para a situação de rua. Consideram que as cenas abertas de uso são lugares inóspitos que favorecem a prática de atos ilícitos ou estigmatizadores, como prostituição, furtos, roubos, tráfico e uso de drogas. (MORAIS E SILVA, 2020).

Nos “indexadores históricos das ruas” estão apresentados os estudos que relacionam as pessoas em situação de rua na literatura com os episódios de migração, desemprego, pobreza e exclusão social. É discutido que entre as causas e consequências da associação do crack com as ruas é constante a menção do núcleo familiar, pois muitos são marcados por contextos de exclusão, abandono, violência física e moral, rejeição familiar, consumo e tráfico de drogas, resultando na ruptura dos laços familiares (MORAIS E SILVA, 2020).

Diversos autores apresentam que os usuários de crack são possivelmente moradores de rua e, para alguns, a aparência dessas pessoas as revelaria como consumidores. Por fim, Morais e Silva (2020) concluem que a associação entre crack e pessoas em situação de rua está presente tanto na produção científica nacional sobre o consumo de crack como em produções normativas, incluindo as governamentais.

Em sua pesquisa, Giorgetti (2014) investiga as representações sociais acerca da questão dos moradores de rua e o tratamento institucional e individual que lhes é concedido. Sua análise aborda as sociedades brasileiras e francesas, locais em que o perfil da população em situação de rua se assemelha, sendo essencialmente masculina, de desempregados ou trabalhadores que realizam serviços precários, e a situação familiar das pessoas de rua é marcada por rupturas de todo tipo, que os levam ao isolamento social, muitos são usuários de álcool e de drogas, há diferenças quanto a faixa etária, mas a maioria se encontra em idade produtiva, e o nível de escolaridade também varia. De modo geral, as pessoas que se encontram nessa situação enfrentaram situações em que há o afastamento do mercado de trabalho, a desestruturação familiar e o rompimento com as antigas relações que constituíam a rede de sociabilidade.

Com relação à opinião dos profissionais brasileiros e franceses sobre os principais motivos que levam uma pessoa a viver nas ruas, Giorgetti (2014) apresenta que entre os

entrevistados, no Brasil os médicos apontam o alcoolismo, os policiais a ruptura familiar seguida por drogas e álcool, assistentes sociais o desemprego e agentes sociais o alcoolismo, enquanto na França os médicos e policiais apontam o desemprego, e assistentes sociais e agentes sociais a ruptura familiar. Esses dados apresentados por Giorgetti (2014) no território nacional vão de encontro com as informações produzidas pelo IPEA (2016).

Como apresenta Giorgetti (2014), a principal diferença entre esses países é com relação ao tratamento que recebem os moradores de rua, tanto pelos governantes quanto pela sociedade. Em Paris o problema dos moradores de rua se transformou em uma questão social, pois fere a dignidade humana e merece ser alvo de políticas sociais e de iniciativas que garantam o reconhecimento da cidadania dessa população, enquanto em São Paulo essa questão ainda permanece restrita à culpabilização da pessoas que se encontram nessa situação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como notamos no primeiro capítulo, a temática a ser trabalhada nessa dissertação é a representação midiática das pessoas em situação de rua, considerando como pergunta principal da pesquisa: “Como são representados os “moradores de rua” no jornal O Globo pós-megaeventos?”.

O objetivo geral do estudo é analisar como as pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro pós-megaeventos são representadas pela mídia em reportagens jornalísticas. São objetivos específicos compreender se a população em situação de rua é representada como potencialmente criminosa, doente ou carente de proteção social e analisar em que medida as reportagens reforçam preconceitos.

Para alcançar esse objetivo, uma busca de fontes bibliográficas secundárias foi realizada a partir da pesquisa dos termos descritores, baseado nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), “pessoa em situação de rua”, “saúde pública”, “assistência social” e “segurança pública” nas bases LILACS, Medline, BVS e Periódicos Capes. Conforme pode ser observado no Quadro 1, estão reproduzidos os descritores com seus termos alternativos e definição, como apresentando no DeCS.

Quadro 1 – Descritores, Termos Alternativos e Definição

Quadro 1 – Descritores, Termos Alternativos e Definição		
Descritores	Termos Alternativos	Definição
Pessoa em Situação de Rua	Falta de Moradia; Falta de Habitação; População em Situação de Rua; Pessoas sem Lar; Pessoas Sem Teto; Morador de Rua; Moradores de Rua; Sem-Abrigo; Sem-Teto.	1. Pessoas que não possuem residência permanente. O conceito exclui pessoas nômades. 2. Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.
Saúde Pública	Saúde Coletiva; Saúde	Ramo da medicina voltado

	Comunitária; Saúde da Comunidade; Saúde das Comunidades	para a prevenção e o controle de doenças e deficiências, e para a promoção da saúde física e mental da população tanto nos níveis internacional e nacional, como no estadual ou municipal.
Assistência Social	Serviço Social; Serviços de Assistência Social; Serviços Sociais; Trabalho Social	Conjunto de ações destinadas a modificar e melhorar as circunstâncias de caráter social em benefício do desenvolvimento integral do indivíduo. Este conceito se aplica à proteção física, mental e social de pessoas em estado de indigência, de desproteção ou desvantagem física e mental, até conseguir sua incorporação a uma vida plena e produtiva.
Segurança Pública	Segurança Pública	Ausência de exposição a perigo e proteção contra a ocorrência ou risco de lesão ou perda. Sugere precauções ideais no ambiente de trabalho, na rua, no lar etc., e inclui segurança pessoal assim como a segurança de propriedade

*Fonte: DeCS, Descritores em Ciências da Saúde, disponível em <http://decs.bvs.br/>

Esses termos alternativos para pessoa em situação de rua, especialmente “morador de rua”, ganharão relevância nos procedimentos metodológicos abordados neste estudo, como veremos a seguir. Por ora, com relação à busca bibliográfica de pesquisas que tratam a respeito da população em situação de rua tanto de modo geral como pela perspectiva da saúde pública, assistência social e segurança pública, a seguir está apresentado o quantitativo de estudos presentes nas plataformas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Periódicos CAPES.

Quadro 2 – Resultados Identificados para os Descritores

Quadro 2 – Resultados Identificados para os Descritores				
Termo / Plataforma	LILACS	MEDLINE	BVS	PERIÓDICOS CAPES
Pessoas em Situação de	402	6.499	8.817	3.317

Rua				
Pessoas em Situação de Rua + Saúde Pública	108	596	971	1.728
Pessoas em Situação de Rua + Assistência Social	91	844	1.240	1.677
Pessoas em Situação de Rua + Segurança Pública	2	36	51	1.220

*Fonte: Dados identificados pelo autor nas plataformas de busca em abril de 2021.

Nota-se um volume de estudos sobre pessoas em situação de rua maior quando associado à assistência social, seguido pela saúde pública e depois pela segurança pública, algo convergente com o fato de que esse segmento populacional é um dos principais públicos-alvo do Sistema Único de Assistência Social, como apontado no capítulo anterior. Será que esse fenômeno se repetirá quando somarmos as matérias jornalísticas sobre as pessoas em situação de rua?

2.1 Procedimentos de coleta de dados

De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o Jornal O Globo no ano de 2018 foi o jornal de maior circulação, tanto impresso quanto digital, no território nacional². Embora haja possibilidade de utilização de outros jornais ou mídias, o impacto do Jornal O Globo na cidade do Rio de Janeiro e em território nacional se torna mais relevante para a análise proposta.

O jornal O Globo apresenta edições diárias, tanto impressa quanto digital, além de conservar e disponibilizar seus registros através do Acervo digital, que pode ser acessado através do site <https://acervo.oglobo.globo.com/> e disponibiliza um sistema de filtro de reportagens.

Serão analisadas as reportagens do Jornal O Globo do ano de 2017, obtidas através do acervo disponibilizado pelo jornal, utilizando como termo de busca “morador de rua”, tendo em vista que esse termo foi o mais frequentemente empregado no período, presente em 317 reportagens, enquanto o termo “mendigo” está presente em 85 reportagens, “população de rua” foi utilizado em 75 reportagens, e “população em situação de rua”, que seria a designação mais adequada, empregado em apenas 07 reportagens nesse ano.

² <https://oglobo.globo.com/economia/o-globo-o-jornal-que-mais-cresceu-em-2018-23400125> Acesso em 11/06/2020.

Quadro 3 – Termos Utilizados no Jornal O Globo

Quadro 3 – Termos Utilizados no Jornal O Globo	
Termos	2017
“Morador de Rua”	317
“Mendigo”	85
“População de Rua”	75
“População em Situação de Rua”	07

*Fonte: Dados encontrados pelo autor no Acervo do jornal “O Globo” em dezembro de 2020.

2.2 Procedimentos de análise de dados

O método utilizado nessa pesquisa é a Análise de Conteúdo (AC), de acordo com as diretrizes propostas por Bardin (2016), pois ela permite a exploração do material jornalístico de forma sistemática e objetiva, sem perder informações essenciais contidas no texto. É uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social, possibilitando uma conexão entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais.

Segundo Bardin (2016), no processo de organização da análise, serão desenvolvidos três polos cronológicos: a pré análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é considerada como o eixo central da fase de organização, está relacionada a um período de intuições, com o propósito de conectar e sistematizar as ideias iniciais, de modo a estabelecer o desenvolvimento dos procedimentos seguintes, no plano das análises. Essa fase inicial é baseada em três metas: a determinação dos documentos que serão analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a produção de indicadores que apoiem a interpretação final. Vale ressaltar que esses fatores não precisam ocorrer em ordem cronológica, mas estão intimamente relacionados, por exemplo, a seleção dos documentos pode depender dos objetivos, ou, então, o objetivo só é possível consoante os documentos disponíveis; os indicadores serão definidos de acordo com as hipóteses, ou, de maneira oposta, as hipóteses serão elaboradas decorrentes de determinados índices (BARDIN, 2016).

O objetivo da pré análise é a organização. A primeira atividade compreende o contato com os documentos, uma oportunidade para analisar e conhecer o material, mergulhando nas orientações e impressões, e aos poucos a exploração se torna mais precisa conforme as hipóteses vão surgindo, da formação e adaptação das teorias a respeito dos materiais e da

possibilidade de aplicação das técnicas de análise. A escolha dos documentos a serem analisados vai depender dos objetivos, ou os objetivos dependerão dos documentos selecionados, e após a definição dos tipos de documentos a serem trabalhados é geralmente necessário a constituição do *corpus*, que é compreendido como o conjunto de materiais que serão submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2016).

A constituição do *corpus* resulta, frequentemente, em escolhas, seleções e regras. As principais regras são: regra da exaustividade, em que após determinado o campo do *corpus* é necessário considerar todos os elementos desse *corpus*, não sendo possível excluir nenhum elemento por qualquer razão que não possa ser justificada no plano técnico; regra da representatividade, na qual a análise pode ser realizada em uma amostra desde que o material utilizado permita, a amostragem é considerada rigorosa nos casos em que a amostra é uma parte representativa desse material, e os resultados encontrados para essa amostra serão generalizados para o todo. Importante destacar que nem todo material de análise é passível de amostragem, nessas situações é mais prudente abster-se e diminuir o universo e abrangência da análise; regra da homogeneidade, os documentos selecionados devem ser homogêneos, seguindo critérios precisos de seleção e não demonstrar particularidades que não estejam em conformidade com esses critérios; regra da pertinência, os documentos selecionados precisam ser adequados, na qualidade de fonte de informação, de maneira a estar em concordância com o objetivo que motiva a análise (BARDIN, 2016).

Com relação à elaboração das hipóteses e dos objetivos, Bardin (2016) apresenta a seguinte conceituação:

Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo a procedimentos de análise. Trata-se da suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados (BARDIN, 2016, p.128).

Na referenciação dos índices e produção dos indicadores, caso o material utilizado seja considerado como uma manifestação que contém índices que serão explicitados na análise, o procedimento preparatório será o da seleção desses, de acordo com as hipóteses (se já estiverem determinadas), e a sistematização dos indicadores. Por exemplo, o índice pode ser a citação clara de um tema em um texto, caso quanto mais esse tema seja frequentemente repetido mais ele tenha importância para o leitor, o indicador correspondente será a frequência do tema de modo relativo ou absoluto (BARDIN, 2016).

Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros. Desde a pré-análise devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro de dados. Geralmente, certificamo-nos da eficácia e da pertinência dos indicadores testando-os em algumas passagens ou em alguns elementos dos documentos (pré-teste de análise). Antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal (“edição”) (BARDIN, 2016, p. 130).

Após os procedimentos de pré-análise, é seguida a exploração do material, em que a fase de análise propriamente dita consiste na execução sistemática das decisões definidas anteriormente. Essa fase tende a ser longa e maçante, e compreende sobretudo as operações de codificação, decomposição ou enumeração, em concordância com as regras formuladas previamente (BARDIN, 2016).

No tratamento e interpretação dos resultados obtidos, os resultados iniciais devem ser explorados de modo a serem significativos e válidos, a confrontação sistemática com os documentos e o tipo de inferências atingidas podem ser utilizadas como base para outras análises arranjadas em volta de outras dimensões teóricas ou desenvolvidas a partir de técnicas diferentes (BARDIN, 2016).

A codificação é o processo de tratar o material, corresponde a transformação dos dados iniciais do texto, através de recorte (escolha das unidades), enumeração (escolha das regras de contagem) e agregação (escolha das categorias), viabiliza que se alcance uma representação do conteúdo ou da sua expressão. A categorização é o processo de classificar os elementos que constituem um conjunto por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento de acordo com o gênero ou analogia, considerando os critérios definidos anteriormente. (BARDIN, 2016).

As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico, sintático, léxico e expressivo. (...) Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles (BARDIN, 2016, p.147-148).

A Análise de Conteúdo, na pesquisa qualitativa, apresenta como foco a qualificação das vivências do sujeito e as suas percepções sobre certo objeto e seus fenômenos, sendo capaz de integrar a questão do significado e da intencionalidade como pertencentes aos atos, relações e estruturas sociais, sendo aplicada ao estudo da história, relações, representações, crenças e opiniões. Por sua vez, na pesquisa quantitativa, é empregada para aprofundamento dos estudos a partir de uma visão matemática. Embora exista a ideia de que a AC seja mais

simples e de fácil abordagem, enquanto método analítico é complexa, principalmente pelo processo de elaboração de perguntas a respeito do objeto (CAVALCANTE, 2014).

A AC é composta por técnicas de pesquisa que permitem, de modo sistemático, a descrição das mensagens e condutas relacionadas ao contexto da proposição, assim como as inferências sobre os dados coletados. A escolha da técnica deve estar vinculada a pergunta formulada, ao tipo de conhecimento que se pretende produzir sobre o objeto estudado e necessita de sistematização. Desse modo, é primordial refletir sobre o processo de construção das perguntas e a relação com a análise de conteúdo, pelo risco de aplicar o método inadequado (CAVALCANTE, 2014).

A construção de uma pergunta de pesquisa é uma atividade complexa e que necessita de um método, pois é preciso uma imersão prévia no assunto para compreender o ser e sua essência, através de um olhar pormenorizado do pesquisador, assim, nesse contexto a AC se propõe como uma técnica de apreensão da realidade visível, mas também da realidade invisível, que se encontra nas entrelinhas do texto (CAVALCANTE, 2014).

Vale refletir a respeito das limitações da AC, pois por abordar a subjetividade do sujeito é possível que em algumas situações a análise do pesquisador esteja incutida de seus pré-conceitos, o que pode repercutir no objeto de estudo, pela proximidade do investigador com os fenômenos estudados. Outra questão é a habilidade do pesquisador em ultrapassar a compreensão do que está escrito e examinar as entrelinhas do material, pois o domínio da técnica proposta de AC é uma tarefa complexa e necessária (CAVALCANTE, 2014).

Um ponto controverso na AC é com relação a frequência de determinado tema, pois embora um tema possa estar presente em muitos momentos no material estudado, não necessariamente é um tema importante, enquanto um tema pouco frequente possa ser de extrema relevância para o entendimento do fenômeno estudado. Entretanto, o critério de saturação de informações é questionado por alguns pesquisadores, principalmente pelo fato da ausência de técnicas estatísticas (CAVALCANTE, 2014).

2.3 Limites e possibilidades dos procedimentos metodológicos

Deslandes e Iriart (2012) procuraram identificar e analisar criticamente o desenvolvimento e aplicação dos usos teórico-metodológicos nas pesquisas em Ciências Sociais e Humanas em Saúde, e partem do princípio de que o modo como esses estudos são

metodologicamente construídos retrata o percurso de formação das ciências sociais dentro da área da saúde coletiva, sendo influenciada por vários pesquisadores, lideranças acadêmicas, e instituições científicas. No processo de identificação das tendências metodológicas vigentes no período foram também apontadas as limitações decorrentes do predomínio de alguns meios de questionar a realidade, gerar dados e interpretá-los.

Foram analisados artigos de três periódicos por Deslandes e Iriart (2012), publicados entre os anos de 2009 e 2010 nos Cadernos de Saúde Pública (CSP), Ciência e Saúde Coletiva (CSC) e Interface: Comunicação, Saúde, Educação (INTERF), que possuíam base empírica de investigação com aporte metodológico das Ciências Humanas e Sociais em Saúde. Selecionaram um acervo formado por 266 artigos que foram classificados a partir das temáticas “referencial teórico-metodológico”, “tipo de estudo-desenho metodológico”, “categorias analíticas utilizadas”, “técnicas para a produção de dados” e “procedimentos de análises”.

Foi verificado por Deslandes e Iriart (2012) que as representações sociais continuam presentes nas pesquisas da área, no entanto, são apresentadas através de diferentes definições e estão associadas a pontos de vista metodológicos e epistemológicos diferentes, sendo utilizados conceitos com base na antropologia, sociologia e psicologia social.

A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais na Saúde é marcada pela interdisciplinaridade, favorecendo a existência de orientações teóricas e metodológicas plurais e heterogêneas. No estudo desenvolvido por Deslandes e Iriart (2012) foi verificado que a maior parte dos artigos utilizou a análise de conteúdo (42,5%), principalmente através da análise temática, seguido pela análise de discurso (6,0%), análise de narrativa (3,0%) e análise fenomenológica (1,5%). Por fim, acreditam que a imagem que se constrói é que a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais em Saúde ainda não faz uso da totalidade das ferramentas analítico-metodológicas disponíveis, tanto as mais clássicas como as mais recentes.

As representações são formas de saber sobre os sujeitos, os objetos e o universo que os cercam, elas ajudam no entendimento de determinado contexto social e histórico e auxiliam na elaboração de uma realidade comum a todos os atores envolvidos, como explica Jovchelovitch (2000). Sendo assim, a representação social se apresenta como uma percepção anterior, ou melhor, como um conteúdo do pensamento que auxilia na explicação do mundo. Como categoria de pensamento, se revela como uma ação em movimento, nunca estática, que visa a expressão de um determinado ponto de vista sobre a realidade ao mesmo tempo em que exige a interpretação, a justificativa, o questionamento e a mudança ou, em alguns casos, a solidificação, é o que aponta Minayo (1992).

Levando em conta seu processo de socialização e a sua bagagem cultural, os seres humanos produzem e reproduzem as representações para dar sentido ao universo social. Esta é, portanto, uma atividade simbólica e “não há possibilidade de formação simbólica fora de uma rede de significados já constituídos. É sobre essa rede, e dentro dessa rede, que os trabalhos de reconstrução do que já está lá ocorrem” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 78). Magnani (1988) coaduna com este pensamento ao dizer que as pessoas não são apenas produtos de determinantes sociais, nem produtoras autônomas, porque as representações são construções que têm contexto e, por isso, são frutos das condições em que nascem e circulam. Desta forma, tanto Jovchelovitch (2000) quanto Magnani (1988) acreditam que as representações são (re)construídas por sujeitos que são constantemente atravessados pelo social, revelando que este não é um processo individualizado e, sim, coletivo.

Representação é algo assim como uma espécie de imagem mental da realidade. Os ingredientes dessa imagem seriam, em primeiro lugar, as experiências individuais decorrentes da realidade social em que o ator está imerso, realidade que se apresenta sob a forma de círculos concêntricos: família, a rede de vizinhança, o bairro, categoria profissional, partido, classe social, etc. O segundo elemento é a particular combinatória – sintática a semântica – que junta esses pedaços, responsável, entre outras coisas, por todos aqueles erros de concordância e regência, cacofonias, pleonasmos e anacolutos que conferem sabor e “autenticidade” aos depoimentos (MAGNANI, 1988, p. 128).

De acordo com Becker (2009), as pessoas acumulam diversas ideias a respeito da sociedade e ao explicá-las aos outros não começam do zero, pelo contrário: utilizam formas, métodos e visões de mundo socialmente aceitas e edificadas por um grupo, que pode ser grande, pequeno, com pouca ou grande visibilidade dentro de um determinado contexto social. Segundo Jovchelovitch (2000), as representações seriam formadas e transformadas nas reuniões públicas, em cafés, bares, ruas, ou nos meios de comunicação, em espaços institucionais. Ela diz: “é no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que os sujeitos sociais se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40). Assim, entende-se que elas são construídas através da relação do Eu com o Outro – e é que por meio desse vínculo com os outros e com o mundo que o indivíduo cria um universo de significados, que o ajudará a dar sentido aos mais variados acontecimentos que os cercam.

Para Becker (2009), as representações são criadas e transmitidas por leigos no curso da vida diária, mas também são atividades altamente profissionalizadas. As representações criadas por esses profissionais preparados e especializados podem ser diferentes daquelas produzidas por leigos curso do cotidiano, mas, segundo o autor, todas são capazes de ajudar o

indivíduo a entender o que o cerca. Na perspectiva de Jovchelovitch (2000), os meios de comunicação têm certa centralidade na produção e transformação das representações sociais, sendo que a autora não os enxerga apenas como “grandes organizações capitalistas” dedicadas a “manipular seus consumidores”, ao contrário: os descreve como meios capazes de fomentar discussões entre os cidadãos, além de servir como arena que possibilita a circulação de diferentes opiniões sobre os mais diversos temas e acontecimentos. Jovchelovitch (2000) afirma que as representações necessitam do encontro de perspectivas diferentes e dos conflitos que podem gerar quando diferentes modos de vida passam a co-existir, emergindo, assim, saberes que possuem certa flexibilidade para absorver várias formas de racionalidade. Sem o choque causado por diferentes perspectivas, as representações perdem totalmente sua dinamicidade, fixando visões restritas sobre os problemas e grupos sociais.

Apesar de dizer várias vezes que a representação ajuda a interpretar a realidade, reconhecemos, segundo Becker (2009), que elas são apenas um recorte do real, sendo incapaz de dar conta de sua amplitude. Por mais que essa representação traga muitos dados e textos, muitos outros saberes ficam de fora. Uma matéria jornalística ou um livro, por exemplo, excluiria grande parte dos elementos visuais da experiência. Entendemos, assim, que representação é construção. Jovchelovitch (2000) diz que elas são sempre representações de um objeto, elas ocupam o lugar de alguma coisa, elas “re-apresentam” alguma coisa. Nesse sentido, os autores ressaltam que as representações têm a possibilidade de, dinamicamente, construir e reconstruir a realidade com autonomia e criatividade. As representações, sendo visões de um sujeito sobre um objeto, não são fiéis à realidade. São interpretações da realidade. A relação com o real não é direta, mas sempre mediada pela história e pela subjetividade.

2.4 Caminhos metodológicos

Conforme apresentado anteriormente, no processo de concepção dessa dissertação, o intuito foi pesquisar a população em situação de rua, e a partir da minha experiência profissional o modo como esse grupo era entendido no imaginário popular foi motivo de inquietação. No meio acadêmico, as pesquisas relativas a essa população tinham enfoque majoritariamente na questão social, principalmente relacionadas aos serviços de assistência social e de saúde, mas não era essa a visão que eu encontrava pela ruas da cidade, minha

impressão era que esse grupo era marginalizado e criminalizado. A maneira encontrada para tentar compreender como essas pessoas em situação de rua são vistas ou invisibilizadas foi através da representação desse grupo na mídia impressa.

O jornal O Globo foi escolhido por ser um importante veículo de informação e comunicação na cidade do Rio de Janeiro, além de fornecer acesso às reportagens através do acervo online, onde foi realizada busca pela “expressão ou frase exata” do termo “morador de rua”. O período escolhido para análise foi o ano de 2017, pois sucedeu o ano olímpico, em 2016 o Rio de Janeiro foi sede das Jogos Olímpicos, época em que passou por diversas mudanças urbanas. Logo, o *corpus* desse estudo foram as reportagens a respeito de moradores de rua publicadas no jornal O Globo no ano de 2017.

No período de pré-análise foi verificado que nesse material existiam reportagens que não diziam respeito à população em situação de rua, mas a moradores de alguma rua específica dos bairros do Rio de Janeiro. Desse modo, foram definidos critérios para inclusão das reportagens que tinham relação direta com a população em situação de rua e exclusão de reportagens que não abarcavam esse grupo.

Um exemplo de uma reportagem que se enquadra nos critérios de inclusão está transcrita abaixo:

Antes um lugar ermo, sujo e tomado por *moradores de rua* e vendedores ambulantes, o trecho da Rua Major Ávila entre as ruas Conde de Bonfim e Santo Afonso, uma espécie de corredor de acesso à Praça Saens Peña, desde 1993 respira um ar mais puro e perfumado. No local foi criada a famosa Rua das Flores, formada por sete quiosques que comercializam plantas, flores e produtos relacionados a este universo (O GLOBO, “Perfume e cores extras há 24 anos”, 27/04/2017, p.14).

A seguir está apresentada uma situação que não se enquadrava nos critérios para incorporação da notícia na análise:

O aposentado Sérgio Afonso Barbosa da Silva, *morador da Rua Baltazar Lisboa*, em Vila Isabel, recebeu a visita da neta, que mora em Nova York, durante as festas de fim de ano (O GLOBO, “Em busca de um lugar à sombra”, 12/01/2017, p.4)

No processo de exploração do material, para a análise quantitativa, com foco temático e frequencial, foram analisadas todas as reportagens que incluíam o grupo dos moradores de rua. Vale ressaltar que foi necessário realizar a transcrição manual de todos os trechos referentes à essa população nas reportagens, pois embora o jornal possibilite o acesso ao acervo, as imagens das páginas digitalizadas não permitem que haja a seleção de trechos específicos.

As notícias foram analisadas e distribuídas em categorias (unidades temáticas) a fim de evidenciar qual perspectiva é a mais frequente na representação da população em situação de rua nesse material. As categorias propostas foram: segurança pública, assistência social, saúde pública, habitação, trabalho e lazer/cultura, que são objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Vale lembrar que uma mesma notícia pode apresentar aspectos que abrangem mais de uma categoria.

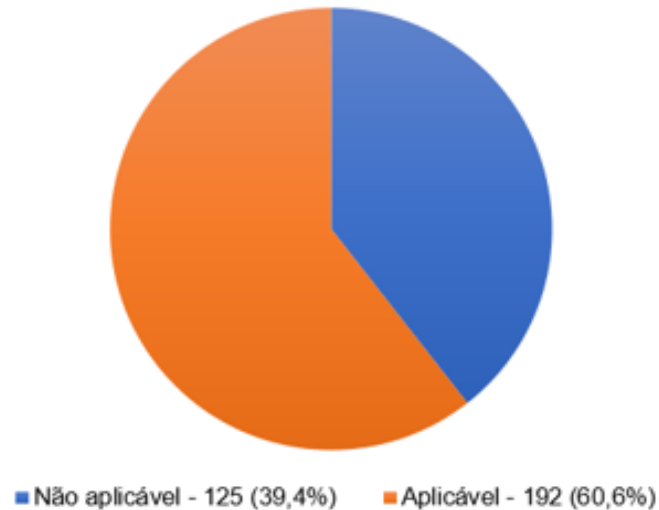
Na análise inicial foram categorizadas e contabilizadas todas as reportagens relativas à população em situação de rua no jornal O Globo em 2017, posteriormente foram contabilizadas as reportagens que falavam especificamente dos moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Após essa etapa de exploração e análise quantitativa do material, as reportagens foram selecionadas sistematicamente para análise qualitativa, com foco na representação desse grupo, centrada nas notícias de maior destaque dentro das categorias temáticas mais frequentes que abordaram a população em situação de rua no Rio de Janeiro.

2.5 Exploração do material e Categorização

As reportagens publicadas pelo jornal O Globo no ano de 2017 que apresentam o termo “morador de rua” correspondem a um total de 317, e considerando os critérios de inclusão e exclusão foram incorporadas 192 reportagens (60,6%) à pesquisa, como é possível verificar no Gráfico 2. Quando consideradas as reportagens que apresentavam conteúdo relacionado diretamente a cidade do Rio de Janeiro, foram selecionadas 135 reportagens (41,2%).

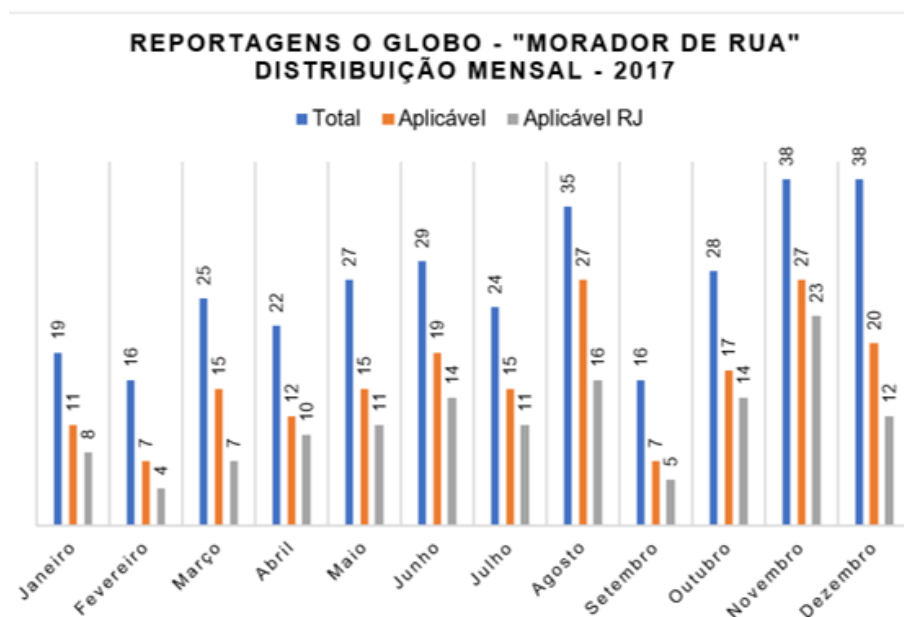
Gráfico 2 – “Moradores de rua” no Jornal O Globo em 2017

REPORTAGENS O GLOBO - "MORADOR DE RUA" - 2017

*Fonte: Jornal O Globo. Dados trabalhados pelo autor em dezembro de 2020.

O Gráfico 3 apresenta essa distribuição ao longo dos meses do ano de 2017, com o número total de reportagens, as reportagens relativas ao grupo de moradores de rua de modo geral, e mais especificamente as reportagens que relacionadas ao contexto da cidade do Rio de Janeiro.

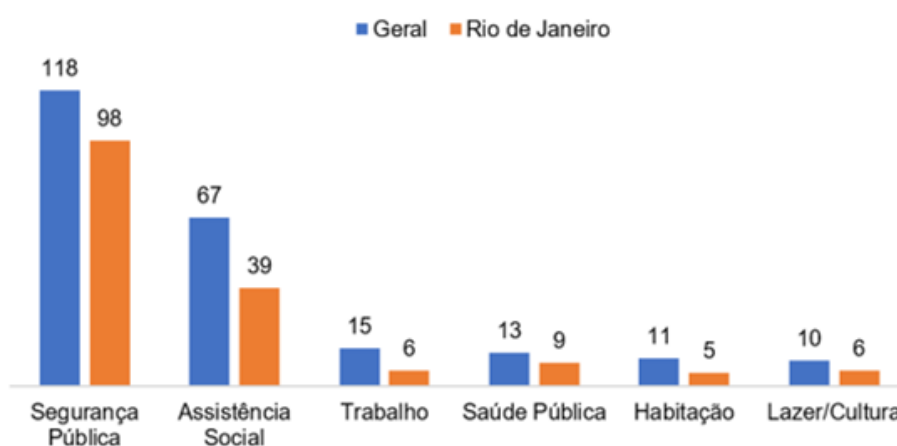
Gráfico 3 – “Moradores de rua” no Jornal O Globo em 2017: reportagens mensais



*Fonte: Jornal O Globo. Dados trabalhados pelo autor em dezembro de 2020.

Conforme observado no Gráfico 4, na análise das categoriais temáticas há uma maior frequência de reportagens que apresentam a população em situação de rua pela perspectiva da segurança pública (118 geral e 98 no Rio), seguida pela assistência social (68 geral e 39 no Rio), e poucas vezes estão presentes situações relacionadas à saúde pública (13 geral e 9 no Rio). No Anexo I encontram-se as transcrições das reportagens relativas aos moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro com suas respectivas classificações nas categorias temáticas.

Gráfico 4 – Frequência das categorias nas reportagens



*Fonte: Jornal O Globo. Dados trabalhados pelo autor em janeiro de 2021.

A partir da análise e categorização dessas reportagens foi possível observar que dentro de uma mesma categoria existiam temas que eram recorrentes no jornal. Por exemplo, as reportagens que abordavam o contexto da população em situação de rua pela perspectiva da segurança pública estavam relacionadas na maior parte dos casos ao ordenamento público e a criminalidade, principalmente por representar o morador de rua como um potencial autor de delitos. Por sua vez, pela perspectiva da saúde pública apresentava mais frequentemente a questão do uso de álcool e drogas ilícitas.

3 REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO O GLOBO

Considerando as reportagens do jornal O Globo referentes ao ano de 2017 relacionadas à população em situação de rua que retratam a cidade do Rio de Janeiro e as frequências das categoriais identificadas nos resultados coletados, será apresentado a seguir a análise qualitativa desse material, baseada nas representações encontradas, que abordam principalmente as categorias temáticas de segurança pública, assistência social e saúde pública.

3.1 Segurança Pública – O morador de rua como autor da violência

A reportagem “São Cristóvão tem patrimônio profanado”, publicada em 17 de junho de 2017, aborda a questão da depredação de bens públicos, e explica que a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora do Paraíso, construção de 1850, localizada em um terreno doado pelo imperador Dom Pedro II, está abandonada. Nem mesmo o tombamento da edificação pelo município, em 2007, foi capaz de salvá-la da degradação. Inclusive, em 2015, o SOS Patrimônio Histórico, um movimento de preservação, já anunciava a deterioração do imóvel com influência neoclássica e barroca, bem como a necessidade de conservar os objetos de arte que nele estavam.

O restaurador Marconi Andrade diz a reportagem que “recentemente, o imóvel virou abrigo de moradores de rua. Soube que peças foram roubadas. Tentaram levar até o sino, que despencou”. Mais uma vez, sem nenhuma prova, as pessoas em situação de rua são representadas como criminosas e depredadoras de espaços históricos da cidade.

Já em 21 de abril de 2017, o jornal O Globo publicou a reportagem “Medo no fim do túnel”, falando sobre a má conservação dos túneis cariocas (especialmente os localizados na Zona Sul) e como eles são capazes de gerar medo em quem frequenta a cidade. O sentimento de temor não é gerado apenas pela “penumbra, pela fuligem e pelas infiltrações” nos túneis, mas pelos atos de violência que neles ocorrem, problema comum até nos mais bem iluminados e monitorados.

De acordo com o periódico, os mais precários são o João Ricardo, localizado na Central do Brasil, e o Noel Rosa, instalado entre os bairros de Vila Isabel e Riachuelo. Os dois até passaram por reformas em 2017, como instalações de grades entre as passagens de pedestres e as faixas de rolamento. Porém, conforme o conteúdo jornalístico, continuam

assustadores. Para explicar o motivo do assombro, foi ouvido o gari que limpa essas passagens há aproximadamente oito anos: “Não há um dia em que eu não ache uma faca ou um pedaço de pau que os cracudos usam para assaltar pedestres e motoristas”. Os objetos encontrados pelo limpador de ruas podem ser de qualquer um, mas o jornal, através da fala do entrevistado, faz uma aproximação entre os moradores de rua e usuários de droga, os apontando como culpados por crimes. É possível recorrer a Moraes e Silva (2020) para compreender essa associação entre usuários de drogas e a população em situação de rua, pois diversos autores apresentam os usuários de crack como potenciais moradores de rua, que podem ser identificados por sua aparência.

A violência chama tanto a atenção que muitos nem percebem a cachoeira de água e esgoto que, há anos, mina no acesso à Rua Rivadávia Corrêa. Ela é usada por moradores de rua para tomar banho. Situação que não difere muito da vista no Noel Rosa, o primeiro túnel construído para ligar dois bairros da Zona Norte da cidade, em 1973 (O Globo, “Medo no fim do túnel”, p. 08).

É evidente a tentativa de ligar a situação precária dos túneis, bem como a sensação de insegurança gerada por eles, à presença constante de moradores de rua no local. O medo, no caso, não é só produzido pelo breu, pela falta de infraestrutura e pela água suja que escorre pelas paredes, mas pela existência de pessoas capazes de viver entre essa imundície. Além disso, não raras vezes, esses sujeitos são apontados como causadores de crimes, mesmo não existindo provas contra eles. Isso fica claro no seguinte trecho: “há refletores apagados e, na passagem de pedestres, é preciso ter cuidado para não pisar em fezes humanas. Ontem à tarde, dois rapazes trocavam de roupa dentro do túnel. – Já roubaram meu celular ali (...)”, lamenta o morador.

Na matéria, existe um clamor pela presença constante da Polícia Militar nas ruas a fim de reprimir os supostos causadores da sujeira. Por outro lado, segundo responsáveis pela PM ouvidos pelo jornal, “a escassa iluminação (nas entradas, nas saídas e no interior destes), bem como a situação geográfica dos túneis, com áreas de mata ao redor, são elementos que facilitam ações de criminosos”. O texto continua dizendo que “há ainda o impacto de imagens divulgadas em redes sociais, que difundem pânico aos usuários mesmo sem a confirmação de ocorrências”, esclarece a corporação.

subsolo. Por incrível que pareça, no domingo, aconteceu tudo de novo. Esvaziaram a geladeira. Levaram carne e outros alimentos congelados, além da louça e do aparelho que recebe imagens de câmeras de segurança. O mais espantoso é que os roubos aconteceram em um lugar famoso no mundo inteiro, num cartão-postal do Brasil – lamentou o comerciante, que calcula ter perdido mais de R\$ 2.500 em produtos (O GLOBO, “Ondas de roubo no calçadão”, p. 8).

Relatos como os do empresário Baltazar Francisco Júnior se repetem na reportagem. No geral, são donos de quiosques que foram invadidos à noite, quando o policiamento no bairro diminui, ou que perderam equipamentos de trabalhos e mercadorias durante assaltos, realizados por homens armados. A matéria explica que esses crimes também ocorreram na Barra, porém são mais comuns em Copacabana e Leme.

Sobre esses bairros, o jornal esclarece o seguinte: “Copacabana é o coração da Zona Sul, é a capital do turismo brasileiro, e estamos assustados, com medo, tristes e inseguros. Não temos mais sensação de segurança”. Em O Globo, também existe uma preocupação com o enfraquecimento do potencial turístico dos locais: “como anfitriões da Cidade Maravilhosa, não podemos receber bem os turistas, de nada adianta termos uma boa estrutura, profissionais qualificados, boa gastronomia, se os visitantes e moradores não podem desfrutar da tranquilidade”.

O vice-presidente da Orla Rio, João Marcelo Barreto, apresenta duas soluções para os problemas de Copacabana e do Leme: mais policiamento e uma maior vigilância por câmeras. Em suas opiniões, fica evidente a defesa dos interesses mercadológicos de empresários locais, principalmente quando ele fala em “ambulantes que vendem caipirinha em frente aos quiosques”. No trecho abaixo, as pessoas em situação de rua, usuárias de drogas ou não, são representadas como a sujeira do calçadão, aquilo que impede a lucratividade dos donos de restaurantes e quiosques, tirando a tranquilidade de moradores e turistas.

O vice-presidente da Orla Rio, João Marcelo Barreto, chama a atenção para outros dois problemas: o excesso de camelô na orla e o aumento da quantidade de moradores de rua. Ele defende um projeto de segurança específico para Copacabana. – Queremos fazer algo em parceria com o poder público para gerar mais segurança. Estamos falando de um corredor turístico, um lugar muito importante para a cidade. A orla tem usuários de crack, moradores de rua e assaltantes circulando o tempo todo. Isso está nos preocupando. Sem falar nos ambulantes que vendem todos os tipos de produtos, como caipirinhas, em frente aos quiosques, que pagam impostos – afirmou Barreto, acrescentando que tem participado de reuniões com representantes do setor hoteleiro para tentar viabilizar a instalação de câmeras de segurança integradas ao Centro de Operações Rio, da Prefeitura (O GLOBO, “Ondas de roubo no calçadão”, p. 8).

carros ou motos. “Em nota, a corporação frisou que, de janeiro a maio, o batalhão do bairro, o 19º BPM, efetuou 338 prisões e apreendeu 133 crianças e adolescentes infratores na região que atua”, esclarece. Por sua vez, a Secretaria de Ordem Pública esclareceu que a Guarda Municipal realizava o patrulhamento de Copacabana 24 horas por dia e que elaborava um levantamento de ocorrências para dar base às ações desenvolvidas no bairro.

A reportagem “Canais têm drogas, colchões e até varais”, publicada pelo O Globo em 09 de outubro de 2017, trata especificamente da questão das pessoas em situação de rua. Nela, quem vive na rua é representado como sujo, agressivo e ladrão, para resolver esse problema os entrevistados clamam por mais repressão policial e internação compulsória. A matéria começa descrevendo o cenário urbano que assombra moradores e frequentadores dos bairros Leblon e Jardim Botânico, como pode ser visto no trecho abaixo.

Acostumados a ver sem-teto nas calçadas e praças, moradores e comerciantes do Leblon e Jardim Botânico agora se surpreendem com a ocupação de um novo espaço: os canais que cruzam os bairros. Diariamente, grupos consomem drogas, lavam roupas, tomam banho e até dormem nesses locais, em trechos onde o leito está quase seco. Além disso, há relatos de assaltos perto das margens dos pequenos rios. De acordo com testemunhas, os desabrigados são os responsáveis pelos assaltos (O Globo, “Canais têm drogas, colchões e até varais”, p. 14).

Pelo destaque dado a fala de um morador, é defendida a representação de moradores de rua violentos: “quem vive ou trabalha na região vem sofrendo. Às vezes a polícia aparece durante a noite e afugenta os grupos, mas, na manhã seguinte, eles voltam. Eles incomodam motoristas e pedestres porque são muito agressivos”, se referindo aqueles que estavam no canal da Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon. O Presidente da Associação Amigos do Leblon e de Adjacências contou: “nossa grande preocupação é com roubos e furtos. Equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos até passam pela região, mas não conseguem resolver o problema da crescente população de rua”, ele continua: “a lei impede que um sem-teto seja levado de forma compulsória para um abrigo”.

Já a presidente da Associação de Moradores e Amigos do Leblon (AmaLeblon) esclareceu que “vivemos um momento muito estranho, sem repressão” e que o perfil dos moradores de rua do bairro mudou, criticando a falta de políticas públicas. É interessante essa fala, pois, ao mesmo tempo em que critica a falta de políticas públicas para essas pessoas, exige mais repressão para elas.

A gente está vivendo um momento muito estranho, sem repressão. Hoje percebemos que a população de rua, em sua maioria, não é aquela que estávamos acostumados a ver. Não são pessoas carentes, que precisam de atendimento social, que estão pelas ruas do bairro. São famílias inteiras que vêm para cá, gente que trabalha como

flanelinha e que não volta para casa porque passou a usar os canais para dormir, tomar banho ou lavar roupa. A legislação é usada como desculpa pelo poder público, que não consegue desenvolver trabalhos eficientes para a questão (O Globo, “Canais têm drogas, colchões e até varais”, p. 14).

Figura 3 – Canais têm drogas, colchões e até varais

14 | O GLOBO

Rio

Segunda-feira 9.10.2017

Canais têm drogas, colchões e até varais

Sem-teto ocupam pontos da Av. Visconde de Albuquerque, no Leblon, e da Rua Batista da Costa, no Jardim Botânico

RENAN RODRIGUES
renan.rodrigues@oglobo.com.br

Acostumados a ver sem-teto nas calçadas e praças, moradores e comerciantes do Leblon e do Jardim Botânico agora se surpreendem com a ocupação de um novo espaço: os canais que cruzam os bairros. Diariamente, grupos consomem drogas, lavam roupas, tomam banho e até dormem nesses locais, em trechos onde o leito está quase seco. Além disso, há relatos de assaltos perto das margens dos pequenos rios. De acordo com testemunhas, alguns desabrigoados são os responsáveis pelos assaltos.

— Quem vive ou trabalha na região vem sofrendo. As vezes, a polícia aparece durante a noite e afugenta os grupos, mas, na manhã seguinte, eles voltam. Eles incomodam motoristas e pedestres porque são muito agressivos — afirmou o jornalista Luiz Gustavo, referindo-se aos moradores de rua que ocupam um trecho do canal da Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon.

Presidente da Associação Amigos do Leblon e de Adjacências, Augusto Boisson disse que, durante o dia, a maioria

dos sem-teto fica concentrada na Avenida Ataúlfo de Paiva e, quando escurece, parte deles se dirige para os canais:

— Nossa grande preocupação é com os roubos e furtos. Equipes da Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos até passam pela região, mas não conseguem resolver o problema da crescente população de rua, já que a lei impede que um sem-teto seja levado de forma compulsória para um abrigo.

LÍDER COMUNITÁRIA QUER AÇÕES
Evelyn Rosenzweig, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Leblon (AmaLeblon), ressalta que há uma mudança no perfil dos moradores de rua do bairro e critica a falta de políticas públicas:

— A gente está vivendo um momento muito estranho, sem repressão. Hoje percebemos que a população de rua, em sua maioria, não é aquela que estamos acostumados a ver. Não são pessoas carentes, que precisam de atendimento social, que estão pelas ruas do bairro. São famílias inteiras que vêm para cá, gente que trabalha como flanelinha e que não volta para casa

porque passou a usar os canais para dormir, tomar banho ou lavar roupa. A legislação é usada como desculpa pelo poder público, que não consegue desenvolver trabalhos eficientes para a questão.

Com o leito seco em diversos trechos, o canal da Rua Batista da Costa, no Jardim Botânico, virou moradia para várias pessoas. Ali, canos se tomaram varais improvisados, e, segundo moradores da área, a quantidade de colchões aumenta a cada dia. No sábado, uma equipe do GLOBO flagrou cinco homens dormindo no trecho próximo à Avenida Lineu de Paula Machado.

— Essa cena, infelizmente, é comum por aqui, e, obviamente, vem impactando meu negócio. Clientes ficam desconfortáveis. A prefeitura precisa agir, para que o problema não tome uma proporção ainda maior — reclamou um comerciante, que pediu para não ser identificado.

O secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Pedro Fernandes, que tomou posse na última sexta-feira, disse que iria aos locais apresentados pela reportagem para analisar a situação da população de rua. ●



Moradias Improvisadas.
Acima, uma pessoa dorme à beira do leito quase seco visto da calçada da Rua Batista da Costa. Ao lado, um homem consome droga às margens do canal da Visconde de Albuquerque

obviamente, vem impactando meu negócio. Clientes ficam desconfortáveis. A prefeitura precisa agir, para que o problema não tome uma proporção ainda maior”.

O medo de moradores de rua aparece no jornal, afastando algumas pessoas do espaço público. A reportagem “A paz ameaçada”, publicada em 26 de outubro de 2017, esclarece que “passeio a pé por certas vias do Recreio não é mais tranquilo como antes. O olhar atento à movimentação no entorno, os passos apreçados pelas praças vazias ou ocupadas somente por moradores de rua e a sensação de insegurança”. Para o jornal, os lugares, que eram “extensão da própria casa”, se tornaram inseguros pela presença de pessoas em situação de rua e por um suposto aumento de crimes.

É evidente, já no início do conteúdo, a conexão entre pobreza e violência. Para reforçar essa ideia, foram utilizados dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) para revelar que alguns crimes diminuíram e outros aumentaram. Aqueles que vivem nas ruas, de acordo com essa ligação feita pelo texto, reforçam a representação de violento e criminoso.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em agosto o roubo a transeunte, uma das principais queixas dos moradores, teve queda, se comparado ao mês de julho, caindo de 65 para 58. Em relação a agosto do ano passado, porém, o aumento foi de 81,25%. O roubo de veículos diminuiu, passando de 28, em julho, para 13 no último boletim divulgado pelo instituto. Já o de celular, que apresentava queda nos índices desde março, voltou a subir. O total de roubos geral caiu 8% no mesmo período, mas o número de furtos aumentou 37,5%, comparado ao mês anterior (O GLOBO, “A paz ameaçada”, p.6).

O espaço em si foi representado como abandonado e decadente, não pela estrutura urbana em si, mas pela presença de moradores de rua, usuários de drogas e ladrões. “Frequentadores dizem que a área está abandonada. Segundo relatos, a presença da Guarda Municipal na orla tem sido nula, e a praça tem ganhado moradores de rua a cada dia. Além deles, há usuários de drogas e ladrões”, esclarece. Esse trecho específico reforça o medo na medida em que liga “pessoas de rua” ao crime. O que incomoda não é o uso de drogas em si – se fosse, o jornal também denunciaria os jovens de classe média do Recreio que fazem uso de substâncias ilícitas – mas a presença constante de pobres se drogando em um bairro abastado.

Figura 4 – A paz ameaçada

A paz ameaçada

Moradores do Recreio reclamam do aumento da insegurança e da falta de contingente policial

ÁRION LUCAS
arionlucas@oglobo.com.br
CAROLINA CALLEGARI
carolina.callegari@oglobo.com.br

O passeio a pé por certas vias do Recreio não é mais tranquilo como antes. O olhar atento à movimentação no entorno, os passos apressados pelas praças vazias ou ocupadas somente por moradores de rua e a sensação de insegurança em locais que antes eram quase a extensão da própria casa se tornam mais comuns à medida em que os relatos de violência crescem.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em agosto o roubo a transeuntes, uma das principais queixas dos moradores, teve queda, se comparado ao mês de julho, caindo de 65 para 58. Em relação a agosto do ano passado, porém, o aumento foi de 81,25%. O roubo de veículos diminuiu, passando de 28, em julho, para 13 no último boletim divulgado pelo instituto. Já o de celular, que apresentava queda nos índices desde março, voltou a subir. O total de roubos geral caiu 8% no mesmo período, mas o número de furtos aumentou 37,5%, comparado ao mês anterior.

Enquanto os números oscilam nos registros oficiais, não são poucos os pontos do Recreio por onde os moradores passam temendo serem alvo de violência. Da Praça Tim Maia, é fácil ver a imensa pedra que, destacada na Praia do Pontal, eternizou-se em uma das mais famosas canções do compositor. O cenário, no entanto, é menos alegre hoje. Frequentadores dizem que a área está abandonada. Segundo relatos, a presença da Guarda Municipal



Praça Tim Maia. Moradores de rua montam acampamento no local



Praça Amore. Rael (à esquerda) e Zanoteli dizem que crianças sumiram



Temor. Margaret Dias já não caminha na orla com tranquilidade

na orla tem sido quase nula, e a praça tem ganhado mais moradores de rua a cada dia. Além deles, há usuários de drogas e ladrões à espreita.

Quando a equipe do GLOBO-Barra esteve no local, há três semanas, encontrou moradores de rua circulando e seus pertences aglomerados em diferentes pontos. Em um deles, debaixo de um guarda-sol, cobertores e mochilas estavam ao lado de um carrinho de compras atulhado de outros itens, como brinquedos e um colchão. Havia ainda outros objetos acomodados entre galhos de árvores e lixo espalhado pelo chão.

O aposentado Cesar Ferreira conta que o problema na Tim Maia se agrava nos fins de semana, quando a praia fica lotada e moradores de rua que costumam acampar na orla migram temporariamente, fugindo da fiscalização. Segundo ele, a falta de policiamento abre espaço inclusive para o uso de drogas ali e nas ruas próximas.

— Os entorpecentes rolam livremente, você sente o cheiro de longe. Eles preparam comida ali mesmo, fazem necessidades, é uma festa. E a praça sempre tem eventos esportivos, vem gente de vários estados. É isso o que temos a oferecer? — indaga o aposentado, morador do Recreio há 25 anos.

Na orla, a apreensão é a mesma. Numa manhã de quarta-feira, a correitora Margaret Dias comprou uma água de coco num quiosque próximo ao Posto 12 só para poder se sentar na área reservada e usar o celular com tranquilidade.

— Eu fiquei com medo de andar pelo calçadão. Antes, era muito tranquilo. Podíamos andar de madrugada — conta Margaret, que trabalha no bairro há 13 anos e há quatro passou a morar lá. —

Na época da Olimpíada, tinha a polícia montada, que impunha mais respeito. Não vemos mais policiamento por aqui.

A Pedra do Pontal, que atrai amantes da natureza, também tem sido evitada, diz o engenheiro Arnaldo Saraiva:

— Eu até subo, mas com o pé atrás. Volta e meia, quando vejo que está muito vazio, fico aqui embaixo mesmo.

A presidente da Associação dos Moradores do Recreio dos Bandeirantes (Amor), Simone Kopezynski, aponta o crescimento do número de moradores de rua e de pedintes em sinais de trânsito como o principal reclamação de quem vive no bairro quando o tema é segurança. Uma das cobranças é a criação da Terceira Companhia Destacada, no Recreio, o que reduziria o tempo de deslocamento dos policiais em caso de ocorrências:

— Quando há uma companhia vinculada ao batalhão, isso agiliza o patrulhamento. Hoje, os policiais têm que ir até a Avenida Salvador Alende para trocar o plantão.

Durante a semana, sem o reforço dos agentes da Operação Verão, a praia se torna menos tranquila. Quando o fotógrafo do GLOBO-Barra fazia imagens na areia, foi cercado por quatro homens que exigiram ver as fotos, para saber se tinham sido registrados, e faziam ameaças. Sem guardas municipais ou policiais por perto, o jeito foi ir embora, deixando para trás uns poucos banhistas e irregularidades como ambulantes preparando petiscos numa churrasqueira, na areia, enquanto outros vendiam diferentes artigos no calçadão.

Apesar do cenário, a Guarda Municipal afirma que agentes do Grupoamento Especial de Praia patrulham diariamente a região do Posto 12, tendo co-

Como solução para esse suposto problema, a reportagem sugere mais policiamento: “a falta de policiamento abre espaço inclusive para o uso de drogas ali e nas ruas próximas”. As falas de um morador antigo do Recreio, que foram reproduzidas pelo jornal, explicam bem esse cenário temeroso e incômodo:

Os entorpecentes rolam livremente, você sente o cheiro de longe. Eles preparam comida ali mesmo, fazem necessidades, é uma festa. E a praça sempre tem eventos esportivos, vem gente de outros estados. É isso que queremos oferecer? (O GLOBO, “A paz ameaçada”, 2017, p.6).

A matéria reproduz a fala de uma moradora a fim de esclarecer como os moradores de condomínio vivem e experimentam o bairro, mesmo com medo. Ela diz, por exemplo, que, quando vai caminhar na orla, consome os produtos dos quiosques só para utilizar o celular em segurança: “eu fiquei com medo de andar pelo calçadão. Antes era muito tranquilo. Podíamos andar de madrugada”. Conclui dizendo que a época da Olimpíada era boa porque tinha mais policiamento, e isso afastava os moradores de rua.

Em “Tudo pela proteção”, publicada pelo O Globo em 30 de novembro de 2017, foi esclarecido que a agência do Itaú, localizada na Rua Haddock Lobo, na Tijuca, instalou grades em suas portas. A assessoria de imprensa assegurou que a medida foi tomada devido aos supostos atos de vandalismos praticados na unidade do banco. O jornal esclarece que, para moradores dessa rua, a iniciativa da empresa gerou outro problema: por causa das grades, os moradores de rua, que se instalavam na marquise da agência, se transferiram para o Largo da Segunda-feira, praça que concentra o comércio da região, local de circulação de quem vive no bairro. Morador antigo do bairro, esclarece o seguinte:

Sem dúvidas as grades ajudam a coibir ações de vandalismo e assaltos à noite. Mas a quantidade de moradores em situação de rua que dormia aqui era enorme. O local amanhecia cheio de lixo e com forte cheiro de urina e fezes. Então esse grupo que passava a noite sob a marquise agora está dormindo no largo, que passou a ficar sujo e com cheiro de urina também (O GLOBO, “Tudo pela proteção”, p. 4).

Nessa matéria, as pessoas que vivem nas ruas são representadas como vândalas. Não é inquerido o papel do Estado no amparo a essa parte da população, mas o conteúdo jornalístico fixa na ideia de que sujam as ruas, deixam tudo fedendo a fezes e urinas. Não foi questionado, por exemplo, o papel da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que disse, por meio de assessoria de imprensa, que repassou a demanda à Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania, responsável pelo acolhimento dos sujeitos que vivem nas ruas. Não problematizam o fato de os abrigos municipais não conseguirem atender a todos de forma adequada, não contam com infraestrutura satisfatória, têm poucas vagas, além de serem considerados por muitos como normalmente inóspitos.

3.2 Segurança Pública – O morador de rua como vítima da violência

Conforme apresentado, durante a análise foi possível evidenciar que a grande maioria das reportagens do jornal neste período que abordavam questões relativas à segurança pública no que tange a situações de violência representavam o morador de rua como um provável

Santos fazia das ruas de Copacabana seu dormitório e local de subsistência, era conhecida pelos vizinhos do bairro por ser uma mulher excêntrica, ao longo do dia encontrava-se próximo a uma praça da região onde areava incansavelmente as panelas da vizinhança, alheia ao que ocorria ao seu redor. Entretanto, como descreve o jornal “Esse universo particular, em que a pobreza tangencia a loucura, não a protegeu da maldade humana: no dia 18 de outubro, Fernanda foi morta, aos 40 anos, com um tiro no peito enquanto dormia, na esquina da Rua Duvivier”.

O delegado responsável pela Delegacia de Homicídios se diz chocado com tamanha violência, e entende que o caso se trata de um crime de ódio. Informa que os dois acusados agiram de forma fria, e a polícia estava investigando se eles estavam envolvidos no homicídio de um outro morador de rua que teve o corpo carbonizado dentro de um túnel também em Copacabana.

Em reportagem de 17 de novembro de 2017 “Crime em Copacabana – Cerco à ‘turma da massagem’. Polícia apura se morte de moradora de rua tem relação com justiceiros incensados em redes sociais” é informado que a Delegacia de Homicídios está investigando um grupo suspeito de fazer justiça com as próprias mãos que tem como alvo pedintes, flanelinhas e outras pessoas que vivem nas calçadas. Uma outra moradora de rua diz temer pela própria vida, “Fernanda era querida por todos, até gente rica gostava dela. O que aconteceu mostra que quem dorme na calçada corre risco”.

Com a propagação do caso pelo bairro, vizinhos resgataram o passado de Fernanda, que teria buscado a rua por decepção após ter sido abandonada pelo marido, um francês que partiu levando seus três filhos. Com a repercussão do caso um irmão de Fernanda que mora em outro estado foi identificado e relatou que a irmã sempre sofreu muito desde pequena, e que o desajuste da família é decorrente de um sistema que não oferece uma estrutura social e educacional para pessoas pobres, afirma que “a família da gente sempre foi desestruturada, muito por causa dos problemas de minha mãe com a bebida. Achava que Fernanda estava vivendo bem no Rio”. A história relatada mais uma vez evidencia a questão da ruptura familiar como um dos fatores que levam um indivíduo à situação de rua.

Por fim, para que Fernanda não fosse enterrada como indigente, um grupo de voluntários que dá apoio a pessoas em situação de rua buscou apoio junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, que viabilizou a documentação necessária para um enterro no Cemitério do Caju.

Figura 6 – Cerco à “turma da massagem”

Cerco à ‘turma da massagem’

Polícia apura se morte de moradora de rua tem relação com justiceiros incensados em redes sociais

Arquivo Watana, Emma Mendes e Gustavo Gouveia

Um grupo suspeito de fazer justiça com as próprias mãos, chamado de “turma da massagem”...



Retalhos da história de uma ‘vizinha’ gentil e querida

Quem vive no bairro se lembra com carinho de Fernanda e lamenta seu assassinato

Everson e Oliveira em reportagem de

A morte de prêmios dos alunos de Fernanda Rodrigues das Neves se alinava rapidamente com Copacabana...

Bianca de rua, Silva Gomes da Silva disse que, na manhã de dia 18 de outubro, estava com um...

ela poderia se estender aos entrevistados porque estava atônita. Começo do trabalho foi muito tranquilo...

Alerta Rodrigo: BARRIDO E CAPTURADO PELA TURMA DA MASSAGEM APÓS TENTATIVA DE ASSASSÍO. TIROS. Sob investigação, Polícia à ‘turma da massagem’



Ainda relacionado ao caso da população de rua como vítima de violência, reportagem de 18 de novembro de 2017 aborda que “Cinco dias depois, moradores de rua agredidos no Leme – Segundo a prefeitura, oito desabrigados foram ameaçados ou espancados em nove meses”. De acordo com a Secretaria de Assistência Social, cinco dias após o assassinato de Fernanda, moradores de rua foram espancados em uma praça no Leme. A prefeitura tomou conhecimento do caso quando uma das vítimas procurou um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) após a agressão para pedir auxílio devido fratura em mandíbula, relatando que seu grupo foi acordado de forma violenta durante a madrugada.

De acordo com o jornal, dados da Secretaria de Assistência Social apontam que os casos de violência contra a população em situação de rua estavam ocorrendo em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, sendo que nos últimos nove meses foram registrados pelos menos oito casos de ameaça ou agressão, tendo como principais alvos indivíduos do sexo masculino. Além disso, moradores de rua relataram que algumas agressões foram praticadas por agentes públicos.

Outro episódio abordado pelo jornal foi publicado em 23 de novembro de 2017, onde se lê “Moradores de rua teriam desaparecido no Centro - MP investiga denúncias de que homem em carro preto levou duas pessoas”. A população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro já se encontrava apreensiva antes mesmo do fatídico episódio envolvendo o assassinato de Fernanda, pois segundo denúncias, um homem em um carro preto estava obrigando moradores de rua a entrarem no veículo, e pelo menos duas pessoas que cruzaram com o suspeito desapareceram. Um recurso encontrado por essa população para se sentirem um pouco menos inseguros foi procurar se abrigar em locais em que há monitoramento por câmeras. Segundo informações do jornal, a Defensoria Pública relatou que o registro de agressões praticadas por agentes públicos contra esse grupo diminuíram, mas queixas contra cidadãos comuns se tornaram mais frequentes.

A partir desses dados apresentados pelo jornal é possível compreender que a população em situação de rua não está apenas exposta a preconceitos, alterações climáticas, fome, doenças e conflitos pessoais e familiares, mas também estão expostas a situações em que são vítimas de violência. Violência que pode ser deflagrada tanto por agentes públicos que, a priori, deveriam protegê-las, como também por indivíduos da sociedade civil, o perigo espreita a cada esquina.

3.3 Segurança Pública – Ordem pública

Na reportagem “Abandono no Jardim do Meier” publicada em 04 de fevereiro de 2017 os moradores do bairro queixam de descaso com o parque do Meier, que é apresentado como “um dos mais importantes espaços de lazer do bairro” mas que na época encontrava-se com “grades retorcidas, calçadas danificadas, iluminação precária e muito lixo no entorno” e entendiam que como agravante da situação de desordem do parque estavam os moradores de rua, como é observado em “Para piorar, moradores de rua têm usado a fonte para tomar banho e lavar roupas”.

Na Zona Norte carioca, a região da Tijuca também esteve em evidência, na reportagem “Ele quer pôr ordem na casa” de 02 de março de 2017 o novo superintendente da Grande Tijuca refere que o ordenamento do espaço público é sua prioridade e será “linha dura no combate às irregularidades à desordem urbana na região”, pois acredita que “muita gente está usando o espaço público achando que é um local particular, que pode fazer o que bem entender, é preciso respeitar o direito de ir e vir das pessoas”, e promete coibir a presença de moradores de rua na Praça Saens Peña.

Em continuação ao exposto em 02 de março, a reportagem de 18 de maio de 2017 “Poço de problemas na Praça Saens Peña” aponta que a constante presença de moradores de rua é um dos “problemas crônicos” da praça, fato reforçado pelo relato de uma moradora da região: “As pessoas fazem fogueiras na praça, fazem as necessidades fisiológicas no local e usam drogas indiscriminadamente. Uma coisa é ficarem aqui. Todo mundo tem direito de ir e vir, mas isso já é abuso”.

No dia 18 de junho de 2017 a reportagem “Revitalização Ameaçada - Ambulantes e moradores de rua se multiplicam” informa que esses grupos ocupam espaços na região que se estende do Boulevard Olímpico à Praça Marechal Âncora, e a insatisfação de comerciantes locais com a presença dessa população é evidente:

Os sinais de desordem na região preocupam. Eustáquio Pereira, dono do restaurante Albamar, conta que a população de rua cozinha, lava roupas, namora e faz suas necessidades na Praça Marechal Âncora: - Recebemos muitos turistas, que ficam assombrados com a situação. Recentemente, uma comitiva de escoceses e portugueses veio jantar conosco. Eles disseram que a comida estava maravilhosa, mas se sentiram desconfortáveis com o que chamaram de vizinhos do restaurante (O GLOBO, “Revitalização ameaçada – Ambulantes e moradora de rua se multiplicam”, p.11).

Figura 7 – Ambulantes e moradores de rua se multiplicam

Domingo 10 de 2017

Rio

04.060 | 11

REVITALIZAÇÃO AMEAÇADA

Ambulantes e moradores de rua se multiplicam

Grupos tomam espaços em região que se estende do Boulevard Olímpico à Praça Marechal Âncora

SILVIA SCHMIDT
silvia@globo.com.br

Sexta-feira, oito da manhã. Acordados pelo sol mais forte, sete moradores de rua levantam do gramado da Praça Marechal Âncora, que faz parte da Orla Conde e é vizinha ao Parque Maravilha. Perto dali, na Praça Mauá, que integra o conjunto à beira-mar, já havia quase duas dezenas de ambulantes com carrinhos de supermercado e caixas de isopor empilhadas em triciclos. Pouco depois das 10h, o número cresce: um grupo começa a estender painéis — chamados de “parquetadas” — para expor mercadorias e enfileira no chão vários guarda-chuvas abertos, oferecidos por R\$ 20. Guardas municipais circulam de um lado para o outro e pedem aos vendedores que não fiquem em frente ao Museu do Amanhã. Pedido acatado: todos seguem para o Boulevard Olímpico.

Os sinais de desordem na região preocupam. Eucláudio Pereira, dono do restaurante Albaraz, conta que a população de rua continua a aumentar e faz suas necessidades na Praça Marechal Âncora.

— Recebemos muitos turistas, que ficam assombrados com a situação. Recentemente, uma comissão de escoteiros e portugueses veio jantar conosco. Eles disseram que a comida estava maravilhosa, mas se sentiram desconfortáveis com o que chamaram de vizinhos do restaurante.

Segundo Pereira, há de quatro a cinco grupos de moradores de rua vivendo na praça. Boa parte fica concentrada perto do Albaraz, numa passagem subterrânea, e nas proximidades da estação das barras.

O ambulante Antônio Costa também reclama. A bruxa dele é direcionada à Guarda Municipal, que não o deixa ven-

der água mineral na fila que se forma diante do Museu do Amanhã. Isso o obriga a sofrer uma escarificação.

— Quando os guardas saem para almoçar ao meio-dia, eu vou para lá. Fico até as 13h — revela Costa.

Um outro vendedor de bebidas, Waldemar de Jesus, diz que, à noite, os guardas municipais não impedem a venda. À presidente da Associação Gastronômica Sabor e Saúde, Rosane Pitari Lage, que representa os donos das 20 barracas instaladas legalmente na Praça Mauá, lamenta a “concorrência de ilegal”.

— Pagamos licença, mantemos o local limpo e contratamos vigilantes para fazer controle das barracas depois que todo mundo vai embora. Os camelôs não pagam nada e pegam nossos fregueses. Vendemos uma lata grande de cerveja por R\$ 6; eles, por R\$ 5. E fica por isso mesmo.

Em nota, a Guarda Municipal destaca que mantém, diariamente, 12 agentes

na região de Boulevard Olímpico, atuando principalmente nas proximidades dos museus do Amanhã e de Arte de Rio (MAR). Outros seis fazem patrulhamento na Praça Quinze. Já a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos afirma que, em janeiro, aumentou de um para cinco o número de equipes de abordagem no Centro e na Zona Sul.

— Nas últimas semanas, a população de rua do Rio triplicou. Não podemos levar alguém para um abrigo de forma compulsória. As equipes tentam convencer os cidadãos sem sucesso a acompanhá-los por livre e espontânea vontade — fala a secretária Tereza Reigles. ■



Desorden. Assim, um ambulante no Boulevard Olímpico ao lado, moradores de rua na Praça Marechal Âncora

MOMENTO DE ESTAGNAÇÃO

Obras paradas, salas e lojas vazias

Empresários, porém, ainda apostam numa mudança de cenário

Desde julho de 2014, as sete torres que abrigarão a Vila da Olimpíada e se tornarão o primeiro empreendimento residencial do Parque Maravilha estão com obras paradas. Não há previsão de quando serão retomadas. A informação do grupo Odebrecht, OAS e Carticeo é que o projeto passa por uma revisão.

O Larkina, outro projeto residencial para a região, elaborado pela Tishman Speyer, está em fase de aprovação pela prefeitura,

Serão duas torres, mas o número revisado de apartamentos e o prazo para início das obras seguem indefinidos. Mesmo assim, Ana Carolina Albuquerque, diretora da empresa no Rio, manifesta otimismo.

— Independentemente do momento econômico do país, o Tishman Speyer mantém uma visão de longo prazo, adotada em seus mais de 30 anos de atuação no mercado imobiliário.

Uma falta em breve e um galpão na esquina da Avenida Professor Pereira Reis com a Rua Equador informa que já está erguido o Residencial Dorkland. No entanto, Marcelo Conde, da empresa STX, aguarda um encaminhamento entre a Caixa Econômica Federal e a prefeitura “para fechar a contratação e lançar o empreendimento até o início do ano que vem”.

— É preciso buscar uma solução negociada — defende ele. Para o presidente regional da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademir-RJ) Claudio Hermelino, a solução passa pela revisão do preço das Cepacs da região e pela quantidade de certificados emitida pela prefeitura.

— Forçamos para que tudo dê certo.

Diferentemente dos pedidos residenciais que não decolaram, dez grandes empreendimentos comerciais foram concluídos ou estão em fase final, embora com pouca ocupação. E o Hotel Ibo, inaugurado em outubro de 2016, acabou fechando temporariamente por falta de demanda. Segundo o grupo Accor, as hóspedes estão sendo direcionadas para o vizinho Novotel. No mesmo com-

plexo, duas torres do Porto Atlântico estão com poucas salas ocupadas.

— Tem proprietário dando carência de aluguel de dois meses, para receber o condomínio e o IPTU — conta o administrador Fábio Merello.

O Porto Atlântico alega que “a vacância é alta no Rio, com alta concentração no Porto Maravilha, dado o grande número de empreendimentos recentemente entregues”. O presidente da Citip, Antônio Carlos Mendes Barbosa, diz que, além de novas habitações, negocia a abertura de três meses, um supermercado e um hospital. Um projeto de instalação de 26 quiosques está sendo revisado depois de críticas contra o número, considerado alto. ■

Conforme apresentando anteriormente, durante o processo de preparação para os megaeventos na cidade do Rio de Janeiro a região da Zona Portuária passou por processo de revitalização, ocasionando, além da remodelação do espaço urbano, a remoção e o deslocamento de pessoas menos favorecidas das regiões centrais para as mais afastadas. A reportagem expõe que esse processo de modificações urbanas se encontrava ameaçado após os megaeventos, com a reocupação da área por ambulantes e moradores de rua, que

contribuíam para a desordem local, causando incômodo em quem trabalha e frequenta a região.

Figura 8 – Em busca de novos rumos para a praça tiradentes

Em busca de novos rumos para a Praça Tiradentes

Pesquisa vai ouvir frequentadores, empreendedores e moradores para traçar ações que valorizem patrimônio

SIMONE CANDIDA
simone.candida@oglobo.com.br

Batizada em homenagem ao centenário da morte do líder da Inconfidência Mineira, em 1892, a Praça Tiradentes, no Centro do Rio, já teve vários nomes: Rocío Grande, Largo do Pelourinho, Terreiro da Polé, Campo da Cidade, Campo dos Giganos e Praça da Constituição. O passado e a importância histórica do logradouro — antigo reduto de teatros e cabarês — já são conhecidos, mas é preciso entender o que ela representa nos dias atuais. Como noticiou Anselmo Góis em sua coluna no GLOBO, a Praça Tiradentes será alvo de um estudo do Laboratório de Economia Criativa, Desenvolvimento e Territorial da ESPM-Rio. Feita a pedido do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e do Centro Carioca de Design, a pesquisa vai traçar um perfil do frequentador, dos moradores e dos empreendedores da praça, ajudando o órgão de patrimônio a definir novas ações para o local, um dos grandes polos de cultura do Rio.

Segundo o presidente do IRPH, o arquiteto Augusto Ivan, a ideia é mensurar a percepção do carioca sobre a praça, avaliando o que é bom e o que é ruim naquele pedaço da cidade. E, partir do resultado da pesquisa, pensar em estratégias para revalorizar a praça.

— Conhecemos a importância do local, que tem prédios históricos, galerias, e foi revitalizado. Mas precisamos saber o que é necessário melhorar e o que os frequentadores que-

rem. Temos ali o Centro Carioca, e nossa ideia é transformá-lo num espaço mais voltado para o patrimônio da cidade. Pensamos até em instalar ali um posto avançado da nossa biblioteca, para que a população tenha mais acesso. A pesquisa é para conhecermos melhor a percepção do frequentador — explica Augusto Ivan.

ECONOMIA CRIATIVA SERÁ MEDIDA
Iniciada em março, a pesquisa está sendo realizada por estudantes do curso de mestrado da ESPM, que estão aplicando questionários na Praça Tiradentes durante o evento Tiradentes Cultural, que todo primeiro sábado do mês ocupa a região com atividades culturais e uma feira gastronômica. Numa segunda etapa, serão realizadas pesquisas qualitativas com moradores e empresários ou diretores de bares, centros culturais e hotéis da região. O trabalho está previsto para ser concluído até o fim do ano.

— O Instituto Rio Patrimônio e o Centro Carioca nos procuraram pedindo a pesquisa e fizemos a proposta de fazer algo mais amplo. Oferecemos uma pesquisa que medisse o potencial da economia criativa e os efeitos que as ações na Praça Tiradentes têm sobre o entorno — diz a doutora em ciências sociais Sílvia Borges, uma das coordenadoras da pesquisa.

Para o coordenador do Laboratório de Economia Criativa da ESPM-Rio, João Luiz Figueiredo, a pesquisa vai ajudar a identificar como a praça pode desenvolver seu potencial como polo de economia criativa na cidade. O levantamento vai analisar o que já existe (prédios, casas noturnas, restaurantes, etc.), a fim de identificar os problemas e traçar planos para que a Tiradentes retome o rumo.

RADIOGRAFIA URBANA



Contrastes. Praça Tiradentes: sem grades, com vocação para o crescimento após o VLT, mas ainda decadente e com população de rua

— Historicamente, essa praça foi muito importante no desenvolvimento da cidade, da arte, da cultura e da economia da cultura, que hoje chamamos de economia criativa. A Praça Tiradentes ficou durante muito tempo degradada, passou por um processo recente de revitalização, mas ainda precisa de avanços. Encontramos no entorno dela 15 equipamentos culturais importantes. Com a pesquisa, vamos poder fazer um diagnóstico do que temos de potencial e quais são os gargalos para que praça se torne mais ativa — comenta João Luiz.

Sem grades, com parte dos prédios históricos restaurados e na rota do VLT, a Praça Tiradentes viveu um período recente de revalorização, com a instalação de equipamentos culturais, como o Centro Carioca de Design (CCD), inaugurado em 2010, com galerias de exposição e espaços integrados múltiplos, e o Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (Crab), também aberto em 2010, em três casarões históricos e tombados que passaram por

dois anos de retrofit, um deles o Solar do Visconde do Rio Seco. Porém, quem vive e investiu na região teme que o atual abandono do poder público coloque tudo a perder, como o empresário Plínio Fróes, diretor do Polo Novo Rio Antigo, que tem dois imóveis na praça e pretendia abrir em um deles um cabaré, mas resolveu adiar os planos.

— A Praça Tiradentes tem um grande potencial, mas, infelizmente, vivemos um período de ausência de ordem pública que, combinada com a crise, tem agravado o problema. Na praça, há muitos camelôs e moradores de rua e já aconteceu vandalismo. A implantação da estação do VLT, integrando a praça a todo o centro histórico do Rio, nos animou com a expectativa da chegada da modernidade e de novos tempos, mas essa estação já foi depredada, e os tapumes do seu canteiro de obras ainda se encontram montados em frente à Estudantina, enfiando e impedindo a circulação das pessoas. ●

No dia 15 de setembro de 2017, as atenções são voltadas para a Praça Tiradentes, situada na região central do Rio de Janeiro, que também passou por processo de revitalização durante o remodelamento urbano, principalmente em decorrência das obras para instalação dos trilhos do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), e é compreendida como um espaço com oportunidade de crescimento, mas ainda se encontra decadente e como agravante abriga população em situação de rua. Na reportagem “Em busca de novos rumos para a Praça Tiradentes”, o empresário Plínio Fróes, diretor do Polo Novo Rio Antigo, que vive e investiu na região teme que o abandono do poder público coloque tudo a perder:

A Praça Tiradentes tem um grande potencial, mas, infelizmente, vivemos um período de ausência de ordem pública que, combinada com a crise, tem agravado o

problema. Na praça, há muitos camelôs e moradores de rua e já aconteceu vandalismo. A implantação da estação do VLT, integrando a praça a todo o centro histórico do Rio, nos animou com a expectativa da chegada da modernidade e de novos tempos, mas essa estação já foi depredada (O GLOBO, “Em busca de novos rumos para a Praça Tiradentes”, p.14).

Figura 9 – Mais moradores de rua na região

Mais moradores de rua na região

Bairros do Catumbi, Estácio e Rio Comprido estão entre os que sofrem com o problema social

MAURÍCIO PEIXOTO
mauricio.peixoto@oglobo.com.br

Bairro da Grande Tijuca que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo o 93º em uma classificação com 126 bairros do Rio, e um dos que mais sofrem com a violência urbana, o Catumbi tem vivenciado outro grande problema: o crescimento do número de moradores em situação de rua pela região.

São três os trechos do bairro onde há grande aglomeração de moradores de rua, e, conseqüentemente, acúmulo de entulho, móveis e barracas montadas: embaixo do Viaduto Trinta e Um de Março (que dá acesso ao Túnel Santa Bárbara); na passagem subterrânea para pedestres do referido elevado, que liga o cemitério à chaminé da extinta Fábrica Açúcar Brasil; e na pracinha que fica ao lado do cemitério.

— Primeiramente, é muito triste ver essas cenas. Gente tendo que morar nas ruas e sem perspectiva de melhora. O problema tem crescido, principalmente nos últimos três meses, em decorrência



Sem moradia. Pessoas dividem espaço com móveis e barracas sob o Viaduto Trinta e Um de Março

da crise social. Essas pessoas precisam de assistência. São muitas crianças nesses “acampamentos”, o que parte o coração de qualquer um mais atento. O prefeito não disse que ia cuidar das pessoas? Só que é realmente difícil ver qualquer equipe da prefeitura atuando nas pelas redondezas — queixa-se um

morador, que preferiu não se identificar.

Ele cita outros problemas que surgem em seqüência:

— O número de pedintes cresceu muito, atrapalhando o comércio, afugentando clientes e dando à população a sensação de insegurança. Eles também usam drogas e fazem necessidades fisiológicas e re-

lações sexuais à luz do dia. É muito complicado! Sem falar na passagem subterrânea, que fica intransitável. Além da iluminação precária, está cheio de gente e entulho no local, com móveis e aparelhos eletrônicos. Na pracinha ao lado do cemitério, desde a retirada da grade pela prefeitura, há uns quatro meses, o

local passou a servir de moradia para essa população de rua. Na verdade a retirada da grade foi um pedido dos moradores. Temos que entender o problema dessas pessoas, mas é preciso que se respeite o espaço público e o direito de ir e vir — crítica.

Um outro morador diz que os bairros do Estácio e do Rio Comprido têm sofrido com o mesmo problema.

— As praças da estação do metrô do Estácio e do Rio Comprido também se encontram nessas condições. Acredito que muitos desses moradores de rua venham do Centro — diz.

Por meio de nota, a Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos informou que são feitas abordagens regulares na região. Disse ainda que especificamente sob o viaduto há uma família cadastrada no Centro de Referência Especializado de Atendimento Social Simone de Beauvoir, no Rio Comprido. Afirmou ainda que planeja e organiza ações integradas com outros órgãos, como a Guarda Municipal e a Secretaria municipal de Saúde. ■

“Mais moradores de rua na região” de 16 de novembro de 2017 aponta que o bairros do Catumbi, Estácio e Rio Comprido estão entre os que sofrem com o problema social, com reclamação de diversos moradores do bairro que relatam que na região há aglomeração de moradores de rua, acúmulo de entulho, móveis e barracas montadas. Novamente a questão do ordenamento público se faz presente, pois de acordo com o jornal a presença da população em situação de rua e de seus pertences interfere na organização e circulação das ruas.

O número de pedintes cresceu muito, atrapalhando o comércio, afugentando clientes e dando à população a sensação de insegurança. Eles também usam drogas e fazem necessidades fisiológicas e relações sexuais à luz do dia. É muito complicado! Sem falar na passagem subterrânea, que fica intransitável. Além da iluminação precária, está cheio de gente e entulho no local, com móveis e aparelhos eletrônicos. Na pracinha ao lado do cemitério, desde a retirada da grade pela prefeitura, há uns quatro meses, o local passou a servir de moradia para essa população de rua. Temos que entender o problema dessas pessoas, mas é preciso que se respeite o espaço público e o direito de ir e vir (O GLOBO, “Mais moradores de rua na região, p.4)

Figura 10 – O eterno canteiro de Alah

Quarta-feira 29.11.2017

Rio

O GLOBO | 9

DESORDEM URBANA

O eterno canteiro de Alah

Depois de ser usado para obras do metrô, parque entre Ipanema e Leblon é abandonado

RAFAEL GALDO
rafael.galdo@oglobo.com.br

De um lado, as praias de Ipanema e Leblon. Do outro, a Lagoa Rodrigo de Freitas. No meio de um dos cenários mais deslumbrantes da cidade, um Jardim de Alah mais abandonado do que nunca. A área, usada como canteiro de obras da Linha 4 do metrô e que deveria ter sido devolvida revitalizada após a inauguração do trecho entre as estações General Osório e Jardim Oceânico, é um retrato do descaso com o Rio. Saíram as máquinas e os operários em agosto do ano passado. Mas só a parte mais próxima às ruas Prudente de Moraes e Visconde de Pirajá foi recuperada. Nas praças junto à Lagoa e à Cruzada São Sebastião, o paisagismo foi destruído e estruturas ficaram inacabadas. Algumas árvores que sobraram estão morrendo e há entulho espalhado. E, em vez de lazer para crianças e adultos, o lugar foi tomado por moradores de rua que erguem barracos dentro e no entorno dos jardins descuidados.

Com o espaço nesse estado há mais de um ano, a vizinhança cobra respostas do consórcio, do estado (que contratou a obra) e da prefeitura, responsável pela conservação do Jardim de Alah.

— Pegaram a praça inteira, que devolvam do mesmo jeito — esbravejava um morador da Cruzada no fim de semana.

Uma moradora da Avenida Borges de Medeiros engrossava as críticas:

— Há pessoas que invadem a área para usar drogas e fazer sexo.

De fato, não há a menor dificuldade em se acessar as praças deixadas ao deus-dará, mesmo estando cercadas por grades e tapumes. Em vários trechos, a proteção desapareceu ou foi quebrada.

— Não precisa "ladrihar o sertão", cobrir tudo de mármore, nada disso. Prometeram deixar o Jardim de Alah como era antes. Basta isso: reconstruírem a área da forma como era originalmente. Era linda — afirma Ilza Carvalho, moradora de Copacabana, que costuma levar seu cachorro para brincar no "parcão" do Jardim de Alah, no único trecho que foi recuperado.

Nesse pedaço, sim, o piso foi refeito, e trepedeiras cobrem de novo os caramanchões no meio da praça. Estátuas como "Proteção", de François Auguste Hippolyte Peyrol, voltaram a seu "palco". Po-



Descaso. Moradores de rua ocupam um trecho do Jardim de Alah e estendem roupas em varal improvisado: área de lazer tem vigas de concreto e vergalhões abandonados

rém, são os frequentadores que limpam e fazem a manutenção. Eles têm até ancinho para limpar fezes de cães. E reclamam que falta recuperar o gramado, tarefa do município.

O problema é até pequeno se comparado ao restante da área de lazer, para os lados da Lagoa. Na praça próxima ao Shopping Leblon e à Cruzada, um caramanchão foi reconstruído, mas deixado ao léu. Onde anos atrás havia balanços, hoje só há vigas de concreto no meio do nada. Foram deixados para trás canos e tubos de ferro, restos de uma calçada de pedras portuguesas e bases para instalação de postes de iluminação. Em dois pontos da Avenida Epitácio Pessoa, as grades que cercam a área sumiram. Já na ponte construída em 2013 para ligar as ruas Humberto de Campos e Redentor (como parte do plano de mobilidade para as inter-

dições do metrô), pedaços do tapume foram arrancados. Restaram vergalhões, com pontas à mostra ao lado da passagem de pedestres.

Domingo passado, enquanto um morador de rua dormia debaixo de arbustos, outro tinha montado uma barraca com lona, tecido e cordas sob a copa de uma árvore. E um terceiro ocupava uma área coberta no acesso da praça às águas do canal que liga o mar à Lagoa.

Reynaldo Lemos, morador de Ipanema, só passa por ali com seu pastor alemão. Ele conta que, à noite, com a iluminação deficiente encoberta por árvores sem poda, o risco de assalto é grande:

— Muita gente fica com medo. É uma pena, porque era um lugar muito bonito.

A praça em frente ao Clube Monte Líbano está com o piso cheio de pedregulhos e restos de es-

truturas antigas. Um mendigo fez um barraco com caixas de madeira. Outro dorme dentro uma caçamba de lixo no domingo à tarde.

Nem o consórcio do metrô, nem o estado ou a prefeitura assumem a responsabilidade pelo abandono. A Concessionária Rio Barra afirma que espera o estado "para dar prosseguimento às obras da Linha 4 do metrô, incluindo a reurbanização do Jardim de Alah". Já a Secretaria estadual de Transportes diz que já determinou à concessionária a retomada da urbanização e analisa as "medidas cabíveis" contra o descumprimento do contrato. Também solicitou à Secretaria municipal de Conservação e Meio Ambiente que faça a limpeza ali e retomada dos serviços. A prefeitura do Rio informou que poderá acionar judicialmente a concessionária, caso ela não revitalize o espaço. ■

A desordem urbana anunciada pelo jornal não se restringe à Zona Norte da cidade, na reportagem de 29 de novembro de 2017 essa situação é apresentada na Zona Sul através da reportagem "O eterno canteiro de Alah", em que o parque localizado entre Ipanema e Leblon é considerado como um local abandonado, e que há descaso dos órgãos públicos pelo fato de moradores de rua ocuparem a área.

De um lado, as praias de Ipanema e do Leblon. Do outro, a Lagoa Rodrigo de Freitas. No meio de um dos cenários mais deslumbrantes da cidade, um Jardim de Alah mais abandonado do que nunca. (...) Algumas árvores que sobraram estão morrendo e há entulho espalhado. E, em vez de lazer para crianças e adultos, o lugar foi tomado por moradores de rua que erguem barracos dentro e no entorno dos jardins descuidados. (...) Domingo passado, enquanto um morador de rua dormia debaixo de arbustos, outro tinha montado uma barraca com lona, tecido e cordas sob

a copa de uma árvore. E um terceiro ocupava uma área coberta no acesso da praça às águas do canal que liga o mar à Lagoa. (...) Um mendigo fez um barraco com caixa de madeira. Outro dorme dentro de uma caçamba de lixo no domingo à tarde. Nem o consórcio do metrô, nem o estado ou a prefeitura assumem a responsabilidade pelo abandono (O GLOBO, “O eterno canteiro de Alah”, p.9).

Como visto nessas reportagens, a população em situação de rua é representada como desordeira, sujam e bagunçam o espaço público, atrapalham o deslocamento de pessoas pelas ruas da cidade, promovem sensações desagradáveis em cariocas e turistas. E, embora existam situações em que há o relato da repressão desse grupo por agentes da segurança, o jornal demonstra, principalmente através da reprodução da fala de moradores dos bairros, que há necessidade de maior ação por parte dos órgãos públicos, não só através da assistência social, mas sobretudo da segurança pública.

3.4 Assistência Social – Uma população vulnerável

O ano de 2017 iniciou com uma reportagem de destaque a respeito da população em situação de rua. No dia primeiro de janeiro o jornal O Globo apresentou a equipe de secretários que atuaria no governo do prefeito eleito Marcelo Crivella (PRB), e a partir da entrevista com a secretária municipal de Assistência Social Teresa Bergher foi publicada a reportagem “População de rua: igrejas poderão ajudar”, em que a secretária aponta que é a favor de acordos com os seguimentos religiosos para cuidar dessa população.

Teresa Bergher acredita que um dos grandes desafios de sua pasta é levar equipes de saúde e assistência social para atuar nas cracolândias, e afirma que não pretende recolher a população em situação de rua, mas acolher: “Imagine se cada instituição [religiosa] abrisse as suas portas para que quem vive na rua possa tomar banho, fazer uma refeição e dormir num primeiro momento? Atuando em parceria, as equipes da prefeitura poderiam saber quem é quem e fazer um acompanhamento para que essas pessoas possam ser reintegradas às suas famílias e à sociedade”.

Figura 11 – População de rua: igrejas poderão ajudar

NOVO GOVERNO

População de rua: igrejas poderão ajudar

Futura secretária defende acordo com segmentos religiosos. Teresa Bergher fará também auditoria em ONGs

SILVIA SCHEIDT
silvia@iglobol.com.br

A futura secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, vereadora Teresa Bergher (PSDB), assumirá o cargo disposta a adotar uma nova política para a população de rua, que envolve igrejas de todas as religiões. Ela considera como o seu grande desafio levar equipes de saúde e assistentes sociais para atuar nas crackólicas. Garante ainda que os programas para a terceira idade vão continuar. E anuncia uma auditoria nos contratos com as mais de cem ONGs que cuidam dos abrigos da atual Secretaria de Desenvolvimento Social.

Quanto à população de rua — estimada em 5.500 pessoas pelo governo Eduardo Paes —, Teresa diz que não pretende recolhê-las, mas acolhê-las. Nesse sentido, acredita que as igrejas tenham muito a colaborar:

— Fomos uma grande reunião com todos os segmentos religiosos. Queremos envolvê-los para que ajudem no acolhimento dessas pessoas. Imagine-se cada instituição abrisse as suas portas para quem vive na rua possa tomar um banho, fazer uma refeição e dormir num primeiro momento? Atuando em parceria, as equipes da prefeitura poderiam saber quem é quem e fazer um acompanhamento para que essas pessoas possam ser reintegradas às suas famílias e à sociedade.

Para quem é de outro estado e quer retornar, a intenção de Teresa é reviver um programa antigo — De Volta à Terra Natal —, em que a prefeitura custeava a passagem para casa.

A vereadora lembra também que grande parte dos que vivem nas ruas é de doentes e dependentes químicos. Por isso, pre-



Ao relento. Moradores de rua na Av. Atlântica, em Copacabana; igrejas serão chamadas pelo governo para ajudar quem precisa de comida, banho ou abrigo

“Faremos uma reunião com todos os segmentos religiosos. Queremos envolvê-los para que ajudem no acolhimento dessas pessoas.”

Teresa Bergher
Futura secretária municipal de Assistência Social

tende conversar com a Secretaria de Saúde, a fim de garantir que essas pessoas sejam atendidas.

— Quem está sujo, maltrapilho, acaba não sendo atendido ou entra no fim da fila — lamenta.

Mais uma ideia da futura secretária é dar treinamento e aproveitar quem está na rua desempregado para fazer serviços para a prefeitura atualmente terceirizados, como os de limpeza de prédios municipais:

— Por que não aproveitar essa mão de obra?

Teresa entende que, no caso das crackólicas, o poder público tem que ir até os locais onde se concentram os viciados em crack, oferecendo atendimento médico e assistência social. Ela pensa em incluir nas equipes ex-drogados que possam dar seus depoimentos.

Ainda esta semana, Teresa começa uma série de visitas

aos abrigos da atual Secretaria de Desenvolvimento Social administrados por ONGs:

— Vou visitar todos os abrigos e olhar com cuidado cada contrato e as prestações de contas. Faremos uma inspeção geral e vamos interromper o contrato daquelas que não prestam um bom serviço. Não estou aqui para fazer guerra, mas quero que haja fiscalização.

CONTAS AINDA POR ANALISAR

Tão logo foi confirmada no cargo pelo prefeito eleito Marcelo Crivella, Teresa deu início à transição. Já identificou, por exemplo, que grande parte dessas ONGs não presta um serviço adequado. Constatou também que há cerca de quatro mil prestações de contas antigas — dos períodos de Rodrigo Bollen e Marcelo Garcia — para ser analisadas.

— Vamos encontrar um quadro muito difícil. Temos de saber

quem é quem — afirma a futura secretária. — Além disso, a situação dos abrigos é péssima. Eles precisam ser humanizados.

Em relação aos idosos, Teresa lamenta que as quatro ONGs que prestam serviços para a atual Secretaria municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado tenham dispensado cerca de mil pessoas, ameaçando programas como o Casos de Convivência e o Academias da Terceira Idade.

— Vou abrir uma sindicância para ver o que aconteceu. Mas posso assegurar que os programas para a terceira idade vão continuar.

A nova pasta de Assistência Social e Direitos Humanos vai absorver funções de secretarias que serão extintas. Ficarão vinculados à secretaria programas de defesa das mulheres, visitas para idosos e jovens, de enfrentamento de drogas e de direitos humanos. ■

PROCURADORIA

COBRANÇA DE DÍVIDA É PRIORIDADE

O futuro procurador geral do município, Antônio Carlos de Sá, de 49 anos, ingressou nos quadros da procuradoria por concurso em 1995. Atualmente, ocupa o cargo de procurador-chefe da Divisão Ativa. Na nova função, pretende continuar a atuar fortemente no sentido de buscar receita para os cofres públicos, cobrando débitos de IPTU, ISS e multas. No ano passado, a Divisão Ativa conseguiu arrecadar cerca de R\$ 850 milhões em débitos.

— A Divisão Ativa tem uma carteira de R\$ 30 bilhões. Só que a maioria não é recuperável. Há empresas, por exemplo, em processo de falência. Existem ainda problemas de cadastro — explica o futuro procurador-geral. — Sabemos que teremos dificuldades em 2017, porque vivemos um momento de crise. Mas vamos estimular a cobrança, com o viés da conciliação.

Como procurador-geral, Antônio Carlos explica que dará ainda suporte jurídico às secretarias municipais.

— Vamos atuar conforme as diretrizes, as preferências de cada secretária e do prefeito Marcelo Crivella.

Para os cargos de subprocuradores-gerais, foram escolhidos Marcelo Silva Moreira Marques e Ana Paula Buonomo. Marcelo, de 47 anos, também atua hoje na Divisão Ativa. Como Antônio Carlos, ele está na procuradoria há 21 anos. Ana Paula, de 40 anos, é procuradora do município há 15.

A secretária de assistência social também demonstra seu interesse de atuar em parceria com a secretaria municipal de saúde, pois destaca que grande parte dos que vivem nas ruas é de doentes e dependentes químicos, e deseja que essa população tenha garantido seu atendimento nas unidades de saúde e assistência social: “quem está sujo, maltrapilho, acaba não sendo atendido ou entra no fim da fila”.

Conforme apresentado anteriormente, o discurso da secretária reflete um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que corresponde à criação de meios de articulação entre o SUS e o SUAS para qualificar a oferta de serviços. Com relação a participação de entidades não governamentais de assistência social integrando a rede socioassistencial, de acordo com as diretrizes do SUAS, os serviços, programas e projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com os órgãos públicos.

Um exemplo de ação da parceria com uma entidade não governamental atuando na rede socioassistencial é apresentada pela reportagem do dia 23 de abril de 2017, “Esperança

sobre quatro rodas para crianças de rua”, que divulga a ação do Passaporte da Cidadania, um dos projetos da Pastoral do Menor que atende os jovens e seus familiares. O ônibus da Pastoral do Menor circula pela cidade à procura de jovens em situação de vulnerabilidade, em três anos o programa tirou documentos, encaminhou para escola, reaproximou familiares e ofereceu atividades culturais a 1.600 menores de idade, a maioria em situação de rua.

Uma das jovens atendida pelo Passaporte da Cidadania relata que foi através do projeto que foi matriculada na escola e tem encontrado apoio para cuidar dos irmãos menores, relata que: “Fugi de casa e fiquei quatro anos na rua. Quando voltei, minha mãe foi presa, só sabemos que ela está em Bangu. Fiquei sozinha com os dois [irmãos]. Faço comida, levo para escola, mando tomar banho. De vez em quando ganhamos uma cesta básica, mas, se não fosse o pessoal do ônibus, a gente não saberia o que fazer”.

Figura 12 – Esperança sobre quatro rodas para crianças de rua

Esperança sobre quatro rodas para crianças de rua

Passaporte da Cidadania é um dos projetos da Pastoral do Menor, que atende por mês cinco mil jovens e seus parentes

CAIO BARRETO BRISO
caio.barreto@globo.com.br

Tem cabelos curtos, corpo franzino, estrabismo. Parece um menino. Aos 18 anos, Janneffer já morou na rua e, “doidora de macorral”, quase morreu ao ser atropelada por um trem na estação de Bonsucesso. Ela puxa a manga esquerda da camisa e mostra a cicatriz de 38 pontos que percorre o braço.

Sentada no Jardim do Méier, em frente ao ônibus da Pastoral do Menor que circula pela cidade à procura de jovens em situação de vulnerabilidade, Janneffer usa um tênis preto de cano alto que ganhou de uma assistente social do projeto (“Ela me matriculou na escola e me deu de presente”, conta). De longe, olha seus irmãos, um menino de 9 e uma garotinha de 6 anos, enquanto eles plantam mudas de árvores com outras crianças.

— Fugi de casa e fiquei quatro anos na rua. Quando voltei, minha mãe foi presa, no dia 22 de junho de 2016, porque um tio, assaltante, usava sua conta bancária — recorda, cabisbaixa. — Só sabemos que ela está em Bangu. Fiquei sozinha com os dois. Faço comida, levo para escola, mando tomar banho. De vez em quando, ganhamos uma cesta básica, mas, se não fosse o pessoal do ônibus, a gente não saberia o que fazer.

Todas as noites, das 18h às 22h, Janneffer, seus irmãos e pelo menos outros 20 jovens são atendidos pelo Passaporte da Cidadania. Desde que foi criado, há três anos, o programa já tirou documentos, encaminhou para a escola, reaproximou familiares e ofereceu atividades culturais a 1.600 menores de idade, a maioria moradores de rua. Trata-se do capítulo dos oito projetos que a Pastoral do Menor, vinculada à Arquidiocese do Rio, mantém na capital, e que atendem todo mês 3 mil jovens e familiares. Com assistentes sociais e educadores, a equipe do ônibus — há três

meses estacionado no Jardim do Méier, depois de ter passado por Copacabana, Vila Isabel, Botafogo, São Cristóvão e Catete — procura identificar as principais necessidades de quem chega ao veículo atraído pelos desenhos de Ziraldo do lado de fora e pelo acesso a computadores instalados no interior.

Segundo Maria Christina Sá, uma das fundadoras da Pastoral do Menor, o ônibus deveria servir como modelo de política pública.

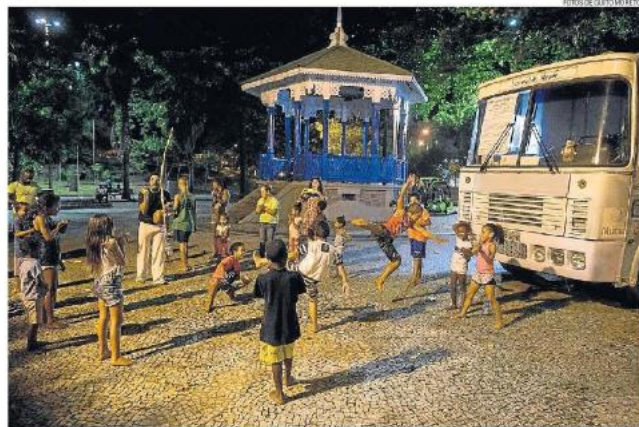
— Não existe política para esses jovens. Eles são esquecidos, renegados, odiados. Quando pequenos, sentimos pena. Quando crescem, sentimos medo. Mas, no momento em que você olha nos olhos deles e diz “eu acredito em você”, alguma coisa se transforma — diz Maria Christina, que acompanha de perto todos os projetos.

APRENDENDO A USAR O GOOGLE EARTH
Quando navegam na internet pela primeira vez, os jovens ganham um perfil no Facebook feito com ajuda de educadores, que usam a rede social como ferramenta para encontrar familiares e reatar laços. Segundo a equipe, quase todos têm em comum a sensação de não pertencer à sociedade.

— Eles logo aprendem a usar o Google Earth para localizar a rua e até a casa onde moravam. Muitos não podem voltar porque fugiram do tráfico — conta a assistente social Regina Leão, coordenadora estadual da Pastoral do Menor, onde trabalha há 28 anos.

A Pastoral nasceu em 1984 pelas mãos do cardeal dom Eugênio Sales. As primeiras ações foram direcionadas a uma família de moradores de rua que vivia perto da Fundação Progresso, na Lapa, com quem Maria Christina tem contato até hoje. Aos poucos, projetos foram surgindo de forma complementar. Por exemplo: depois de cumprir o Inclusion Digital — são 19 polos espalhados por paróquias da cidade, com 2.800 formados no ano passado em cursos do pacote Office —, os adolescentes são encaminhados ao Jovem Aprendiz. Em 2016, foram 125, que, uma vez emprega-

AÇÕES QUE SALVAM



Alegria. Aula de capoeira no Jardim do Méier. Ônibus da Pastoral do Menor roda a cidade oferecendo atividades e dando ajuda a jovens em situação de risco

Belo exemplo. Dona Ivanilde (à esquerda) com parte das crianças de sua creche, em Acari; ela é a agente comunitária mais antiga do projeto da Arquidiocese

Segundo a equipe, quase todos os jovens têm em comum a sensação de não pertencer à sociedade

dos, passaram a ajudar na renda familiar.

O braço da Arquidiocese também atua em aproximadamente 150 favelas da cidade. Tudo começou em Acari, onde mora a maranhense Ivanilde de Araújo Pinto, de 78 anos, mais antiga agente comunitária da Pastoral. Assim que chegou ao Rio, há quase cinco décadas, fundou a Escolinha do Amor, uma creche ganhata para as crianças da vizinhança. No começo, cuidava dos pequenos sob a sombra de uma árvore; depois, passou para a varanda de sua casa. Um dia, a Pastoral pediu para ela o segundo andar de uma capela, onde são atendidos 70 meninos e meninas, que ganham três refeições por dia.

Ivanilde guarda nas paredes da creche retratos de todos que já passaram por lá. A Pastoral é a única instituição que apoia o seu trabalho.

— Aquela já é dona de casa — diz Ivanilde, referindo-se a uma menina de 11 anos que pouco sorri. — Os pais usam drogas, vivem na rua. É ela que cuida dos irmãos — afirma, contando um caso muito parecido com o de Janneffer, que também cria duas crianças sozinha.

Ivanilde ama o que faz: — São como filhos para mim. Se a gente acredita neles, eles aprendem a acreditar em si mesmos. ●

Uma das fundadoras da Pastoral do Menor refere que o ônibus deveria servir como modelo de política pública: “Não existe política para esses jovens. Eles são esquecidos, renegados, odiados. Quando pequenos, sentimos pena. Quando crescem, sentimos medo. Mas, no momento em que você olha nos olhos deles e diz ‘eu acredito em você’, alguma coisa se transforma”. A fala apresentada expõe o modo como frequentemente a sociedade compreende e representa essa população e reforça o sentimento de exclusão vivenciado por esse grupo.

Dentre os serviços fornecidos pela Secretaria de Assistência Social estão os abrigos, no entanto, existe resistência por parte de alguns moradores de rua para frequentar os locais. A reportagem “Enquanto a cidade dorme, quem vive ao relento enfrenta o frio” publicada em 21 de julho de 2017 apresenta relatos dessa situação: “A gente fica frágil (no frio) e corre o risco de pegar doenças. Eu mesmo estou com uma dor no peito e a garganta inflamada há dias, mas não posso nem ir ao médico. Já me ofereceram vaga em abrigo, mas eu prefiro um emprego”.

Figura 13 – Enquanto a cidade dorme, quem vive ao relento enfrenta o frio

INVERNO



Noite gelada. Quem vive na rua enfrenta baixas temperaturas: na madrugada de ontem, fez 15 graus no Centro

Enquanto a cidade dorme, quem vive ao relento enfrenta o frio

Segundo o município, número de moradores de rua triplicou em quatro anos e chega a 15 mil

RAFAEL NASCIMENTO E GABRIEL OLIVEIRA
grandorio@oglobo.com.br

Os termômetros indicavam, na madrugada de ontem, que fazia entre 15 e 17 graus no Centro do Rio, uma temperatura bem baixa para os padrões cariocas. Por para quem — desprovido de casa, meias ou cobertores — sentia na pele o rigor deste inverno, dormindo nas ruas. Quem vive ao relento enfrenta como pode a adversidade. Para muitos, o frio acima do normal é só mais um problema a ser encarado, como o desemprego e o uso de drogas. Segundo levantamento da Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, o número de pessoas que vivem nas ruas triplicou nos últimos quatro anos: passou de 5.500 pessoas, em 2013, para cerca de 15 mil, em 2017.

— Visto as roupas que acho na rua, como esse roupão de banho e essa camisa vermelha. O cobertor foi uma doña que distribui comida que me deu. Tinha um outro cobertor e um colchonete, mas, ontem, a chuva molhou tudo — disse Jonas de Castro Carvalho, de 25 anos, que admite o uso de drogas e, há um mês, dorme numa calçada da Avenida Presidente Vargas, desde que deixou a casa de um irmão, após um desentendimento. — É difícil largar (o vício). Meu sonho é voltar a ter emprego com carteira assinada. Cheguei a trabalhar numa obra da prefeitura. Apesar do sofrimento que é morar na rua, exposto ao clima e à falta de segurança, quase ninguém aceita ser acolhido em ações da secretaria.

— A gente fica frágil (no frio) e corre o risco de pegar doenças. Eu mesmo estou com uma dor no peito e a garganta inflamada há dias, mas não posso nem ir ao médico. Já me ofereceram vaga em abrigo, mas eu prefiro um emprego — conta o pernambucano Cosme Macedo, de 39 anos, que trabalhava na roça e veio para o Rio há um ano em busca de oportunidades, sem sucesso.

De acordo com a prefeitura, é grande a dificuldade para convencer as pessoas de que existe a possibilidade de elas irem para abrigos. Atualmente, a secretaria tem capacidade para receber 2.200 pessoas, mas as vagas rurais são totalmente preenchidas. Ao longo do mês de junho, segundo o município, mesmo em dias mais frios, a taxa de ocupação variou entre 85% a 90%. Anteriormente, de 74 moradores de rua abordados por agentes, apenas 27 optaram pelo acolhimento. ■

ENQUANTO VOCÊ DORMIA
Histórias de quem enfrenta o frio nas ruas do Rio
globo.com/2017/07/21

De acordo com O Globo, embora exista o sofrimento de morar na rua, estando exposto ao clima e à falta de segurança, quase ninguém aceita ser acolhido em ações da secretaria de assistência social. No período em questão, o município dispunha de 2.200 vagas nos abrigos, mas que nunca eram totalmente preenchidas, com ocupação variando entre 85 e 90%. A própria secretaria afirma que a dificuldade é grande para convencer a população em situação de rua de que existe a possibilidade de serem acolhidas em abrigos, e dão como exemplo a última abordagem realizada, que de 74 moradores de rua abordados pelos agentes de assistência social, apenas 27 aceitaram o acolhimento nos abrigos.

Pela perspectiva de agentes relacionados à gestão municipal, a população em situação de rua deve ser acolhida e acompanhada pela secretaria municipal de Assistência Social e Direito Humanos, o que fica evidente na fala do superintendente da Barra, Carlos Magno, que ao ser questionado sobre a população em situação de rua na região declara na reportagem “Ações sociais são prioridades” de 19 de outubro de 2017 que: “Vamos tratar os moradores de rua de acordo com o momento deles. Porque há pessoas que simplesmente trabalham aqui, mas moram muito longo. Ele é morador de rua porque, se usar o dinheiro da passagem para ir de casa até o trabalho, não tem para comer. E eu não vou resolver o problema do usuário de drogas com polícia, mas sim com uma solução social eficiente, com ajuda de órgãos como as secretarias municipais de Assistência Social e Direito Humanos ou a de Trabalho e Emprego”.

Como é possível observar através desses recortes apresentados, as reportagens trazem o posicionamento de pessoas ligadas a órgãos governamentais e não governamentais que tentam compreender a questão da população em situação de rua pela ótica socioassistencial, priorizando ações de acordo com as necessidades desse grupo. Por outro lado, temos o posicionamento de pessoas em situação de rua a respeito dos serviços de assistência social disponibilizados, enquanto o projeto do Passaporte da Cidadania é benquisto, existe resistência para acolhimento dessa população nos abrigos do município. No entanto, a representação social do morador de rua que prevalece, através da perspectiva da assistência social, é a de um indivíduo abandonado e vulnerável, que necessita de intervenção assistencial.

3.5 Cidade dormitório

Em 05 de novembro de 2017, o jornal O Globo publicou a matéria “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, buscando retratar o cotidiano de quem vive nas calçadas, supostamente esquecidos pelas autoridades, o que inclui grupos como moradores de

rua, camelôs irregulares e usuários de drogas. O foco principal da reportagem são os trabalhadores que têm casa e apoio familiar, mas, por morarem longe de seus postos de trabalho, criam aglomerados urbanos no espaço público a fim de servir como moradia temporária. Assim, eles se instalam nas calçadas com o intuito de economizar o dinheiro que seria destinado ao transporte (quando essa quantia é repassada a eles, o que não ocorre com todos) pois, mais próximos do emprego, podem levar um montante maior para casa quando essa é uma possibilidade.

Figura 14 – Centro da desordem



É evidente na matéria a representação desses grupos como desordeiros da cidade, aqueles que trazem a sensação de caos para o urbano. Diretamente, a matéria clama por mais ordem, e conseqüentemente mais higiene, para o espaço, ignorando completamente as responsabilidades do Estado frente à insurgência e a necessidade desses indivíduos. Ou, ainda, não problematizam as relações entre trabalhadores e patrões, que desconhecem completamente a realidade de seus funcionários e, por isso, não oferecem o básico para mantê-los nos locais de labor com dignidade. Abaixo, são destacados trechos iniciais do conteúdo jornalístico que reforçam a indispensabilidade de uma cidade mais ordeira e higiênica, bem como a suposta sensação de bagunça potencializada por esses sujeitos:

O sol ainda não raiou, mas o início de um novo dia frenético é anunciado por um barulho que ecoa por toda a gare da Central do Brasil. Fechaduras são destrancadas e grades começam a deslizar às 4h30, quando funcionários abrem os acessos à estação. Em seguida, ambulantes correm para o portão 1, que fica em frente ao Terminal Rodoviário Procópio Ferreira, e se posicionam estrategicamente para abordar os primeiros passageiros que desembarcam nos trens ainda de madrugada. Por volta das 7h, mais de cem já ocupam as calçadas em torno. Apesar disso, nenhum guarda municipal é visto, mesmo funcionando uma Unidade de Ordem Pública ali. O trânsito lento na Avenida Presidente Vargas e o vaivém de pivetes no asfalto, procurando oportunidades em meio a veículos com janelas abertas, compõem o cenário naquele trecho do Centro (O GLOBO, “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, p. 12).

No Largo de São Francisco, moradores de rua que montam acampamento junto ao gradil do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ – tombado pelo Iphan e pelo Inepac – ainda dormem. Às 9h, apenas Thiago Gomes, 27 anos, está de pé. Criticando o grupo, que diz ser agressivo, ele passou as últimas três semanas no local. Deita-se sobre jornais e papelões desde que chegou de São Francisco de Paduá, cidade do Norte Fluminense, onde deixou a mulher e os três filhos. – Vim procurar emprego. Não consegui nada e roubaram minhas coisas – lamenta Thiago (O GLOBO, “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, p. 12).

No primeiro trecho citado acima, a rotina normal dos trabalhadores da região próxima às estações de trem e metrô da Central do Brasil gera incomodo em quem escreve o texto para o jornal, isso fica evidente na escolha de expressões como: “dia frenético”, “barulho que ecoa”, “grades começam a deslizar às 4h30”, “ambulantes correm para o portão” e “vaivém de pivetes, procurando oportunidades em meio à veículos com janelas abertas”. Como solução para os problemas apontados, o jornal sugere uma maior fiscalização da guarda municipal, especialmente da Unidade Ordem Pública, visando reprimir vendedores ambulantes e os supostos “pivetes” que roubam os carros parados nos sinais. Há, mais uma vez, um clamor por mais punição e repressão para as pessoas que vivem nas ruas, independente serem pessoas com casas (no caso dos trabalhadores) ou totalmente desabrigados.

Figura 15 – Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina



Osopaça. As 14h30, camelôs irregulares tomam a calçada junto ao prédio 1 do Central do Brasil, mas contam que não pagam R\$ 20 por dia para não serem importunados. Local fica próximo à área Urbana do Centro Público da prefeitura.

CENTRO 24 HORAS

A REGIÃO ONDE A DESORDEM DITA A ROTINA

Moradores de rua, camelôs irregulares, consumo de drogas... Equipe do GLOBO retrata o dia e a noite em calçadas e praças esquecidas por autoridades

RAFAEL PASCARETO e SIMONE SCARFARI
globoespecial@globo.com.br

O sol ainda não raiou, mas o início de um novo dia já está sendo marcado por um barulho que não vem do céu, mas do chão. É o som das calçadas de concreto sendo pisadas por milhares de pessoas que, desde o amanhecer, já estão ocupando o espaço público. Em algumas, ambulantes vendem frutas e verduras, enquanto em outras, camelôs oferecem produtos de rua. É o dia a dia do Centro 24 horas, a região onde a desordem dita a rotina.

Do lado de fora da garagem, camelôs irregulares vendem produtos de rua. Um homem passa por volta das 10h para receber R\$ 30 de cada um. À tarde, um outro, que cobra mais R\$ 10 — explica um deles. Entre os irregulares, como João Brito, que vende roupas, o desconhecimento é grande. — Fui lançado à prefeitura e ganho R\$ 200 por semana para guardarem meus produtos. Os clientes não sabem por causa da crise, e, para ganhar mais, o comerciante decide — reclama João. Na Rua Senador Pompeu, nos arredores do Centro, os vendedores e a situação também são precárias. Há quem vende produtos por atacado para ambulantes e outros abrem as portas. Mas logo depois, o lugar está lotado de camelôs, ambulantes e moradores, ocasionando uma situação em que o espaço do Rio fica tomado. Todos os dias? Não se sabe. O que há em produtos é o que não calça os camelôs e seus ambulantes.

ACAMPAMENTO JUNTO A OBITORTO
No Largo de São Francisco, moradores de rua que montam acampamento junto ao prédio do Instituto de Física e Ciências Sociais da UFRJ — também pelo Jôão e pelo Jôão — ainda dormem. Há, ali, apenas Thiago Gomes, de 27 anos, está de pé. Criticando o grupo, que diz ser agitado, ele aponta as últimas três semanas no local. Deixou de vender jornais e pagou o aluguel do grupo de São Francisco de Paula, cidade do Monte Florianópolis, onde dormiu a mulher e os três filhos. — Não consigo mais e melhorar minha coisa — lamenta Thiago. Ainda pela manhã, dormem de mochilas e colchões improvisados chamando a atenção de quem passa a grande distância. Alguns, fotografados pelos jornalistas, tentam fugir. São pessoas de gente que passou a noite no último final de semana em busca de um lugar para dormir. O estabelecimento tem 30 vagas cotadas para homens. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município...



6:00
6:00
Para os moradores, a rotina começa com a limpeza das ruas.



2:30
2:30
Venda de produtos de rua em uma das ruas do Centro.

...município que tem cerca de 200 mil habitantes, será inaugurado no Centro. — A gente passa a noite, vende, toma café e sai. Para vender, colocamos nossas coisas na calçada, para manter lugar na rua. E o preço. Se não tiver vaga, o pessoal da prefeitura oferece um abrigo na Rua — conta Jorge Martins de Lima, um operador de elevadores de carga que está há dois anos procurando trabalho. Dito isso, ele aponta para um pequeno quadrado em que grandes ambulantes e camelôs tentam vender seus produtos. O Centro recebe 525 mil empregados formais, de acordo com o Instituto Pereira Passos. A Secretaria municipal de Fazenda cobra que eles percorram calçadas onde trabalham 100 ambulantes irregulares. Os irregulares, segundo ele, não pagam nada. A Praça da República e as ruas São Francisco e Passadouro Vargas são bem disputadas pelos comerciantes informais. Na Rua São de Setembro, os camelôs não pagam nada e o comércio de VLT só funciona nos primeiros dias de trabalho quando um comércio se abre. Na Uruguaiana, a grande quantidade de ambulantes cotados com o dia de trabalho. — O problema não está só na concessão, mas no descuido urbano. Os camelôs ilegais seguem, embora as ruas e vendem produtos variados, piratas e contrabandistas — afirma João Gonçalves, presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas do Rio. Gonçalves afirma que o número de ambulantes no Centro já é superior ao de lojas abertas, que hoje gira em torno de 10 mil. **NA CENELÂNDIA, BANCOS TÊM 'DINHEIRO'**
A Coordenadoria do Centro de Trabalho Urbano, vinculada à Secretaria municipal de Fazenda Informal, que tem o apoio da Guarda Municipal, analisa a situação de atendimento no Centro de Informal Informal. Em uma rua, o grupo de ambulantes que se 700. Os moradores, pelo que o grupo de ambulantes não são ambulantes. Além de camelôs, moradores de rua vivem nas ruas de calçadas e praças do Centro. A tarde começa a ser feita para boa parte deles: por volta do meio-dia, é difícil achar lugar em um banco na Candelária para observar os pedidos do Banco Municipal, da Caixa e da Caixa Econômica Nacional. O tempo também é curto de presença em um banco de trabalho, pois muitos são grupos de pessoas que dormem no asfalto e vendem alguns produtos. Nem mesmo o alto volume de uma coisa de uma unidade repara pre-

Embora seja feita uma crítica à ocupação constante de vendedores ambulantes nos passeios públicos, essa permanência não é gratuita visto que eles precisam pagar uma taxa à prefeitura do Rio de Janeiro e/ou a homens (não especificados) que garantem uma segurança

privada aos trabalhadores em condição de informalidade. Sobre os vendedores formais, foi dito: “pago licença à prefeitura e gasto R\$ 500 por semana para guardarem meus produtos. Os clientes sumiram por causa da crise, e, para piorar, tenho a concorrência desleal – reclama Joana”. A respeito de ambulantes informais, foi falado que “um homem passa por volta das 6h para recolher R\$ 10 de cada um. À tarde vem outro, que cobra mais R\$ 10 – explica um deles”.

No segundo trecho destacado acima, é interessante a forma como a fala de Thiago foi destacada pelo jornal a fim de reforçar a representação de pessoas em situação de rua como vagabundas, uma vez que acordam tarde e não se preocupam em procurar emprego. O entrevistado, embora também estivesse vivendo e perambulando pelas calçadas, aparece como um exemplo por ter deixado seus familiares na cidade natal para tentar a sorte na capital, dando o seguinte tom a reportagem: ele se esforça, acorda cedo, enquanto os outros dormem, sem nenhum esforço. Mais uma vez, pela operacionalização dessa opinião, o jornal reforça a que a culpa da precariedade e da miséria é das próprias pessoas que vivem nessa situação.

Em uma parte do texto foi esclarecido que “ainda pela manhã, dezenas de mochilas e caixas enfileiradas chamam a atenção de quem cruza a praça dos Arcos da Lapa, fotografados pelos primeiros turistas do dia”, revelando uma preocupação com a imagem da cidade Rio de Janeiro para os visitantes. Como solução para essa questão, foi clarificado que essas pessoas passaram a noite no único hotel da prefeitura em funcionamento da região, um estabelecimento que conta com apenas 55 vagas rotativas somente para homens. As críticas ao baixo número de vagas e à infraestrutura desses hotéis foram abafadas pela promessa de que a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município estava providenciando outro local, com aproximadamente 200 vagas, para hóspedes da região da Central do Brasil. Procurando destacar a indispensabilidade dessas hospedarias para os desabrigados, obtive evidência a fala a seguir: “a gente passa a noite, acorda, toma café e sai. Para voltar, colocamos nossas coisas na calçada, para marcar lugar na fila. É o jeito. Se não tiver vaga, o pessoal da prefeitura oferece um abrigo na Ilha”, contou um operador de elevadores de carga que estava procurando trabalho por cerca de dois anos.

O final da reportagem “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, expressa um maior incomodo com os moradores de rua e/ou usuários de drogas e, conseqüentemente, um reforço do desejo por repressão a esses corpos. Para finalizar a matéria, o jornalista aprofunda as rotinas diurnas e noturnas das pessoas em situação de rua que circulam pela Cinelândia, também no centro da capital fluminense.

Sobre as práticas realizadas à luz do dia, foi esclarecido que:

Além de camelôs, moradores de rua tomam conta de calçadas e praças do Centro. A tarde começa sonolenta para boa parte deles: por volta do meio-dia, é difícil achar lugar em um banco da Cinelândia para observar os prédios do Teatro Municipal, da Câmara e da Biblioteca Nacional. O tempo avança, e o fluxo de pessoas indo ou voltando do almoço não perturba um grupo de jovens que divide os assentos e também alguns colchões. Nem mesmo o alto volume de uma caixa de som usada numa pregação religiosa faz a turma abrir os olhos (O GLOBO, “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, p. 13).

Já sobre as atividades realizadas quando escurece, foi elucidado:

Cai a noite. Às 19h, enquanto os boxes do camelódromo da Uruguaiana são fechados, barraquinhas de comida e de bebidas, rodeadas por mesas e cadeiras de plástico, tomam as calçadas. Os bares da Presidente Vargas ficam cheios, e músicas de funk, sertanejo e pagode mudam a atmosfera do Centro. Homens de terno e gravata e mulheres de tailleur pegam o metrô para irem embora; grupos de rapazes e moças vestindo bermudas, camisetas e tênis chegam. Pouco após às 21h, quem marcou lugar na fila das mochilas formada na praça dos Arcos da Lapa segue para o hotel da prefeitura. Ao mesmo tempo, a área ganha pulsação. Flanelinhas fazem acenos para motoristas que, a despeito da Lei Seca, estacionam e compram latas de cerveja. Em frente a um posto de gasolina na Rua Men de Sá, quatro ambulantes montam grandes barracas. Na Rua do Lavradio, é intenso o entra e sai na Vila Politeama – primeira experiência de moradia popular no Rio –, que cai aos pedaços e virou boca de fumo (O GLOBO, “Centro 24 horas: a região onde a desordem dita a rotina”, p. 13).

O trecho supracitado é significativo por reforçar a representação das pessoas em situação de rua como geradores de incômodos. De acordo com o jornal, os “homens de terno e gravata”, “as mulheres de tailleur” e “grupos de rapazes e moças (provavelmente universitários) vestindo bermuda, camisetas e tênis” ajudam a transformar a atmosfera da região para melhor, mesmo que ocupem todas as calçadas com mesas e cadeiras de plástico e produzam ruídos de conversas e músicas. O suposto erro é cometido pelos pobres que se apoderam das calçadas para dormir, usar drogas e sobreviver à realidade imposta.

segurança pagos pela Fecomércio e pela prefeitura), mas a desordem impera”. Para o comerciante, a causa da desordem é: “foram feitos investimentos no Centro, a região ganhou VLT e a Rua do Lavradio está revitalizada. No entanto, não vejo ações do poder público para acabar com as pichações, o barulho e os camelôs irregulares”. O julgamento, como é evidente, foi feito porque o empresário não se sentia contemplado pelas melhorias no meio urbano, elas aparentemente não trouxeram mais lucros a ele porque não impediram a circulação de seus principais concorrentes: os camelôs, que vendem os mesmos produtos a um preço bem mais baixo.

Mesmo defendendo o processo de revitalização do espaço público, o jornal O Globo não consegue renunciar aos temas da insegurança e da violência. Pontos no texto como “a noite e a madrugada na região do Centro são marcadas por um aumento da violência e da população de rua” e “já vi de tudo aqui. A madrugada no Centro é complexa, é preciso saber lidar com ela. Às vezes, tenho de abordar os moradores de rua, dizer que não pode ficar aqui” ajudam a reforçar as mesmas representações de sempre: moradores de rua violentos, desrespeitosos, agressivos, imundos e, que, por isso, precisam da repressão policial para garantir o sossego principalmente das classes mais abastadas, embora ela também afete os mais pobres.

Por fim, é possível considerar que a cidade dormitório pode ser sinônimo de desordem urbana, a permanência nas ruas é vista como sinal de prejuízo para o mercado, e os moradores de rua como pessoas que atrapalham a vida dos que trabalham no centro da cidade, sejam eles ociosos ou perigosos.

3.6 Saúde Pública – Acesso à saúde, doenças infectocontagiosas, álcool e outras drogas

Conforme apresentado anteriormente, no Sistema Único de Saúde o acesso à saúde deve ser garantido para toda população, desse modo, a população em situação de rua tem o direito de acessar e ser acolhida nos serviços das redes de atenção à saúde. Considerando a Política Nacional da População em Situação de Rua e a Política Nacional da Atenção Básica, as principais unidades de atendimento acessadas por esse grupo são as Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básica de Saúde ou Unidades de Saúde da Família, Consultórios na Rua, Hospitais e Centros de Atendimento Psicossociais, dado corroborado pela pesquisa Somos Todos Cariocas.

No entanto, é possível que haja dificuldade para o acesso integral dessa população nas unidades de saúde, e uma situação apresentada na coluna de Zélia Duncan na edição de 31 de março de 2017 do jornal O Globo que demonstra esse entrave no sistema é que os moradores de rua estavam sendo impedidos de tomar vacina por não possuírem documento de identidade. Além do documento de identidade, outra questão que gerava dificuldades para o atendimento era a exigência de comprovante de residência, no entanto, em 24 de agosto de 2018 foi sancionada a Lei nº 13.714 que determina:

“A atenção integral à saúde, inclusive a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, dar-se-á independentemente da apresentação de documentos que comprovem domicílio ou inscrição no cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com a diretriz de articulação das ações de assistência social e de saúde”.

Com relação às patologias com maior prevalência na população em situação de rua é possível citar a tuberculose, uma doença com alta endemicidade em território nacional, e que apresenta como fatores determinantes para a ocorrência da doença na população em situação de rua a ausência de moradia e as precárias condições de vida. A incidência de tuberculose ativa ou latente nesta população é 10 a 85 vezes maior quando comparada à população em geral. Além disso, estima-se que mais de 50% desse grupo apresenta abandono de tratamento, com maior ocorrência de recidiva e reinício de tratamento. Neste contexto, a Política Nacional de Controle da Tuberculose considera a população em situação de rua como grupo prioritário no controle e prevenção da tuberculose (Silva et al., 2020).

No dia 15 de outubro de 2017 o jornal O Globo publicou a reportagem “Retrocesso na Saúde – Tuberculose, o mal que avança”, que introduz o tema com a descrição de uma visita ao território realizada pela equipe de uma Unidade de Saúde da Família da Zona Norte do Rio de Janeiro para a entrega da medicação do tratamento de tuberculose para uma paciente. A cena narrada consiste no Tratamento Diretamente Observado (TDO), uma estratégia que pode ser adotada para melhorar a adesão ao tratamento, pois visa o apoio e monitoramento do tratamento de pessoas com tuberculose, com uma atuação comprometida e humanizada dos profissionais de saúde, construindo e fortalecendo o vínculo com aquele paciente, incluindo a observação da ingestão dos medicamentos. O TDO deve ser realizado preferencialmente todos os dias úteis da semana, podendo ser realizado por profissionais de saúde ou profissionais capacitados (profissionais da assistência social, por exemplo) e sob supervisão da equipe de saúde, tanto no domicílio ou nas ruas como nos serviços de saúde. (BRASIL, 2019).

Nesta reportagem são apresentados dados alarmantes sobre a evolução da doença no município, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2014 a média era de 90 casos de tuberculose a cada 100 mil habitantes, já no ano de 2016 a média foi de 99 casos de tuberculose a cada 100 mil habitantes, sendo que a média nacional é de 33,7 por 100 mil. Há a informação de que principalmente nas adensadas favelas cariocas, nos presídios e entre a população de rua a tuberculose vem se alastrando. Durante entrevista, o enfermeiro responsável pelo Consultório na Rua dessa Área de Planejamento afirmou que “[A tuberculose] é uma doença social. O Rio é uma área endêmica da tuberculose, que se agrava nas comunidades devido às péssimas condições de moradia e de alimentação das pessoas”.

Ainda de acordo com o enfermeiro do Consultório na Rua, em uma mesma área os números de pacientes com diagnóstico de tuberculose são variáveis, por exemplo, uma equipe de saúde da família da unidade em questão está acompanhando, em média, cinco pacientes em tratamento de tuberculose, enquanto a equipe do Consultório na Rua cuida de 29 paciente em situação de rua com diagnóstico de tuberculose. Nesses casos o desafio de realizar o tratamento acaba sendo maior, pois alguns paciente são difíceis de serem encontrados e outros somem, e nem sempre são encontrados pelos agentes comunitários de saúde ou pelos demais membros da equipe. Além disso, a violência no território é um fator dificultador, pois em dias de operações policiais ou quando há confrontos no território, a equipe tem dificuldade em ir até esses pacientes ou mesmo em encontrá-los.

Outro tema sensível à saúde pública que envolve a população em situação de rua é o uso de álcool e outras drogas. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack desenvolvida pela Fiocruz (2013), não é possível afirmar que os usuários de crack ou outras drogas são uma população de rua, mas estima-se que em média 40% desses usuários estão em situação de rua, além disso, o perfil desse grupo é composto em sua maioria por homens, jovens, pouco escolarizados, que estão vivendo em situação de rua, e que não tem emprego ou renda fixa, constituindo um grupo bastante vulnerável do ponto de vista social.

Por essa perspectiva, é possível retomar o estudo desenvolvido por Camila Giorgetti (2014), que indica que o alcoolismo, uso de drogas, desemprego e ruptura familiar estão entre os principais motivos que levam uma pessoa a viver em situação de rua. Neste panorama, temos a reportagem de O Globo publicada em 04 de junho de 2017, intitulada “Juventude em perigo – Crack: velho vício, nova face”, que traz a história de um jovem que foi apresentado às ruas pela sua mãe, e vivendo nas ruas acabou se envolvendo com diversas drogas até chegar ao crack. Esse jovem, assim como muitos outros, seguem os passos de parentes que também fazem uso de drogas, sendo considerados “a segunda geração de usuários da pedra”.

De acordo com a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, 71,4% dos adolescentes abordados nas ruas por assistentes sociais da prefeitura admitiram consumir drogas. O texto aponta que “o crack segue fazendo vítimas no Rio”, e que o problema tem se pulverizado, ocupando subúrbios e adentrando favelas.

Conforme apresentado por Moraes e Silva (2020), diversos autores associam o crack com pessoas em situação de rua, alguns estudos apontam que as drogas são o principal problema dessa população, e estabelecem uma relação de causa ou consequência entre o crack e a rua, pois supõe que o cotidiano das ruas facilita o acesso e o uso da droga, ou que o consumo da droga é responsável pela ida às ruas.

Neste contexto, os dispositivos municipais envolvidos no acolhimento, apoio e acompanhamento dessa população em situação de rua que faz uso de álcool e outras drogas são as equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social, através das abordagens no território e as Centrais de Acolhimento, e pelas equipes da Secretaria Municipal de Saúde, através dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD), Centros de Atenção Psicossociais Infantis (CAPSi), Unidades de Saúde da Família e o Consultório na Rua.

No entanto, embora estes dispositivos tenham por objetivo auxiliar esse grupo, eles não são exclusivos para pessoas em situações de rua que utilizam crack, as equipes dialogam entre si, mas não existe um grande programa específico para essas situações. A reportagem aponta que logo após as Olimpíadas em 2016, o Proximidade, um projeto importante criado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e que atendia especificamente a população das cracolândias deixou de existir. De acordo com Francisco Inácio Bastos, da Fiocruz, para esse grupo em situação de rua que faz uso de drogas, existem ações locais, de uma ou mais instituições ou ONGS, mas são todas fragmentadas, não há um plano que junte o governo e a sociedade civil. E com os grandes eventos do Rio, como a Olimpíada, essa população perdeu visibilidade, pois foi para outros locais menos à vista de todos.

A secretária municipal de Assistência Social informou que a prefeitura tinha a intenção de retomar o programa Proximidade para ampliar o atendimento dos usuários de crack, com apoio federal e firmar novos convênios com instituições especializadas no tratamento de dependência química, afirma que dentre essas instituições está a Igreja Católica.

Considerando ainda a questão do tratamento e seguimento de usuários de crack, reportagem de 25 de setembro de 2017 traz “Saúde pede de volta verba contra crack – Pasta cobra municípios que não comprovaram gastos; Rio recebeu metade do dinheiro para tratar usuários de drogas”, informando que o Ministério da Saúde enviou um ofício à prefeitura do

Rio cobrando a devolução de R\$94 milhões que deveriam ser destinados ao atendimento de pacientes dependentes de crack e outras drogas, além disso, o município deixou de receber novos repasses diante da falta de prestação de contas sobre o emprego da verba. Esse dinheiro tinha como destino o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos em comunidades terapêuticas, casas de acolhimento e ações contra o crack.

Figura 18 – Saúde pede de volta verba contra crack

Segunda-feira 25.9.2017

País

OGLOBO | 5

Saúde pede de volta verba contra crack

Pasta cobra municípios que não comprovaram gastos; Rio recebeu metade do dinheiro para tratar usuários de drogas

VINÍCIUS SASSINE
vinicius.jorge@bsb.ziglobo.com.br

BRASÍLIA - O Ministério da Saúde enviou um ofício à prefeitura do Rio cobrando a devolução de R\$ 94 milhões que deveriam ter sido gastos no atendimento a pacientes dependentes do crack e de outras drogas. O município deixou de receber novos repasses diante da falta de prestação de contas sobre o que foi feito com o dinheiro. Um pente-fino realizado pela pasta detectou problemas também em municípios que receberam recursos para desenvolver programas de saúde mental, como Fortaleza e Juiz de Fora (MG). As prefeituras foram ofiadas sobre a necessidade de devolverem R\$ 10,8 milhões e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. Ao todo, o pente-fino detectou repasses de R\$ 185 milhões do ministério que não tiveram comprovação da execução financeira.

O dinheiro deveria se destinar ao funcionamento de centros de atenção psicossocial (CAPS), leitos em comunidades terapêuticas, casas de acolhimento e ações contra o crack. Diante do quadro encontrado, o ministério passou a oficiar municípios para que devolvam os recursos.

Em outras duas situações, a pasta decidiu paralisar convênios na área de saúde mental. Um deles é um projeto da FioCruz para desenvolver tecnologias de cuidado e qualificação da rede de atenção psicossocial, no valor de R\$ 40,8 milhões. Até agora,



Sem atendimento. Moradores de rua consomem crack perto da Lerj, no Maracanã: repasses ao Rio seriam destinados a ações contra drogas

ra, foram gastos R\$ 4,5 milhões, e, diante da falta de informações sobre a execução financeira, o projeto será suspenso.

O detalhamento sobre a falta de comprovação na execução de R\$ 185 milhões destinados à saúde mental foi feito em reunião na Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) em 31 de agosto, e em encontro do Conselho Nacional de Saúde, no último dia 14.

O montante repassado à prefeitura do

94
milhões

de reais
É o valor destinado ao Rio
entre 2012 e 2015

Rio entre 2012 e 2015, na gestão de Eduardo Paes (PMDB), corresponde a mais da metade do valor sem comprovação de execução detectado no pente-fino. O ministério, então, cobrou uma prestação de contas sobre os R\$ 94 milhões, que deveriam ser destinados à ampliação da rede de atenção psicossocial para tratamento de pessoas com problemas associados ao uso de drogas, em especial o crack.

Um ofício foi enviado à Secretaria muni-

cipal de Saúde da gestão de Marcelo Crivella (PRB) em 4 de julho, determinando que as informações deveriam ser enviadas ao ministério em 30 dias. Em 22 de agosto, a pasta voltou a enviar ofício ao secretário, Marco Antônio de Mattos, desta vez cobrando a devolução do dinheiro, uma vez que o primeiro pedido, segundo o ministério, foi ignorado. A reportagem do GLOBO questionou a secretaria, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

PROJETO CANCELADO

O projeto da FioCruz é um termo de execução descentralizado. Somente para bolsistas e pesquisadores estavam previstos R\$ 19,7 milhões; para passagens aéreas, R\$ 5,9 milhões; e para diárias, R\$ 4,2 milhões. Até agora foram repassados R\$ 4,5 milhões, e o ministério pretende cancelar o projeto. "Até a presente data não houve comunicação oficial à FioCruz sobre o cancelamento do referido termo", diz a instituição, por meio de sua assessoria de imprensa. Representantes da fundação se reuniram com diretores do ministério no último dia 19, ocasião em que ficou decidido que pedirá "prorrogação de tempo para continuidade das ações em curso". A FioCruz afirma ainda que "o valor repassado até o momento foi utilizado integralmente nas ações pactuadas com o Ministério da Saúde, especialmente na Pesquisa de Avaliação Nacional do Programa de Volta para Casa! •

A situação apresentada suscita diversos questionamentos, principalmente com relação ao modo que a gestão municipal tem organizado o funcionamento e o financiamento desses serviços de assistência social e de saúde tão necessários para o apoio e acompanhamento desse grupo, pois como observado, meses antes a secretária municipal de assistência social relata na reportagem sobre os desafios para a implantação e a manutenção de serviços destinados ao tratamento de dependência química no município, evidenciando a questão da necessidade dos investimentos e recursos financeiros na área.

3.7 A arquitetura hostil do Rio de Janeiro: O caso do “chuveirinho”

A reportagem “Para debaixo do papelão”, publicada pelo O Globo em 08 de agosto de 2017, esclarece que “um dos mais evidentes problemas sociais do Rio está nas calçadas, coberto por papelão, à vista de qualquer um. Mas nem todos querem ver, muito menos de perto. Até mesmo as autoridades têm fechado os olhos”. É interessante que, logo no início da matéria, o jornal já tenha representado as pessoas em situação de rua como um problema a ser solucionado na cidade, um incômodo que merece ser ignorado por cariocas e, especialmente, pelo Estado. Inclusive, este trecho é a única menção ao Estado, o que revela a falta de problematização em relação ao não cumprimento dos deveres dos governos Estadual, Municipal e Federal com essa parcela da população.

No decorrer do texto, são descritas as maneiras que donos de grandes empreendimentos encontraram para afastar aqueles que o jornal representa como indesejáveis: “arame farpado, tapumes, grades, creolina, ameaças e agressões são alguns dos métodos usados por comerciantes e condôminos para evitar que adultos, jovens e crianças durmam em suas portas”. Foi o exemplo do Edifício Roxy, localizado em Copacabana na Zona Sul do Rio de Janeiro, gerenciado pelo Grupo Severiano Ribeiro (Kinoplex), que instalou uma espécie de chuveirinho na marquise para afastar os moradores de rua. A matéria ignorou o pronunciamento da assessoria do Grupo Severiano Ribeiro que afirmou ter instalado o equipamento para irrigação de um suposto canteiro, afirmação que foi desmentida por moradores do bairro³.

Ouvido pela reportagem, o síndico contou que o dispositivo teria a finalidade de jogar água em um jardim que ainda seria feito, sem dar mais detalhes sobre o desmonte desta empreitada: “enquanto o jardim não chega, a gente vai usar para lavar a calçada, até porque os moradores de rua quando saem daqui deixam lixo, fezes e urina. O mau cheiro incomoda. Não instalamos isso para atingir as pessoas”. Mais uma vez, por meio da seleção e da não problematização dessa fala, o jornal reforça a representação das pessoas em situação de rua como imundas e um risco aos moradores do bairro, por deixarem seus dejetos expostos nos passeios públicos.

³ Matéria “Prédio instala 'chuveiros' em marquise e causa polêmica em Copacabana, Zona Sul do Rio”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/predio-instala-chuveiros-em-marquise-e-causa-polemica-em-copacabana-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 06/05/2021.

Um dia anterior à publicação da “Para debaixo do papelão” (07/08/2017), o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade fez uma vistoria no prédio onde fica o Edifício e determinou a retirada dos chuveirinhos. A decisão não foi tomada para possibilitar que as pessoas voltem a dormir sob as marquises do prédio, mas porque a construção foi tombada por um decreto municipal em 2003 e, por isso, carece de autorização para fazer qualquer modificação. Como essa mudança foi feita sem o consentimento dos órgãos competentes, a Secretaria municipal de Urbanismo aplicou uma multa à empresa responsável pela gestão do equipamento cultural.

Buscando um confronto de ideias, a reportagem de O Globo apresenta aos leitores opiniões de moradores de Copacabana favoráveis à iniciativa do síndico e dos condôminos, pois estão incomodados com o uso de drogas, o sexo explícito e as ameaças feitas a transeuntes, e as opiniões de advogados e antropólogos que condenam a forma adotada pelo condomínio, classificando-a como higienista, discriminatória e absurda.

Figura 20 – Espécie de chuveiro instalado em marquise causa polêmica

16 | O GLOBO

Rio

Segunda-feira 7.8.2017

Espécie de chuveiro instalado em marquise causa polêmica

Sistema serviria para afastar moradores de rua de prédio em Copacabana

GUILHERME RAMALHO E RENAN RODRIGUES
granderio@oglobo.com.br

Uma espécie de “chuveirinho”, instalado na marquise do edifício do cinema Roxy, em Copacabana, causou polêmica neste fim de semana. O síndico afirma que o dispositivo servirá a um canteiro

de plantas, mas, de acordo com alguns moradores, o equipamento foi instalado para afastar o tumulto causado por pessoas em situação de rua que se abrigam debaixo do prédio de número 45 da Rua Bolívar. Presidente da Sociedade Amigos de Copacabana e morador do bairro há 50 anos, o advogado Horácio Magalhães

filmou os canos aspergindo água do teto na sexta-feira e postou um vídeo na página da associação no Facebook. Até a noite de ontem, mais de 18 mil pessoas já tinham visto a cena. Enquanto exibia a calçada toda molhada, Horácio criticou a falta de ação da prefeitura para a retirada de moradores de rua. Ao GLOBO,

ele disse não concordar com a instalação da engenhoca, mas que entende o motivo.

— É a solução que o cidadão encontra quando o poder público não resolve o problema. Muitas pessoas ficam receosas de passar na calçada, não sabem se vão lhe pedir esmola ou ser assaltados — afirmou. ●

Esguicho. Água de tubulação instalada em marquise cai na calçada: síndico de prédio em Copacabana informou à prefeitura que sistema é para molhar plantas



Moradora do bairro e favorável à ideia do chuveirinho, a professora aposentada de 61 anos esclareceu que: “são homens, mulheres e crianças que fazem de tudo. Imagina os idosos que aqui vivem se deparando com um homem se masturbando ou um casal fazendo sexo aqui na calçada?”. Expondo seu desconforto com aqueles que dormem nas ruas, a entrevistada conclui: “é claro que isso incomoda. Esse chuveirinho tirou eles daqui com bom senso e respeito”. Expressando o mesmo descontentamento, o taxista de 66 anos, que trabalha em frente ao Roxy há aproximadamente duas décadas, esclarece que: “os taxistas começaram a ter problemas, porque passageiros preferiam tomar o táxi na rua a caminhar até o ponto. Tudo para não ter que passar perto daquele grupo”. Afirmando já ter perdido clientes, o motorista declarou já ter pensado em formas de acabar com o ajuntamento de pessoas em situação de

rua: “eu mesmo já pensei em jogar algo ali para evitar aquela aglomeração. Agora, acho que vai melhorar 100%. Todos querem o direito de ir e vir”.

Discordando da tática adotada pelo prédio, um especialista do direito foi ouvido pela reportagem: “É uma atitude higienista. Além de ser absurda e discriminatória, não é a solução para o problema social gravíssimo que atinge o Rio. Muito melhor seria testar um tipo de assistência social. Seria mais humano e descente”. Diferente do taxista e da professora, o advogado esclarece quem realmente deveria zelar pelo bem-estar de quem está em situação de rua: “é preciso buscar alternativas, e fazer pressão sobre o poder público”. A antropóloga já define a situação como extremamente violenta: “Você não tem os poderes públicos atuando no sentido de amenizar a vida da população de rua e, então, os particulares acabam fazendo coisas desumanas, com total falta de espírito humanitário”. Por outro lado, de certa forma, a edição da fala da antropóloga tende a amenizar as opiniões problemáticas emitidas pelo taxista e pela professora: “Concordo que a experiência de ter esse tipo de população na sua porta é muito traumática”.

Figura 21 – Chuveirinho não é exclusividade do roxy

MAU EXEMPLO

Chuveirinho não é exclusividade do Roxy

Prédio do Largo do Machado tem cano instalado na marquise; moradores dizem que é usado para jogar água na população de rua

ANNELIZE DEMANI*
annelize.demani@infoglobo.com.br

Não foi só o Edifício Roxy, em Copacabana, que instalou uma espécie de “chuveirinho” na marquise para afastar moradores de rua. Um prédio no Largo do Machado adotou a mesma medida e, há cerca de um ano, usa um cano cheio de furos preso ao teto para jogar água na entrada do imóvel. Na sexta-feira, um vídeo que mostra a fachada do Roxy alagada viralizou nas redes. Ao tomar



Chuva. Cano fica preso na marquise

conhecimento do assunto, na segunda-feira, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) visitou o local e informou que ia pedir a retirada do equipamento.

Procurada, a síndica do prédio do Largo do Machado não foi encontrada para comentar o caso. Um funcionário do edifício residencial, que fica no número 8, confirmou a instalação do cano, mas disse que nunca viu o equipamento ligado. No entanto, moradores de rua que vivem na região dizem que ele funciona e jorra água fria durante a madrugada.

— Na semana passada, eu estava sob a marquise, e eles ligaram a água. Foi o maior choque térmico. Isso é uma crueldade. A gente mora na rua, mas também é ser humano. Onde vamos dormir? — lamentou Gildom Barbosa dos Santos, que vive nas calçadas do bairro há quase cinco anos.

Um outro morador de rua, que não quis se identificar, disse que o chuveirinho também é ligado durante o dia. A água atinge quem passa pela calçada:

— O maior problema é durante a madrugada, mas eu já vi o cano ligado à tarde. Uma senhora ficou toda molhada.

Um morador do Largo do Machado, que sempre passa em frente ao prédio, disse que já viu o equipamento ligado:

— É um absurdo. Ligam quando tem gente sob a marquise.

Secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Teresa Bergher informou que vai pedir à Secretaria de Urbanismo que inspecione o imóvel.

— Isso é desumano e mostra que parte da sociedade está doente. ●

(*) Estagiária sob supervisão de Leila Youssef

O Edifício Roxy não foi o único a tomar essa atitude, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, o Edifício Surubim, um dos percussores da ideia para espantar a população que vive nas ruas, também optou por utilizar grades. O porteiro desse condomínio emitiu sua visão, reforçando que havia muita “confusão” em frente ao seu posto de trabalho: “eles usavam a marquise para se proteger, mas também assaltavam quem passava por aqui”. Moradores do Edifício José Anchieta, localizado na Rua Eduardo Guinle, em Botafogo,

aprovaram em assembleia a medida de retirar todas as marquises do prédio, impedindo a proteção de desabrigados. Um residente do José Anchieta, o aposentado de 78 anos justifica a ideia de seus vizinhos e expõe outros planos: “aproveitamos que a marquise teria que passar por reforma e decidimos derrubá-la. Pensamos em grade, mas a extensão dela seria muito grande. Pensou-se também em jogar água, mas haveria problemas. Hoje, sem marquise, melhorou”.

Mas, afinal, o que a Secretaria Municipal de Assistência Social estava fazendo para melhorar a vida de quem vive nos espaços públicos? Procurada, a secretária municipal de Assistência Social da época, Teresa Bergher, explicou que abordagens sociais são feitas constantemente para que as pessoas nas ruas sejam levadas para abrigos, mas admitiu que é um trabalho difícil porque muitas não desejam sair dessa situação: “elas não querem ir para abrigos, e a lei não permite levá-los compulsoriamente. O que acontece é que eles acabam se acostumando, principalmente quando pessoas dão dinheiro ou comida. Isso não resolve nada”, conta Bergher. As colocações da secretária colocam os desabrigados como os únicos responsáveis por sua situação de vulnerabilidade, inocentando simbolicamente o Estado por não ser capaz de oferecer moradia digna a essa parte da população. Por exemplo, por falta de verbas, os abrigos encontram-se em condições precárias: camas, ventiladores, ar-condicionados e armários quebrados; as instalações não são limpas por falta de profissionais; a estrutura não é segura, pois está desgastada pela falta de manutenção; infestações de insetos e roedores são comuns; e alguns estão sem alvará de funcionamento por não contar com água e energia elétrica.

Enfim, as vozes ouvidas pelo O Globo para compor a reportagem “Para debaixo do papelão” ajudam a formular a representação de pessoas em situação de rua potencialmente perigosas, que usam todos os tipos de drogas ilícitas na frente de todos que passam pelas ruas especificamente da Zona Sul do Rio de Janeiro. Além disso, elas são representadas como imundas, pois enchem as ruas com seus trapos e objetos velhos, bem como fezes e urinas. Também é comum que sejam representados como aqueles que estão livres para tomar qualquer atitude, por exemplo, fazer sexo livremente pela rua. “Eles fazem o que querem e ninguém faz nada” é um pensamento comum na reportagem, aparecendo constantemente nas palavras de entrevistados, e, embora não dito claramente, revela um clamor por mais formas de punição e repressão a esses corpos.

3.8 Cais do Valongo: moradores de rua dormem em suas pedras

O Cais do Valongo está localizado na região portuária, e foi utilizado para a entrada de sujeitos escravizados no Rio de Janeiro. Enquanto o Brasil recebeu aproximadamente quatro milhões de pessoas escravizadas, durante mais de três séculos de regime escravagista, o Rio de Janeiro, por meio do Cais do Valongo, abrigou cerca de um milhão de escravizados em 40 anos⁴. Em decorrência dessa história, em março de 2016, esse monumento passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A inclusão nessa Lista de Patrimônio Mundial é uma forma de reconhecer o valor e a memória da violência contra a Humanidade, representada pela escravidão, e de resistir uma vez que abrigou atos heroicos, anseios por liberdade e responsabilidades históricas. Além disso, marca, simbolicamente, a contribuição de africanos no desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e, especialmente, do Rio.

O Cais do Valongo foi revelado em 2011, durante escavações no decorrer das obras do Porto Maravilha que visavam a revitalização do espaço para atender aos interesses públicos e privados dos megaeventos. A área que abrange cerca de cinco milhões de metros quadrados, foi edificada em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, objetivando a retirada da Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) o desembarque e comércio de pessoas escravizadas, que seriam levadas para as plantações no interior do estado e outras regiões do país. Algumas ficavam na capital, estando estritas aos serviços dos lares de senhores e das obras públicas.

As diversas organizações de Movimentos Negros desejavam transformar o espaço, até então supostamente desconhecido, em um monumento preservado e aberto à visitação pública – ideia que foi acatada pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2012, um ano após a identificação do monumento histórico. Com isso, o Cais do Valongo passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, visando valorizar os marcos da cultura afro-brasileira presentes na região portuária, como o Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Pedra do Sal, Centro Cultural José Bonifácio e Cemitério dos Pretos Novos.

Em 10 de julho de 2017, na reportagem “Frequentadores reclamam da má conservação do santuário”, o jornal O Globo começou a denunciar a má conservação do Cais do Valongo, trazendo à público as falas de um morador e uma militante do movimento negro sobre a falta

⁴ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/> Acesso em: 24/05/2021.

de preservação e segurança do patrimônio que valoriza a cultura negra no Rio e no Brasil. Por exemplo, um morador da Gamboa, de 73 anos, esclareceu: “vejo este lugar como um santuário. É um museu a céu aberto. Tem que ter gente vigiando e cuidando porque, quando você percebe, já está ocupado por morador de rua. Hoje, não está preservado. Faltam manutenção e limpeza”. Nesse caso, uma das maiores preocupações do entrevistado é com a ocupação do monumento por pessoas em situação de rua. Pela seleção desta fala específica, a matéria ajuda a difundir a representação de quem vive na rua como sujo, maltrapilho e com aparência repugnante. É evidente a utilização de um argumento higienista que aponta aqueles que vivem nos espaços públicos imundos e principalmente produtores de desordem e imundícies. A militante também critica: “o fato de terem se mobilizado para promover é Cais do Valongo é louvável. Mas o lugar não está bem conservado (...) todos querem enterrar a cultura negra. Há um descaso muito grande. A Pedra do Sal também está abandonada”. Mesmo não tendo atacado diretamente a população em situação de rua, a fala da militante, nesse contexto, reforça a representação presente na fala do morador.

Ainda sobre a matéria “Frequentadores reclamam da má conservação do santuário”, em alguns momentos, é como se o jornal confundisse os sujeitos com os próprios lixos, responsáveis por poluir a cidade e afetar negativamente a experiência urbana de outros grupos mais abastados, precisando, por esse motivo, de um plano que seja capaz de escondê-los da classe média empurrando-os compulsoriamente para as regiões mais afastadas da capital.

Já em 11 de julho de 2017, o jornal publicou a reportagem “Unesco exige ‘pequena reforma’ no cais”, esclarecendo que o Patrimônio passou por uma faxina depois de ter suportado um período de abandono. Lixo por todos os cantos e um forte cheiro de urina tomavam conta do lugar, problema que foi solucionado pelo serviço de limpeza urbana do Rio de Janeiro (Comlurb).

Figura 22 – Frequentadores reclamam da má conservação do ‘santuário’

Frequentadores reclamam da má conservação do ‘santuário’

Visitantes encontram lixo e sentem cheiro de urina no sítio histórico

RENAN RODRIGUES
renan.rodrigues@oglobo.com.br

Apesar do título de Patrimônio Mundial Cultural, o Cais do Valongo sofre com a má conservação. Frequentadores reclamam dos sinais de abandono do espaço, que, na opinião deles, carece de ações de preservação como as que ocorrem na vizinha Praça Mauá, adotada pelos cariocas como área de lazer após a Olimpíada do Rio. Ontem, no dia em que o sítio histórico recebeu o reconhecimento internacional da Unesco, entre as ruínas do Valongo era possível observar dezenas de garrafas de vidro quebradas e muito lixo, até na área cercada. Havia ainda um vazamento de água, e cabos de aço que cercam a área restrita ao público estavam quebrados. Outro desafio para quem visitava o local era o cheiro de urina no entorno, ocupado por moradores de rua.

— Vejo este lugar como um santuário. É um museu a céu aberto. Tem que ter gente vigiando e cuidando porque, quando você percebe, já está ocupado por morador de rua. Hoje, não está preservado. Faltam manutenção e limpeza — critica Durval Chagas, de 73 anos, morador da Gamboa.

“QUEREM ENTERRAR A CULTURA NEGRA”

Também vizinha ao Cais, Carolina Aniceto, de 35 anos, veio de São Paulo para o Rio em 2014. Foi quando ela conheceu a história da Pequena África. Negra e integrante do movimento Afoxé Filhos de Ghandi desde 2015, ela faz coro com quem aponta os problemas da região.

— O fato de terem se mobilizado para promover o Cais do Valongo a patrimônio histórico é louvável. Mas o lugar não está bem conservado — diz Carolina, queixando-se do abandono de espaços ligados à cultura dos negros no Rio: — Todos querem enterrar a cultura negra. Há um descaso muito grande. A



Descaso. O lixo acumulado no Cais do Valongo: prefeitura afirma que manutenção é feita

Pedra do Sal também está abandonada.

Em nota, a prefeitura do Rio informou que a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp) realiza diariamente a limpeza na Zona Portuária, inclusive na área do Cais do Valongo: “No sítio arqueológico, o trabalho inclui capina e drenagem, pois o monumento está abaixo do nível do mar. A confirmação do cais como Patrimônio Mundial é motivo de orgulho para toda a prefeitura.”

Em reportagem publicada ontem, O GLOBO mostrou que o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão do município responsável por gerir o sítio reconhecido pela Unesco em 2012, que inclui um grande trecho da orla da Zona Sul, enfrenta um esvaziamento de seu orçamento. O órgão chegou a 2017 com uma dotação inicial de R\$ 1,947

milhão, mas, segundo dados do Portal Rio Transparente, a entidade teve seu orçamento atualizado e ficará sem um único centavo este ano. Até agora, de acordo com informações do site da prefeitura, o instituto só gastou R\$ 38.997,05, referentes a restos a pagar de exercícios anteriores.

Questionada sobre o orçamento do instituto diante do desafio de preservar o Cais do Valongo, a prefeitura informou, em nota, que o momento é de ajustes no município e, por isso, a dotação orçamentária está sendo revista: “A prioridade do instituto é levar adiante a proteção do acervo arqueológico do Cais do Valongo. No momento, os arqueólogos estão fazendo o levantamento dos, aproximadamente, 500 mil itens encontrados no local. As peças estão na Vila Olímpica da Gamboa.” ●

O descaso com esse bem é a preocupação Tania Andrade Lima, coordenadora da equipe que encontrou o Cais do Valongo em 2011, entre os escombros das reformas urbanas:

“É urgente a conservação do Valongo e do entorno, é preciso que o sítio arqueológico tenha vigilância. Como um Patrimônio Mundial vai ficar coberto de lixo? Se ele não for cuidado como merece, o título pode ser retirado”, esclarece a arqueóloga. Logo após essa colocação, reforçando a representação de pessoas em situação de rua como sujas e desordeiras, o jornal completa: “usuários de crack e moradores de rua costumam ser vistos com frequência dentro do Cais do Valongo”.

Em 02 de agosto de 2017, as denúncias de O Globo continuam na reportagem “Valongo virou playground”. O texto começa da seguinte forma: “elas contam a história da escravidão no Brasil e deveriam ser preservadas, mas tem gente pisando, sentando e até fumando em cima das pedras do Cais do Valongo, na Zona Portuária”. Mais especificamente sobre o tema pessoas em situação de rua, foi dito que “à noite, moradores de rua estendem seus cobertores sobre as pedras” para dormir.

Buscando reforçar o absurdo que é a não preservação desse espaço sagrado para alguns, foi ouvida uma personagem ligada às religiões de matrizes africanas. A mãe de santo Celina de Xangô, presidente do Centro Cultural Pequena África, foi ouvida pela matéria jornalística depois de publicar, nas redes sociais, uma crítica à gestão do monumento pela prefeitura do Rio de Janeiro: “estou muito triste e preocupada. Lutamos tanto pelo reconhecimento daquele lugar. As pessoas entram para fazer foto, pisam lá dentro, daqui a pouco vão fazer piquenique. Isso é um absurdo”, lamenta a religiosa. Celina lembra que desde a primeira lavagem das pedras, em 2012, foi firmado um acordo entre a prefeitura, as lideranças religiosas e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) restringindo o acesso às pedras. Por isso, a mãe de santo cobrou uma maior vigilância do local no trecho que segue: “nem mesmo durante a lavagem as pessoas entram. Temos que preservar. Se as pessoas ficarem entrando, vai acontecer um desgaste (...) Nunca tem guarda por lá”, reclama.

Por meio de uma nota, a Guarda Municipal do Rio informou que o patrulhamento era feito desde 21 de julho de 2018 por dois agentes da Unidade de Ordem Pública do Porto Maravilha, que atuam das 7h às 19h. No período noturno, ainda de acordo com a nota, uma viatura com quatro guardas patrulha o local em horários aleatórios. Foi reforçado que a equipe de O Globo esteve presente em campo, mas não viu nenhum agente de segurança patrulhando o Cais. Pelo contrário, segundo os jornalistas, a limpeza ainda era insuficiente porque tinham guimbas de cigarro e restos de touca higiênica entre as rochas.

As críticas ao abandono do patrimônio se mantiveram até 09/08/2017, quando foi publicada a reportagem “Caos do Valongo” – última matéria sobre o tema. Os argumentos são

os mesmos, a prefeitura não tem cumprido suas funções de preservação, as pessoas continuam tendo acesso às pedras, não existe patrulhamento pela guarda-municipal e os moradores de rua continuam agindo livremente nesse espaço representado como sagrado.

Figura 23 – Caos do Valongo

CARTÃO-POSTAL ABANDONADO

Caos do Valongo

Um mês após ter sido eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, sítio histórico enfrenta problemas como invasões e retirada de pedras, vendidas como souvenir

SIMONE CANDIDA
simone.candida@oglobo.com.br

Um mês depois de ter sido eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, o Cais do Valongo tem hoje pouco a comemorar. O sítio histórico, por onde desembarcaram milhares de escravos que chegavam ao Rio, tem enfrentado uma série de reveses: turistas, cada vez mais numerosos, desrespeitam a cerca e invadem o local para tirar selfies. Moradores de rua, durante a madrugada, usam a área histórica como varal: estendem roupas para secar sobre as pedras. E, como se não bastasse, há relatos de que até skatistas estão aproveitando o terreno acidentado para tentar manobras radicais. Além disso, a manutenção do cais também deixa a desejar.

Uma falha na drenagem vem causando constantes alagamentos no local.

A professora Tania Andrade Lima, arqueóloga que encontrou o sítio e resgatou peças durante o trabalho de escavações na região, acredita que a história se repete. Construído no século XIX, por determinação do Vice-Rei, o Marquês de Lavradio, para retirar o comércio de escravos da Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), o cais, lembra Tania, com o passar dos anos, ganhou fama como região de marginalizados.

— O tempo passou e aquele lugar, onde sempre ficou concentrada toda sorte de marginalizados pela sociedade, continuou estigmatizado. As poucas tentativas para enobrecê-lo naufragaram, como a construção do Cais da Imperatriz, que, não muito tempo depois, ficou em péssimas condições, e, segundo documentos da época, “mal frequentado” e parcialmente arruinado. O pouco que o poder público investiu naquela área de nada adiantou, e o estigma se

Com a eleição, o interesse pelo cais aumentou. Mas não há sinalização adequada, proibindo a entrada

rua estão tirando as pedras e conchas do cais e vendendo como souvenir. Imagina se alguém vai pular na Via Ápia e retirar uma pedra para vender na calçada em Roma. Aqui vemos isso acontecer há dois domingos. A culpa não é do morador de rua, que não entende. Ele está vendendo pela omissão do poder público. Só para se ter uma ideia, o cais não tem iluminação especial à noite — diz o antropólogo Milton Guran, coordenador do grupo de trabalho que apresentou a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial.

Merced Guimarães, diretora do Instituto dos Pretos Novos (IPN), diz já ter testemunhado cenas “lamentáveis” na área.

— É um lugar que deve ser respeitado. É um local para se fazer homenagem aos ancestrais e não oba-oba. Outro dia, passei por lá e vi umas crianças andando de skate nas pedras. Não pode. Outra coisa que acho que deve ser evitada é fazer festa lá. Por ali passaram pessoas que sofreram, não tem cabimento ficar colocando barracas e vendendo coisas naquele local — diz Merced, que critica a falta de fiscalização, principalmente à noite e nos finais de semana.

GUARDAS SÓ ATÉ AS 19H
A prefeitura garante que intensificou a fiscalização no entorno do Cais do Valongo desde o dia 21 de julho, com dois guardas da Unidade de Ordem Pública Porto Maravilha atuando das 7h às 19h. No período noturno, o patrulhamento é feito por quatro guardas, “em rondas aleatórias”. A administração municipal também criou um grupo de trabalho para discutir o que pode ser feito por lá, com participação de representantes do governo estadual e do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Cultural (Iphan). Segundo a Secretaria municipal de Urbanismo, foi criado “um cronograma para a adequação do sítio arqueológico no prazo legal, 2019”, mas o trabalho ainda não começou a ser tocado. Uma das primeiras ações, a única prevista para acontecer ainda este ano, será a continuação da pesquisa arqueológica: blocos do Cais da Imperatriz serão retirados, para que um trecho maior do Cais do Valongo, ainda encoberto, fique visível. Até 2019, outras ações previstas são a substituição da grama da área do mar por areia; a instalação de tratamento paisagístico e de sinalização do entorno do sítio, a criação de um projeto educativo para divulgar a importância do patrimônio e a instalação de um Centro de Referência da Celebração da Herança Africana, no prédio das Docas Pedro II. ●



Bagunça. Visitantes ignoram cerca e invadem área de pedras do Cais do Valongo. Moradores dizem que a fiscalização no local é falha

Nesse texto existem um novo argumento: a Zona Portuária, que supostamente era reconhecida como uma área marginalizada, manteve a fama, apesar das reformas urbanas que tinham o propósito de renovar os ares nos moldes desejados pelo mercado, em detrimento dos interesses da população. Essa ideia é reforçada pela fala da arqueóloga Tania Andrade Lima: “o tempo passou e aquele lugar, onde sempre ficou concentrada toda sorte de marginalidade pela sociedade, continuou estigmatizado. As poucas tentativas para enobrecê-lo naufragaram”. Ela continua dando alguns exemplos históricos: “a construção do Cais da Imperatriz, que, não muito tempo depois ficou em péssimas condições, e, segundo documento da época, “mal frequentado” e praticamente arruinado”.

O Cais do Valongo é um patrimônio da humanidade justamente por, de alguma forma, manter viva a memória de afrodescendentes escravizados. Por isso, de fato, merece ser preservado. Mas a discussão, por outro lado, vai além: as pessoas em situação de rua, negras em sua maioria, são representadas como imundas e desordeiras por dormirem nesse monumento à noite e a sociedade, por sua vez, continua clamando pela repressão de seus corpos. É comum no Rio, e no Brasil, o ataque de agentes de segurança às pessoas que vivem nas ruas⁵. Sendo assim, de forma inevitável, os entrevistados de todas essas reportagens não estão somente solicitando um maior patrulhamento dessa herança cultural, mas todas as formas de repressão aqueles que violam as regras de preservação e contribuem com a sujeira e a desordem.

⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/guardas-municipais-sao-flagrados-agredindo-moradores-de-rua-no-rio.html> Acesso em: 24/05/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo marcado pela pobreza extrema, possui vínculos familiares rompidos ou enfraquecidos, e utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas para moradia e sustento. Até o momento existem levantamentos que procuram estimar o quantitativo desse grupo no Brasil, o que é um desafio, tendo em vista que as metodologias comumente empregadas nos censos nacionais não se adequam totalmente às especificidades da vivência nas ruas.

De modo geral, no território nacional, a população em situação de rua é composta em sua maior parte por homens, pardos e pretos, na faixa etária dos 30 a 59 anos, com baixa escolaridade, perfil também encontrado na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os fatores que levaram essas pessoas às ruas estão, principalmente, a ruptura familiar, o uso de álcool e drogas e o desemprego.

No ano de 2009 foi publicada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que procura regulamentar os princípios, diretrizes e objetivos para promoção e garantia dos direitos dessa população. No campo da saúde esse grupo é acolhido principalmente pela rede de atenção primária à saúde, estando sob a responsabilidade das unidades da APS, como clínicas da família e centros municipais de saúde, e pelas equipes do Consultório na Rua. Na área da assistência social acessam a rede através dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social, Unidades de Acolhimento ou Centrais de Recepção e também pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Além disso, também estão sob a proteção da Política Nacional de Segurança Pública.

No processo histórico do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro houve o enfrentamento de vários problemas sociais ocasionados pelo crescimento urbano desordenado e acelerado, sendo que ao final do século XIX a cidade duplicou o número de moradores, que eram divididos em residentes, ex-escravos e imigrantes, gerando o aumento de moradores pobres e potencializando a crise habitacional. Com a abolição da escravatura intensificou o surgimento da figura do vagabundo, que era aquele que não trabalhava e não contribuía com o progresso, sendo que a elite republicana no período tentou, através de leis repressivas, conter os vadios que não queriam ou não tinham a oportunidade de trabalhar, pois a vadiagem era um ato que presumidamente era preparatório para o crime, reforçando a necessidade de medidas punitivas.

No decorrer do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, ocorreram diversas transformações influenciadas por situações internas e externas e, entre elas, a preparação para os megaeventos, momento nos quais as questões mercadológicas exerceram grande influência para a divulgação da marca-cidade. O Rio foi candidato à sede desses megaeventos contemplando os benefícios econômicos que seriam gerados. Os megaeventos não estão limitados a sua duração, pois iniciam muito antes do seu início, com a preparação e remodelação da cidade, dos serviços e aparelhos esportivos, e terminam muito após a finalização, com as repercussões positivas e negativas produzidas na cidade. De fato, os eventos recebidos e produzidos pela cidade tiveram grande impacto econômico e social.

Nos megaeventos contemporâneos os meios de comunicação têm impacto massivo. Desse modo, por influência da mídia, parte dos cariocas pode ter considerado que o déficit social e econômico da cidade era fruto de áreas degradadas, que só seriam recuperadas através de parcerias público-privadas, e o jornalismo foi de grande importância para a gestão urbana dos megaeventos, pois representou um elevado grau de consenso sobre as políticas urbanas necessárias para revitalizar alguns espaços. No processo de “embelezamento” da cidade na preparação dos megaeventos no Rio de Janeiro, houve, de modo geral, processos de “limpeza urbana”, que levaram a expulsão de pessoas em situação de rua das áreas centrais e turísticas para áreas ou abrigos distantes. A mídia legitimou essas expulsões como medidas de readequação do espaço urbano e combate à desordem e à criminalidade.

A visão do Estado, da sociedade e da opinião pública com relação à população em situação de rua é dicotômica, pois em alguns momentos são tratados como merecedores de compadecimento, cuidado e assistência, e em outras situações são tidos com desprezo, discriminação e intolerância, sendo submetidos a ações repressivas. Assim como apresentado, na maior parte das vezes, as pessoas que vivem nas ruas são culpabilizadas por estarem nessa situação.

Em meio a essas reflexões surge o questionamento de como essa população em situação de rua é representada na mídia, mais especificamente no meio jornalístico, principalmente nesse período após os megaeventos carioca, uma temporada de grandes mudanças no espaço urbano. Em nosso imaginário as pessoas em situação de rua eram representadas majoritariamente como desordeiros e potenciais autores de delitos pela mídia, pouco se discutindo sobre questões ligadas à saúde e à assistência. Foi através da análise de reportagens do jornal O Globo que buscamos essa resposta, sendo que essa população era mais comumente denominada como “morador de rua”.

No processo de exploração e categorização das reportagens foi possível observar que nossa hipótese se confirmava, e no ano de 2017, que sucedeu o ano olímpico, nas páginas do jornal O Globo a população em situação de rua foi representada, em ordem decrescente de frequência, pela perspectiva de segurança pública, assistência social, trabalho, saúde pública, habitação e lazer/cultura.

No que tange a segurança pública, as pessoas em situação de rua foram representadas mais frequentemente como possíveis autores de violência, são vistos como criminosos, invasores e depredadores dos bens públicos. Uma questão recorrente é que, embora apresentem essa ligação entre a população de rua e a criminalidade, na maior parte das vezes o jornal não explicita se existem provas para confirmar as alegações, dando a entender que essas acusações não passam de suposições que provavelmente tem relação com a compreensão do morador de rua na sociedade.

Embora os jornais retratem a precariedade estrutural de diversos espaços públicos e como eles podem gerar medo em quem frequenta a cidade, é evidente que essa sensação de insegurança gerada por eles está relacionada com os atos de violência que neles ocorrem e a presença constante de moradores de rua no local. Esse grupo é representado como violento, e o medo das ações dessa população são apresentados como causa do afastamento de algumas pessoas desses espaços.

Ainda na perspectiva da segurança pública, os moradores de rua são representados como perturbadores da ordem pública, em diversas reportagens há relatos de ocupação do espaço público com objetos pessoais, permanecem sentados ou dormem nas calçadas e praças, atrapalham o fluxo de pessoas, além de haver reclamações por sujarem esses locais e a sua presença afugentar as pessoas tanto de áreas de lazer quanto de bares e restaurantes que utilizam o espaço das ruas para montar mesas e cadeiras. Esse cenário retratado pelo jornal reforça a ideia de que a cidade está abandonada pelos órgãos públicos.

A solução sugerida para controlar e conter essa população considerada transgressora é através de medidas repressivas, existem constantes solicitações para que haja maior número de agentes de segurança distribuídos pela cidade, bem como ações punitivas e remoção dessas pessoas dos logradouros públicos.

Apesar de o morador de rua ser frequentemente apresentado como autor de violência, existem algumas reportagens que o representa como vítima da violência. Isso fica evidente através de uma série de notícias a respeito do assassinato brutal de uma moradora de rua na Zona Sul carioca. Além desse caso, há relatos de pessoas em situação de rua que foram vítimas de agressão por cidadãos comuns e por agentes de segurança, no entanto, o jornal

afirma que no período houve redução do número de registros de agressões praticadas por agentes públicos.

No que concerne à assistência social, a maior parte dos entrevistados desempenha algum cargo técnico, em instituições governamentais ou não-governamentais, relacionado à área, e entendem que a pessoa em situação de rua precisa ser acolhida e acompanhada, além disso, há referência à criação de meios de articulação entre o SUS e o SUAS para qualificar a oferta de serviços. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos realiza abordagens frequentes à essa população, e o acolhimento em abrigos municipais é realizado de maneira voluntária, no entanto, sobram vagas, pois existe resistência por parte de diversos moradores de rua na utilização dos abrigos. Por sua vez, a população em situação de rua entrevistada relata que prefere um emprego à oferta de vaga no abrigo.

A cidade do Rio de Janeiro também se transforma em uma cidade dormitório. O jornal retrata a rotina de quem vive nas calçadas, com foco principal nos trabalhadores que tem casa e apoio familiar, mas que por morarem longe do trabalho criam aglomerado urbanos no espaço público para utilizar como moradia temporária. Esse grupo é representado como desordeiros da cidade, trazendo a sensação de caos urbano. É reiterada a solicitação por mais ordem e mais higiene nas ruas da cidade. A revitalização urbana realizada no centro da cidade é indicada como responsável por trazer maior sensação de segurança, mas mesmo defendendo o processo de revitalização do espaço público, o jornal não consegue abandonar os temas da insegurança e da violência atrelada a representação da população em situação de rua.

Com relação à saúde pública, as questões relativas à população em situação de rua estão associadas ao acesso às redes de atenção à saúde, doenças infectocontagiosas e ao uso de álcool e drogas. É apresentado sobre a dificuldade enfrentada por esse grupo em ser acolhido em alguns serviços de saúde e receber atenção integral. Além disso, em diversos momentos essas pessoas são representadas como doentes, que utilizam os serviços do Sistema Único de Saúde para o acompanhamento e tratamento de doenças como a tuberculose, e o seguimento para o cuidado com os transtornos mentais e a dependência do uso de drogas.

A representação das pessoas em situação de rua como sujas e um risco para a cidade, por ocuparem as ruas com trapos, objetos velhos, fezes e urina, é reforçada em uma série de reportagens a respeito de um chuveirinho instalado em uma marquise para afastar os moradores de rua. Fica evidente que este é apenas um dos meios encontrados para tentar expulsar esse grupo indesejado, pois há relatos do uso de arame farpado, tapumes, grades, creolina, ameaças e agressões em outras áreas da cidade. Ainda nessa perspectiva, a desordem e a sujeira aparecem representadas nas páginas do jornal ao descrever a ocupação de uma área

histórica da cidade. Por fim, novamente há o apelo por medidas repressivas e maior atuação do setor de segurança pública.

Os resultados encontrados corroboram a hipótese dessa dissertação, no entanto, novos estudos podem ser necessários. É possível sugerir a realização de pesquisas utilizando um outro recorte temporal, bem como o emprego de outros jornais, ou mesmo a realização de análise da representação dessa população utilizando a sessão de opinião dos leitores publicada pelo periódico. Por fim, esperamos que essa dissertação possa contribuir com os futuros trabalhos da área da saúde coletiva, e com outras áreas do conhecimento que tenham interesse na representação da população em situação de rua nos jornais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2016.

BASTOS, FI; BERTONI, N. Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quando são nas capitais brasileiras?. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BECKER, H. Falando da Sociedade: Ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Política Nacional de Segurança Pública. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004.

BRASIL. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos; Instituto Pereira Passos. Somos Todos Cariocas - Levantamento da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. 2018.

BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Diretrizes norteadoras das equipes de consultório na rua do município do Rio de Janeiro. 2016.

CAVALCANTE, RB; CALIXTO, P; PINHEIRO, MMK. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, 2014, v.24, n.1, p.13-18.

CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Editora Unicamp, 2012.

COSTA, APM. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, 2005, v. 4, n. 1, p. 1-15.

DESLANDRES, SF; IRIART, JAB. Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2012, v.28, n.12, p.2380-2386.

FERRAZ, SMT; MACHADO, BA. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores? *Cad. Metrop.*, São Paulo, 2014, v.16, n.32, p.609-623.

FORTUNA, V. “Rio do Porto Maravilha”, Rio de Sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global. 2016.. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FREITAS, R.; LINS, F.; SILVA, M. Megaeventos: a alquimia incontrolável da cidade. *Revista Logos*, Rio de Janeiro, 2014, v. 1, n. 24, p. 1-13.

FREITAS, R; GOTARDO, A; SANT’ANNA C. Ativos intangíveis da marca Rio: o consumo turístico da cidade dos documentários internacionais. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015, Brasília – DF: XXIV COMPOS, 2015, p, 1-7.

GIORGETTI, C. Moradores de rua: uma questão social? Fapesp. 2014.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

MAGNANI, J. Discurso e representação, ou de como os baloma de kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. (Org.). *Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1988.

MINAYO, MCS. *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec, 1992.

MORAIS, DRD; SILVA, MBB. O que o crack tem a ver com a rua? Uma revisão narrativa com implicações políticas (2011-2017). *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2020, v. 30, n.2, p.1-20.

NATALINO, MAC. *Estimativa da população de rua no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2016.

RODRIGUES, IS et al. A gênese social da situação de rua no Brasil. In: RODRIGUES, I; FERNANDES, DC (Org.). *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil*. Curitiba. Editora CRV, 2020.

RUEDIGER, MA. *Rio em Perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, AS. *População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos*. *Psicologia Política*, 2013, v.13, n.27, p.337-350.

SILVA, TO et al. *População em situação de rua no Brasil: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e da morbidade por tuberculose, 2014-2019*. *Epidemiol Serv Saúde*, 2020, p.1-21.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis. Editora Vozes. 2013.

ANEXO – Categorização das reportagens sobre “moradores de rua” no jornal O Globo em 2017

JANEIRO (TOTAL = 19 / APLICÁVEIS = 11 / RJ = 08)		
1	A futura secretária de Assistência Social e Direitos Humanos (...) disposta a adotar uma nova política para a população de rua, que envolva igrejas de todas as religiões. Ela considera como o seu grande desafio levar equipes de saúde e assistentes sociais para atuar nas cracolândias. (...) Quanto à população de rua - estimada em 5.580 pessoas pelo governo Eduardo Paes - diz que não pretende recolhê-las, mas acolhê-las. (...) Se cada instituição (religiosa) abra-se as suas portas para que quem vive na rua possa tomar um banho, fazer uma refeição e dormir num primeiro momento? Atuando em parceria, as equipes da prefeitura poderiam saber quem é quem e fazer um acompanhamento para que essas pessoas possam ser reintegradas às suas famílias e à sociedade. (...) A vereadora lembra também que grande parte dos que vivem nas ruas é de doentes e dependentes químicos. (...) dar treinamento e aproveitar quem está na rua desempregado para fazer serviços terceirizados, como os de limpeza de prédios municipais. (...) O poder público tem que ir até os locais onde se concentram os viciados em crack, oferecendo atendimento médico e assistência social	Assistência Social Saúde Pública
2	Em relação à população de rua, o secretário adjunto de Assistência Social, Felipe Sabara, disse que há algumas semanas ele e funcionários têm visitado a região para convencer moradores de rua a pernoitar num espaço oferecido sob o viaduto naquela região.	Habitação
3	Sem a presença do poder público, moradores de rua têm ocupado o túnel. A falta de conservação e a escuridão têm atraído usuários de drogas e assaltantes. Universitário destaca "Por diversas vezes passei por ali e fui hostilizado por moradores de rua que se aglomeram pelo caminho".	Segurança Pública
4	A falta de revestimento em vários pontos do teto é só mais um sinal da má conservação do Túnel Sá Freire Alvim, em Copacabana. Com a iluminação falha, o lugar foi tomado por moradores de rua e assaltantes.	Segurança Pública
5	Sem manutenção adequada, o Maracanã está sendo dilapidado. Nos últimos dias, moradores de rua invadiram o estádio. Os bustos do jornalista Mário Filho e do ex-prefeito Mendes de Moraes foram furtados, assim como duas TVs, uma torneira de cobre e fios de energia.	Segurança Pública
6	Abandonado, sem nenhum tipo de manutenção (...) o Maracanã vem sofrendo com sucessivos furtos e invasões de usuários de drogas. (...) a Polícia Militar prendeu um homem de 24 anos que, segundo os policiais, é morador de rua e foi flagrado deixando o Maracanã com cabos que teriam sido furtados do local.	Segurança Pública

7	Calçadas tomadas por mesas, flanelinhas, moradores de rua e roubos. (...) A desordem urbana abriu caminho para mais flanelinhas, moradores de rua, usuários de crack e aumento da violência.	Segurança Pública
8	Coral com 50 moradores de rua abre aniversário oficial da cidade no dia 1º de março	Lazer/Cultura

FEVEREIRO (TOTAL = 16 / APLICÁVEIS = 07 / RJ = 04)

1	O fechamento de três das quatro bibliotecas parques do estado deixou muitos órfãos (...) Entre os entrevistados conversou com moradores de rua que tinham nas bibliotecas o caminho para vencer a dependência química e a falta de perspectiva profissional.	Lazer/Cultura Saúde Pública
2	O Jardim do Méier está abandonado (...) Para piorar, moradores de rua têm usado a fonte para tomar banho e lavar roupas (...) Sobre a situação da fonte, a secretaria informou que realiza rotineiramente a manutenção e a limpeza do espaço.	Segurança Pública
3	Das quase 15 mil pessoas que vivem nas ruas do Rio, quase 200 (183, para ser mais específico) são estrangeiras - a maioria é de refugiados de países em guerra ou situação precária. Dado da Secretaria Municipal de Assistência Social. O documento mostra que boa parte dessas pessoas dormem embaixo de marquises e viadutos do Rio.	Assistência Social Habitação
4	Quase metade dos moradores de rua trabalham como catadores e 17% dão camelôs. Dado curioso (e triste): 70 dessas pessoas de rua possuem nível superior completo	Trabalho

MARÇO (TOTAL = 25 / APLICÁVEIS = 15 / RJ = 07)

1	Ordenamento do espaço público e Tijuca presente são prioridades do novo superintendente (...) prometeu coibir a presença de camelôs e de moradores de rua na Praça Saens Peña.	Segurança Pública
2	A turma do Polo Rio Antigo, que inclui casas noturnas de peso (...) ficou no prejuízo nesta folia (...) Segundo eles, além da falta de segurança na região (reclamam da quantidade de prédios ocupados por moradores de rua), a Av Mem de Sá foi por vezes fechada por ambulantes.	Segurança Pública
3	A Nelson Mandela, por exemplo, está cheia de moradores de rua. Alguns só perambulam. Outros também assaltam. A presença da Guarda poderia inibi-los. Alguns dizem que, com o Aterro Presente, grupos passaram a agir dentro do bairro. Mas os ladrões agem de forma oportunista. E quando falta policiamento e há ruas escuras, sem poda de árvores, a ação é facilitada.	Segurança Pública
4	Copacabana pede socorro! Os marginais estão soltos, por todos os lados;	Segurança

	<p>moradores de rua espalhados por tudo que é canto, sujando as calçadas (...) O que o subprefeito está fazendo pelo bairro? Ficam aqui minha indignação e a pergunta: o que estão esperando?</p>	Pública
5	<p>As famosas e lindas passarelas que passam por cima das pistas de alta velocidade do Aterro do Flamengo estão quase todas ocupadas por moradores de rua, em flagrante prova de inépcia das autoridades. O local não é apropriado para ninguém. Além de encontrarmos crianças entre os "moradores", eles vandalizam a construção, fazem suas necessidades, acendem fogo, etc. Qual será o jogo de empurra da vez? Vamos esperar acidentes? Mortes? O que mais?</p>	Segurança Pública
6	<p>Amontoados sob marquises, pontes e viadutos, uma crescente população de sem teto transforma as ruas da cidade em dormitório. As praias exibem acampamentos improvisados que por volta das 11 horas são desmontados, deixando fezes e muito lixo até que sejam remontados para mais uma noite. Sem perder de vista o problema social, algo precisa ser feito. Onde estão os órgãos públicos que deveriam produzir políticas efetivas? Há recursos, mas faltam vontade, respeito e amor ao próximo.</p>	Segurança Pública Assistência Social
7	<p>Moro na Urca, e me desagrada o abandono da Praça Guilherme de Oliveira Figueiredo, perto do Instituto Benjamin Constant. Um lugar apazível, onde levávamos nossas crianças para brincar, e onde há pouco tempo surgiu uma feira de alimentos orgânicos, está entregue a moradores de rua, que ameaçam pedestres, consomem drogas e sujam o local. Soube que só vão para abrigos caso queiram. Não é preconceito, mas questão de segurança pública. Acorda, prefeito!</p>	Segurança Pública

ABRIL (TOTAL = 22 / APLICÁVEIS = 12 / RJ = 10)		
1	<p>Ex-morador de rua é dono de empresa de reciclagem em Campo Grande. A família morreu quando ele era uma criança, e, por muitos anos, Robson morou na rua.</p>	Trabalho
2	<p>Cem dia após a posse do prefeito Marcelo Crivella, os cariocas enfrentam ruas esburacadas e calçadas tomadas por camelôs e moradores de rua.</p>	Segurança Pública
3	<p>Em Botafogo, o problema tem sido a população de rua. Alguns moradores acham que, com a Operação Aterro Presente, muitos desabrigados trocaram o Parque do Flamengo pelo bairro. A Praça Nelson Mandela (...) virou dormitório de muitos deles. Freqüentadores se queixam, dizem que a quantidade de assaltos aumentou. (...) O trecho entre as ruas Visconde de Pirajá e Redentor está fechado, e usuários de drogas passaram a circular por ali.</p>	Segurança Pública
4	<p>Liliam Altuntas, que nasceu na baixada, viveu nas ruas e foi prostituta até pôr a mão na massa e abrir seu bufê na Itália. Em visita ao Rio, Liliam botará a mão na massa hoje à noite como chef voluntária no Refetorio Gastromotiva, restaurante na Lapa que oferece refeições gratuitas para as</p>	Assistência Social Trabalho

	<p>peças em situação de vulnerabilidade social. "Vai ser muito emocionante. Quando eu morava na rua, desejava comida e não tinha. Hoje eu tenho e posso dar".</p>	
5	<p>Além de alagamentos, péssimo estado da calçada (...) vivenciamos um absurdo aumento da população adulta moradora de rua para a qual o poder municipal faz vista grossa alegando se tratar de problema social, na certa aguardando que a sociedade civil tome para si mais esse encargo. A área comercial do bairro transformou-se em "lar" para essa população, com direito a colchonetes, cadeiras onde casais praticam sexo, discutem e brigam entre si ao lado de agências bancárias, em frente a vitrines de lojas e sob marquise de academia. Os moradores do bairro ficam expostos a todo tipo de situação. Qual o papel da "cabine" inaugurada?</p>	<p>Segurança Pública Habitação</p>
6	<p>"Não há um dia em que eu não ache uma faca ou um pedaço de pau que os cracudos usam para assaltar pedestres e motoristas. A violência chama tanto a atenção que muitos nem percebem a cachoeira de água e esgoto (...) Ela é usada por moradores de rua para tomar banho.</p>	<p>Segurança Pública</p>
7	<p>Precisamos que a Prefeitura do Rio de Janeiro retire as grades colocadas pelos moradores das ruas do Livreiro e Ditiá, em Bangu.</p>	<p>Segurança Pública</p>
8	<p>Aos 18 anos, Janeffer já morou na rua e, "doidona de maconha", quase morreu ao ser atropelada por um trem na estação de Bonsucesso. Todas as noites, Janeffer e seus irmãos e pelo menos outros 20 jovens são atendidos pelo Passaporte da Cidadania. Desde que foi criado, o programa já tirou documentos, encaminhou para a escola, reaproximou familiares e ofereceu atividades culturais a 1.600 menores de idade, a maioria moradores de rua.</p>	<p>Assistência Social</p>
9	<p>A reocupação da Praça São Salvador (...) antes a área ficava normalmente vazia e era ponto de assaltantes e moradores de rua</p>	<p>Segurança Pública</p>
10	<p>Antes um lugar ermo, sujo e tomado por moradores de rua e vendedores ambulantes, o trecho da Rua Major Ávila entre as Ruas Conde de Bonfim e Santo Afonso, uma espécie de corredor de acesso à praça Saens Peña, desde 1993 respira um ar mais puro e perfumado.</p>	<p>Segurança Pública</p>

<p>MAIO (TOTAL = 27 / APLICÁVEIS = 15 / RJ = 11)</p>		
1	<p>O tiner está entre as substâncias mais usadas pelos dependentes químicos, muitas vezes menores de idade, que se multiplicam por praças e rua da Zona Sul. Para frear esse problema, a prefeitura e as polícias Civil e Militar se uniram para aumentar a fiscalização sobre a venda do produto, feita por lojas de tintas e material de construção</p>	<p>Saúde Pública Segurança Pública</p>
2	<p>Dois projetos da região têm se destacado pela preocupação com moradores em situação de rua. Distribuição de quentinhas para pessoas em situação de rua na Grande Tijuca. O projeto também tem intuito de motivá-los a</p>	<p>Assistência Social</p>

	buscar ajuda contra o vício.	Saúde Pública
3	Para a casa poder ser negociada, a polícia teve que retirar os moradores de rua que nos últimos anos dormiam e consumiam drogas lá dentro	Segurança Pública
4	Presidente da Associação de Moradores de Ipanema, Maria Amélia Loureiro é outra que se queixa de moradores de rua na praça: "As pessoas que frequentam a Nossa Senhora da Paz estão com medo". A SMASDH afirma que vem intensificando o trabalho de abordagem aos moradores de rua, sempre com participação de assistentes sociais. (...) O órgão diz que hoje há 15 mil moradores de rua em toda a cidade, sendo que a maioria está no Centro. Nos finais de semana, porém, parte dessa população migra para a Zona Sul.	Segurança Pública Assistência Social
5	Durante uma abordagem da SMASDH à população de rua, o vereador Felipe Michel (PSDB) faz um vídeo e publica na internet. Fala com um deficiente físico, a quem promete uma cadeira de rodas e acolhimento num abrigo. A secretária da pasta avaliou que em vez de uma ação de fiscalização de um ato do Executivo, Michel cometeu uma interferência política. "A pasta que coordeno é extremamente técnica. A abordagem aos moradores de rua é um trabalho delicado e difícil. Não pode, de forma alguma, servir para qualquer interesse político".	Assistência Social
6	Criou-se no Rio o comércio de moradores de rua. Tudo começa quando meia dúzia deles se instala na frente de seu prédio. Logo, chega uma carta assinada por uma pessoa que se diz formada em gestão de segurança oferecendo seus serviços, ao custo de um salário mínimo por mês. Quando o prédio aceita, os moradores de rua somem e se instalam em frente a outro que ainda não participa do esquema. A criatividade brasileira não tem limite. Pena que nunca seja bem direcionada.	Segurança Pública
7	Outros dois problemas crônicos no local são a constante presença de moradores de rua e a falta de manutenção e limpeza do lago artificial. "As pessoas fazem fogueira na praça, fazem as necessidades fisiológicas no local e usam drogas indiscriminadamente. Uma coisa é ficarem aqui. Todo mundo tem direito de ir e vir, mas isso já é abuso". Em relação aos moradores de rua, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos disse que realiza ações diárias na praça, mas que os agentes não podem obrigar os moradores de rua a ir para abrigos.	Assistência Social Segurança Pública
8	Moradores de rua dividem uma calçada no Centro. O desemprego aumentou a legião de sem-teto, e o Rio tem hoje cerca de 15 mil pessoas vivendo nas ruas, de acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência Social
9	Cidade tem quase 15 mil moradores de rua e somente 2 mil vagas em abrigos. Entrevistas e Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	Assistência Social
10	Negros e pardos são maioria. Rever a família é um sonho comum, "mas só	Assistência

	se for de cabeça erguida". O Rio dos Sem-teto. Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	Social
11	Em vez de fazer um coquetel para convidados, a Virada Sustentável - festival de arte e cultura da sustentabilidade - vai promover um jantar para cem moradores de rua no Reffetorio Gastromotiva, na Lapa. A ideia dos idealizadores do evento é convidar um chef estrelado para comandar a cozinha.	Assistência Social

JUNHO (TOTAL = 29 / APLICÁVEIS = 19 / RJ = 14)		
1	A mãe o apresentou à rua; a rua o conduziu às drogas, e, de uma droga à outra, ele chegou ao crack. (...) A diferença é que, na capital paulista, o problema se concentra no Centro; aqui, as cracolândias se pulverizam, ocupam subúrbios e têm adentrado favelas. (...) Desde abril, ele está sob os cuidados da Central de Recepção Ademar Ferreira de Oliveira, espaço da prefeitura na Praça Onze conhecido como Central Carioca, onde são acolhidos adolescentes em situação de vulnerabilidade. (...) "É quase um instinto de sobrevivência", diz Aline Santana, psicóloga que o acompanha. (...) Na capital, os usuários são atendidos pelos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad), pelos Centros de Atenção Psicossociais Infantis (CAPSi) e por programas como o Consultório na Rua. Mas são ações que não tratam apenas da questão do crack. (...) Ano passado, logo após a Olimpíada, um projeto importante, o Proximidade (criado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e que atendida, especificamente, a população das cracolândias), deixou de existir. (...) Com os grandes eventos no Rio, como a Olimpíada, perdeu a visibilidade, até porque foi para outros locais menos à vista de todos.	Assistência Social Saúde Pública
2	A unidade, fechada desde o fim do ano passado por causa da crise financeira do estado, tem sido alvo de invasões e furtos (...) "São moradores de rua que invadem o prédio na calada da noite. No fim de semana, fiz uma limpeza na porta e coloquei cadeados nas grades. Não tem como esperar que as autoridades tomem uma atitude"	Segurança Pública
3	"A imagem que me traduziam das pessoas de rua eram de vagabundas envolvidas com droga. Mas hoje em dia, sentindo na pele, vivendo a realidade, vejo que não é a realidade da história. Cada um tem a sua". Criado em 2014 por um grupo de amigos que foi às ruas distribuir quentinhas a quem tinha fome, o programa rapidamente teve seu trabalho transformado ao perceber que, mais do que comida, as pessoas sem lar ansiavam por atenção. A partir de então, a proposta dos voluntários passou a ser de levar informação à população atendida, estreitando os laços entre os moradores dos bairros e os "vizinhos indesejados". Com isso, o grupo já levou para roda de conversas com a população de rua médicos que explicam a importância da higiene e de outros cuidados com a saúde, além de defensores públicos para sanar dúvidas sobre os direitos deles, entre outros profissionais e coletivos que	Assistência Social Saúde Pública

	desenvolvem trabalhos de conscientização.	
4	Em seguida, vão se apresentar corais formados por moradores de rua, assim como instrumentistas do show "Som da Cidade".	Lazer/Cultura
5	O local foi reordenado, os papelões usados por moradores de rua foram retirados e três usuários de drogas foram levados para averiguação na 35ª DP (Campo Grande).	Segurança Pública
6	O prédio estava em processo de doação pela família Brasil (...) O local também chegou a ser invadido por moradores de rua (...) Não havia mendigo lá dentro, era tudo trancado	Segurança Pública
7	O vice-presidente da Orla Rio, João Marcelo Barreto, chama a atenção para outros dois problemas: o excesso de camelôs na orla e o aumento da quantidade de moradores de rua (...) A orla tem usuários de crack, moradores de rua e assaltantes circulando o tempo todo. Isso está nos preocupando.	Segurança Pública
8	Recentemente, o imóvel [Igreja do Nosso Senhor do Bonfim] virou abrigo de moradores de rua. Soube que peças foram roubadas. Tentaram levar até o sino, que despencou.	Segurança Pública
9	Sexta-feira, oito da manhã. Acordados pelo sol mais forte; sete moradores de rua levantam do gramado da Praça Marechal Âncora, que faz parte da Orla Conde e é vizinha ao Porto Maravilha. (...) Os sinais de desordem na região preocupam. Eustáquio Pereira, dono do restaurante Albamar, conta que a população de rua cozinha, lava roupas, namorada e faz suas necessidades na Praça Marechal Âncora. (...) Segundo Pereira, há de quatro a cinco grupos de moradores de rua vivendo na praça. (...) "Nos últimos três anos, a população de rua do Rio triplicou. Não podemos levar alguém para um abrigo de forma compulsória. A equipes tentam convencer os cidadãos sem moradia a acompanhá-las por livre e espontânea vontade." - frisa a secretária Teresa Bergher.	Segurança Pública Assistência Social
10	"Só muda o bairro! É impressionante o aumento da população de rua do Jardim Botânico. Quando a prefeitura vai intervir?" "As ruas Nelson Mandela, São Clemente e Voluntários da Pátria, em Botafogo viraram abrigos de moradores de rua. Depois que acordam, buscam esmola e comida e, às vezes, furtam bancas de jornais e cordões do pescoço de senhoras. Entre eles, um homem negro, que arrebenta lixeiras e joga o lixo sobre quem passa. Há quem já fale em linchar o suposto portador de alguma deficiência: O serviço 1746 foi alertado, e a Guarda Municipal não têm amparo legal para colocar as pessoas num abrigo. Ou seja, o poder público não tem poder para manter a cidade em ordem!"	Segurança Pública
11	O Teatro Municipal não entrega os pontos e vai comemorar seus 108 anos (...) A programação terá a apresentação de um coral formado por moradores de rua.	Lazer/Cultura
12	"O samba não vai morrer. A cidade, sim, está morrendo com esse flagelo	Segurança

	dos moradores de rua. O problema parece ter piorado com o fim dos restaurantes populares. Percebe-se que a Secretaria de Ação Social não dá conta. Que se realize uma ação de recolhimento e tratamento desses flagelados, com a criação de tendas, já que não há abrigos suficientes. Cieps desativados poderiam ser usados. Algo tem que ser feito. O sacrifício é de todos. Que direcionem verbas excessivas e mal empregadas para a dignidade do Rio". / "Já foram diversos telefonemas para a prefeitura, e nada! A calçada em frente ao número 2.856 da Avenida Atlântica está afundando, e crescem os buracos sem pedras portuguesas. Um carro derrubou um poste. A light veio e recolheu. Isso há dois meses. Colocar outro? Nada! Não sei o que a prefeitura está fazendo pelo bem dos cariocas. Montes de sem-teto dormem pelas calçadas. E o prefeito?"	Pública Assistência Social
13	As bicicletas atuais não vão ser aposentadas. Uma das ideias, diz Luciana, é capacitar moradores de rua para que eles usem as bikes para fazer entregas. Segundo ela, o assunto já está sendo tratado com as prefeituras dos cinco municípios onde o projeto funciona: -Vamos doar essas bicicletas antigas e dar a elas um papel social, para que gerem renda.	Trabalho
14	Os moradores do Rio, antes de sair de casa, precisam se informar se está havendo tiroteio. Abandonados à própria sorte, os cariocas não têm a quem apelar. O prefeito nada fez, ainda, para tentar dar dignidade aos moradores de rua. A cidade vive um caos urbano. (...) Até quando ficaremos inertes diante de tantas calamidades?	Assistência Social Segurança Pública

JULHO (TOTAL = 24 / APLICÁVEIS = 15 / RJ = 11)		
1	É no âmbito da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos que estão os maiores desafios [da crise no Rio].O número de moradores de rua triplicou nos últimos três anos. Milhares de jovens que vivem em situação de risco buscam refúgio e proteção nos centros de assistência social espalhados pelos bairros, cujas estruturas estão defasadas para atender ao aumento da demanda.	Assistência Social
2	Já foram oferecidos cursos profissionalizantes a 60 mil jovens e acolhidos 10 mil nas casas [Casas do Menor]. Muitos ex-moradores de rua são hoje educados no programa.	Assistência Social Trabalho
3	Moradores de rua e camelôs em Copacabana. Assim como o frescobol, o vôlei de praia e os vendedores de mate são parte integrante do cenário inconfundível, a mazela social, exposta na triste imagem dos sem-teto que dormem nas ruas ou sob os coqueiros, se destaca na orla.	Segurança Pública
4	Outrora local aprazível e orgulho do tijucano, a Praça Saens Peña completa 258 anos. Hoje, desgosto, tomada por moradores de rua que usam o lago para se banhar e lavar roupas. Número de usuários de drogas aumenta,	Segurança Pública

	futura cracolândia; pivetes agem livremente; jardim parecendo matagal; desordem urbana com camelôs. Total descaso das autoridades competentes (?).	
5	Entre as ruínas do Valongo era possível observar dezenas de garrafas de vidro quebradas e muito lixo, até na área cercada. Havia ainda um vazamento de água, e cabos de aço que cercam a área restrita ao público estavam quebrados. Outro desafio para quem visitava o local era o cheiro de urina no entorno, ocupado por moradores de rua.	Segurança Pública
6	Usuário de crack e moradores de rua costumam ser vistos com frequência dentro do Cais do Valongo	Segurança Pública
7	Sem emprego, servidores sem salário e moradores de rua fazem no Restaurante Popular a única refeição do dia.	Assistência Social
8	O poder da associação [de segurança] é simbolizado por uma portaria instalada embaixo do Novo Elevado do Joá. A guarita foi realocada, com autorização da prefeitura, no fim do ano passado, e um grande muro ocupou o espaço onde antes era comum ver população de rua. - Antes, os moradores de rua ficavam ali e brigavam. Também havia problema com uso de drogas. Agora ficou melhor - afirma Mônica.	Segurança Pública
9	[Por causa da crise do estado] o aposentado decidiu deixar, em abril, o apartamento no Engenho de Dentro, na Zona Norte, e passou a dormir em uma calçada numa rua da região da Central do Brasil (...) O número de moradores de rua na cidade do Rio, segundo a prefeitura, cresceu de três mil, em 2013, para 15 mil em 2017.	Assistência Social Habitação
10	Desde o anúncio da possível fusão da Kroton com a Estácio de Sá, em dezembro passado, a universidade abandonou o espaço que ocupava no Parque das Rosas, na Barra. Assim, a cada dia, mais moradores de rua se espalham pelo prédio. Assistimos à degradação do espaço e ao nascimento de mais uma favela, sendo que aí não há a necessidade de construir nada, basta ocupar, uma vez que não há lei nem autoridade que os impeça. Quem é o dono? Quando quiserem retomar o espaço será tarde demais.	Segurança Pública
11	Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, o número de pessoas que vivem nas ruas triplicou nos últimos quatro anos: passou de 5.500 pessoas, em 2013, para cerca de 15 mil, em 2017.	Assistência Social

AGOSTO (TOTAL = 35 / APLICÁVEIS = 27 / RJ = 16)

1	Elas contam uma parte da história da escravidão no Brasil e deveriam ser preservadas, mas tem gente pisando, sentando e até fumando em cima das pedras do Cais do Valongo, na Zona Portuária. (...) Segundo comerciantes e moradores da área, são comuns casos de pessoas que invadem o espaço para fazer selfies. À noite, moradores de rua estendem seus cobertores	Segurança Pública
---	---	-------------------

	sobre as pedras.	
2	A prefeitura fará hoje vistoria no prédio do cinema Roxy, em Copacabana, onde um chuveirinho foi instalado na marquise. O sistema seria para afastar moradores de rua da calçada.	Segurança Pública
3	Uma espécie de "chuveirinho" instalado na marquise do edifício do cinema Roxy, em Copacabana, causou polêmica neste fim de semana. O síndico afirma que o dispositivo servirá a um canteiro de plantas, mas de acordo com alguns moradores, o equipamento foi instalado para afastar o tumulto causos por pessoas em situação de rua que se abrigam debaixo do prédio de número 45 da Rua Bolívar. (...) Enquanto exibia a calçada toda molhada, Horário (Presidente da Sociedade Amigos de Copacabana) criticou a falta de ação da prefeitura para a retirada de moradores de rua. Ao Globo, ele disse não concordar com a instalação da engenhoca, mas que entende o motivo 'É a solução que o cidadão encontra quando o poder público não resolve o problema. Muitas pessoas ficam receosas de passar na calçada, não sabem se vão lhe pedir esmola ou ser assaltados'.	Segurança Pública
4	Um dos mais evidentes problemas sociais do Rio está nas calçadas, coberto por trapos e pedaços de papelão, à vista de qualquer um. Mas nem todos querem ver, muito menos de perto. Até mesmo as autoridades têm fechado os olhos. Assim como o Edifício Roxy, em Copacabana, que instalou uma espécie de chuveirinho na marquise, outros prédios têm adotado estratégias para afastar moradores de rua. Arame farpado, tapumes, grades, creolina, ameaças e agressões são alguns dos "métodos" usados por comerciantes e condôminos para evitar que adultos, jovens e crianças durmam em suas portas. Enquanto a população de rua cresce - são 14.279 em toda cidade -, a prefeitura ainda estuda o que fazer para superar esse desafio. (...) O síndico diz que seria para molhar um jardim, que ainda será feito. Ele não quis informar se vai retirar a tubulação: 'Enquanto o jardim não chega, a gente vai usar para lavar a calçada, até porque os moradores de rua quando saem daqui deixam lixo, fezes e urina. O mau cheiro incomoda. Não instalamos isso para atingir as pessoas, até porque a água quando cai escorre pelo canto e corre pela calçada'. O uso do chuveirinho provocou reações diferentes. Moradores da região dizem que foi a melhor solução encontrada pelo síndico e pelos condôminos do edifício. Além de ocupar as calçadas, as pessoas que vivem sob a marquise usam drogas, fazem sexo explícito, ameaçam as pessoas com pedras e deixam fezes e urina. (...) Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Marcelo Chalhóo condenou a forma adotada pelo condomínio, que classificou como absurda e discriminatória: 'É uma atitude higienista. Além de ser absurda e discriminatória, não é a solução para o problema social gravíssimo que atinge o Rio. Muito melhor seria testar um tipo de assistência social. Seria mais humano e decente. É preciso buscar alternativa, e fazer pressão sobre o poder público'	Segurança Pública Assistência Social
5	Entendo que pode parecer desumana a instalação de chuveiros na marquise, mas ter acampados em sua portaria mendigos, desocupados e viciados não é agradável e pode ser perigoso. Já que a prefeitura não	Segurança Pública

	<p>resolve o problema, o condomínio agiu, sem fazer mal a ninguém. Se alguém discorda, que leve esta população para suas portarias. / Ao contrário da secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Teresa Bergher, condenado com toda pertinência a instalação de chuveiro em marquise do Edifício Roxy, na Rua Bolívar 25, para "enxotar" os moradores de rua, o advogado Horácio Magalhães, há muitos anos presidente da Sociedade Amigos de Copacabana, tenta justificar uma medida tão antissocial do síndico e de condôminos de um edifício residencial.</p>	Assistência Social
6	<p>Não é tão nova assim a polêmica iniciativa de alguns prédios da Zona Sul de instalar chuveirinhos para expulsar moradores de rua, como fez o edifício do Roxy, em Copacabana. Em agosto de 2005, a coluna noticiou: "O Palacete São Gabriel, na Visconde de Pirajá, inovou na forma de expulsar os moradores de rua que dormem em sua porta. Instalou um cano, todo furadinho, sob a marquise. Lembra, visualmente, os canos que despejavam gás nos campos de concentração. Só que deste, no meio da noite, jorra água gelada. Em cima dos mendigos".</p>	Segurança Pública
7	<p>Um mês depois de ter sido eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, o Cais do Valongo tem hoje pouco a comemorar. (...) Moradores de rua, durante a madrugada, usam a área histórica como varal: estendem roupas para secar sobre as pedras. "O tempo passou e aquele lugar, onde sempre ficou concentrada toda sorte de marginalizados pela sociedade, continuou estigmatizado. (...) O pouco que o poder público investiu naquela área de nada adiantou, e o estigma se manteve ao longo de dois séculos" - analisa a pesquisadora (Tania Andrade Lima), que diz ter sido frequente a presença de usuários de crack no local. (...) "Aos domingos vira uma festa. Mas já recebi denúncias de que moradores de rua estão tirando as pedras e conchas do cais e vendendo como souvenir. (...) A culpa não é do morador de rua, que não entende. Ele está vendendo pela omissão do poder público" - diz o antropólogo Milton Guran.</p>	Segurança Pública
8	<p>A instalação do chuveirinho no prédio do Roxy é aplaudida pela maioria dos moradores, que não aguenta mais a prefeitura não tratar dos moradores de rua. Chamam a atenção, também, as manifestações contrárias à instalação, como a do presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, que criticou durante a atitude do prédio, mas em nenhum momento disse o que o órgão que ele representa faz em benefício dessas pessoas, além de defender que fiquem na rua. / O processo dos chuveirinhos é usado em muitas cidades dos EUA. Pergunto: quem deveria cuidar destes moradores? Não seria o governo, que recebe nossos impostos? Censura-se quem fez isso, mas deveria dar-lhe apoio. Morador que trabalha e paga IPTU caro é obrigado a tolerar moradores que nada fazem? Ah, é pobre? E não temos o governo para cuidar disso? O que podemos fazer é instalar chuveirinhos e outros artifícios para estas pessoas irem dormir na porta da casa de Pezão, Crivella ou na dos que os defendem. Na casa dos outros não vale.</p>	Segurança Pública
9	<p>Não foi só o Edifício Roxy, em Copacabana, que instalou uma espécie de</p>	Segurança

	"chuveirinho" na marquise para afastar moradores de rua. Um prédio no largo do Machado adotou a mesma medida e, há cerca de um ano, usa um cano cheio de furos preso ao teto para jogar água na entrada do imóvel. (...) Um funcionário do edifício residencial, que fica no número 8, confirmou a instalação do cano, mas disse que nunca viu o equipamento ligado. No entanto, moradores de rua que vivem na região dizem que ele funciona e jorra água fria durante a madrugada. (...) Um outro morador de rua, que não quis se identificar, disse que o chuveirinho também é ligado durante o dia (...) Um morador do Largo do Machado, que sempre passa em frente ao prédio, disse que já viu o equipamento ligado: 'É um absurdo. Ligam quando tem gente sob a marquise'.	Pública
10	Sujeira, proliferação de pombos, poças acumuladas, população de rua. Chafarizes, fontes e ornamentos de valor arquitetônico em praças da Grande Tijuca estão abandonados. Uma das situações preocupantes é a do lago artificial da Praça Saens Peña. Mesmo com as bombas desligadas, ainda cai muita água no local, devido a um registro antigo, descoberto pela população de rua da praça, que o utiliza para tomar banho e limpar roupas. (...) 'A praça está abandonada, como há muito tempo não se via' - critica o aposentado Luiz Augusto Santos.	Segurança Pública
11	Li que a prefeitura vai aumentar em 4.300 as novas licenças de camelôs na cidade. Realmente, gostaria de entender: sabemos de onde vem a maior parte dessas mercadorias e sabemos também que os camelôs não pagam os altos impostos pagos pelo comércio formal. A meu ver, isso implicará mais lojas fechadas e, na porta delas, mais dormitórios para os moradores de rua. Quero meu Rio Cidade Maravilhosa de volta! Aonde esse prefeito quer chegar?	Segurança Pública
12	O projeto serve comida com dignidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Mariana (Weickert) já foi voluntária e serviu pratos a moradores de rua num dos jantares do Refettorio, que formou sua primeira turma piloto: seis alunos terminaram a noite do aniversário graduados e aptos a conquistarem seu espaço na gastronomia social.	Assistência Social Trabalho
13	Copacabana foi invadida por moradores de rua. A situação chegou a tal ponto que um grupo cobriu uma árvore na Avenida Atlântica e fez sua moradia. Quando ligamos para o 1746, alegam que não podem remover o morador à força. Somente se ele desejar sair. Absurdo! E se esse morador estivesse na porta da casa do prefeito, seria removido?	Segurança Pública
14	A Guarda Municipal está se importando muito com religião e pouco com o próprio trabalho. Em vez de organizar suas equipes, eles ficam fazendo censo. Enquanto isso, o Calçadão de Bangu fica largado às moscas. Ou melhor, aos camelôs, que vendem produtos falsificados. Fora os moradores de rua que já se instalaram por lá.	Segurança Pública
15	Bira explica que a divulgação das fotos funcionaria como uma via de mão dupla: famílias que buscam parentes desaparecidos poderiam procurar a secretaria pedindo a publicação das imagens; e o próprio órgão estaria apto a usar o expediente para tornar públicas fotos de	Assistência Social

	moradores de rua ou abrigados e facilitar o reencontro com parentes.	
16	O trabalho da professora Luna Magalhães é como lapidar pedras brutas. Ela é voluntária da Associação Solidários Amigos da Betânia, casa fundada pelas Irmã Maria Elci Zerma em Jacarepaguá para acolher e promover a recuperação de homens em situação de rua e dependência química, e dá aulas de poesia para cerca de 50 deles todas as sextas, há um ano e meio.	Assistência Social Lazer/Cultura

SETEMBRO (TOTAL = 16 / APLICÁVEIS = 07 / RJ = 05)

1	Que caridade é esta que impede que sejam retirados à revelia os moradores de rua das frentes de nossas casas? A quem fingem proteger? Protegem a sujeira e a indignidade? As doenças e as necessidades fisiológicas nas calçadas? As relações sexuais à vista de qualquer pessoa que esteja transitando? A sujeira da cidade está na inércia dos órgãos (in)competentes.	Segurança Pública
2	Projeto voluntário ensina prática de meditação a moradores de rua em aulas ao ar livre que incentivam o autoconhecimento e a autoestima.	Lazer/Cultura
3	A Praça Tiradentes tem um grande potencial, mas, infelizmente, vivemos um período de ausência de ordem pública que, combinada com a crise, tem agravado o problema. Na praça, há muitos camelôs e moradores de rua e já aconteceu vandalismo.	Segurança Pública
4	O jardineiro Fernando Coelho, de 57 anos, também está receoso de que a retirada do gradil [da ciclovia Tim Maia] facilite a ação de assaltantes. Ele diz que moradores de rua costumam pernoitar na mata próxima: - Já vi gente dormindo na mata. O risco de assalto existe.	Segurança Pública
5	O Ministério da Saúde enviou um ofício à prefeitura do Rio cobrando a devolução de R\$ 94 milhões que deveriam ter sido gastos no atendimento a pacientes dependentes do crack e de outras drogas. O município deixou de receber novos repasses diante da falta de prestação de contas sobre o que foi feito com o dinheiro.	Saúde Pública

OUTUBRO (TOTAL = 28 / APLICÁVEIS = 17 / RJ = 14)

1	Famosos pela beleza de suas praias e por seus restaurantes Ipanema e Leblon estão ficando desertos à noite. A insegurança tem crescido nos dois bairros ainda mais com a manutenção precária da iluminação pública, a falta de poda de árvores e o aumento da população de rua - famílias inteiras passam a morar e praças e sob marquises de prédios.	Segurança Pública
2	Uma das maiores obscenidades do Brasil é contra suas crianças, pobres, em	Assistência

	situação de vulnerabilidade social. Nas grandes cidades, como no Rio de Janeiro, o número de crianças e adolescentes que moram nas ruas, expostas à própria sorte, persiste. Viver em situação de rua cria um círculo de exposição a assédios que abala a dignidade humana e seduz para práticas de delitos. Não é comum assistirmos a virulentas manifestações contra essa situação e, agravando a situação, presenciamos um desmonte de políticas públicas de direitos para essas crianças.	Social
3	O Arpoador está abandonado. O Parque Garota de Ipanema foi invadido por moradores de rua e marginais que ameaçam pedestres de dia e à noite. Os roubos são frequentes. A parte mais alta do parque virou esconderijo. Não é absurdo considerar que a área turística pode estar se transformando em mais uma comunidade ligada ao tráfico. O cenário é de horror e o socorro deve ser medida de urgência.	Segurança Pública
4	Canais da Zona Sul são tomados por moradores de rua	Segurança Pública
5	Acostumados a ver sem-teto nas calçadas e praças, moradores e comerciantes do Leblon e do Jardim Botânico agora se surpreendem com a ocupação de um novo espaço: os canais que cruzam os bairros. Diariamente, grupos consomem drogas, lavam roupas, tomam banho e até dormem nesses locais, em trechos onde o leito está quase seco. Além disso, há relatos de assaltos perto das margens dos pequenos rios. De acordo com testemunhas, alguns desabrigados são os responsáveis pelos assaltos.	Segurança Pública
6	Quem quiser comemorar hoje o Dia das Crianças levando os pequenos para passear nos parquinhos de praças da Zona Sul deve repensar a programação. A experiência pode não ser das mais agradáveis: há desde brinquedos quebrados até áreas imundas. Na tarde de ontem, na General Osório, em Ipanema, por exemplo, o cheiro de urina entre o escorrega e a gangorra estava forte. E era preciso tomar cuidado para não esbarrar em fezes de moradores de rua que invadiram o espaço.	Segurança Pública
7	A tuberculose avança no Rio no rastro de problemas sociais, como moradias precárias, falta de saneamento e de saúde de qualidade (...) Os moradores de rua estão entre a população de risco.	Saúde Pública
8	A Cruz Vermelha Brasileira lançará uma campanha inédita em sua história. O órgão vai incentivar transgêneros a doar roupas que foram usadas antes da transição para o outro sexo. "Transição de roupas - Elas merecem sair do armário", tem como objetivo repassar as peças doadas a refugiados, instituições de acolhimento aos trans e moradores de rua (população que só no ano passado aumentou 30% no Centro do Rio).	Assistência Social
9	Quem passa pelo casarão centenário do número 990 da Rua Goiás, em Quintino, subúrbio do Rio, não sabe que ele pertenceu a um político ilustre: Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva. Abolicionista, trabalhou pela proclamação da República e foi ministro do primeiro governo após a Monarquia. No casarão da foto, morou de 1892 até a sua morte, em 1912.	Segurança Pública Habitação

	Hoje, as árvores do terreno escondem o imóvel de dois andares, descaracterizado e ocupado por moradores de rua.	
10	Quem mora próximo à Praça Marinha do Brasil, antiga Praça Almirante Tamandaré, no Flamengo, acabou se acostumando com o cenário de sujeira e abandono do espaço público, situado entre as ruas Marquês de Abrantes e Senador Vergueiro. Ali, moradores de rua se alimentam e fazem suas necessidades, deixando um rastro de sujeira e depredação.	Segurança Pública
11	Carlos Magno Ribeiro Cabral, novo titular da Superintendência Regional da Barra, Recreio e Vargens: Vamos tratar os moradores de rua de acordo com o momento deles. Porque há pessoas que simplesmente trabalham aqui, mas moram muito longe. Ele é morador de rua porque, se usar o dinheiro na passagem para ir de casa até o trabalho, não tem para comer. E eu não vou resolver o problema do usuário de drogas com polícia, mas sim com uma solução social eficiente, com ajuda de órgãos como as secretarias municipais de Assistência Social e Direitos Humanos ou a de Trabalho e Empregos. Já demandamos que haja um mapeamento de cada caso.	Assistência Social
12	O Posto 12 [Barra] estava diferente no feriado. Moradores de rua e suas instalações, que habitualmente ocupam o gramado, provocando aumento da sensação de insegurança, não estavam lá.	Segurança Pública
13	Frequentadores dizem que a área (Praça Tim Maia) está abandonada. Segundo relatos, a presença da Guarda Municipal na orla tem sido quase nula, e a praça tem ganhado mais moradores de rua a cada dia. Além deles, há usuários de drogas e ladrões à espreita. Quando a equipe do Globo esteve no local, há três semanas, encontrou moradores de rua circulando e seus pertences aglomerados em diferentes pontos. (...) O aposentado Cesar Ferreira conta que o problema na Tim Maia se agrava nos fins de semana, quando a praia fica lotada e moradores de rua migram temporariamente, fugindo de fiscalização. Segundo ele, a falta de policiamento abre espaço inclusive para o uso de drogas ali e nas ruas próximas.	Segurança Pública
14	A prefeitura recentemente retirou alguns moradores de rua que estavam assaltando pedestres no local, mas não limpou a sujeira que eles fizeram.	Segurança Pública

NOVEMBRO (TOTAL = 38 / APLICÁVEIS = 27 / RJ = 23)		
1	Quem passa pela orla do Recreio tem observado (...) Lídia Gama, que costuma passear pelo local, afirma que já viu não só moradores de rua, mas também banhistas acampando sobre a vegetação. (...) A Subsecretaria de Meio Ambiente informa que as cercas têm manutenção constante, mas sofrem com vandalismo.	Segurança Pública
2	Tapumes de madeira agora protegem quem passa pela Ciclovía Tim Maia (...) Mais uma parte do guarda-corpo nesse ponto da ciclovía foi furtado (...) O local dá para uma área de mata com trilha mais abaixo da pista, e que,	Segurança Pública

	sem a grade de alumínio, representa um risco aos ciclistas. Tapumes de madeira também cercam o trecho, que, segundo os usuários da ciclovia, é utilizado por pescadores e por moradores de rua. Ciclistas contam que o medo de assalto ali é grande.	
3	Na Lapa, bolsas de moradores de rua marcam lugar na fila para abrigo. Tomadas por camelôs durante o dia, ruas do Centro viram dormitório à noite.	Segurança Pública Assistência Social
4	No Largo de São Francisco, moradores de rua que montam acampamento junto ao gradil do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ - tombado pelo Iphan e pelo Inepac - ainda dormem. Às 9h, apenas Thiago Gomes, de 27 anos, está de pé. Criticando o grupo, que diz ser agressivo, ele passou as últimas três semanas no local. (...) Ainda pela manhã, dezenas de mochilas e caixas enfileiradas chamam a atenção de quem cruza a praça dos Arcos da Lapa, fotografados pelos primeiros turistas do dia. São pertences de gente que passou a noite no único hotel da prefeitura em funcionamento na região. O estabelecimento tem 55 vagas rotativas para homens. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município diz que um outro, com capacidade para 200 hóspedes, será inaugurado na Central.	Segurança Pública Assistência Social
5	Além de camelôs, moradores de rua tomam conta de calçadas e praças do Centro. A tarde começa sonolenta para boa parte deles: por volta do meio-dia, é difícil achar lugar em um banco na Cinelândia para observar os prédios do Teatro Municipal, da Câmara e da Biblioteca Nacional. O tempo avança e o fluxo de pessoas indo ou voltando do almoço não perturba um grupo de jovens que divide os assentos e também alguns colchões. (...) Na Praça Mahatma Gandhi o clima é outro. Ali, há quatro acampamentos, e ninguém dorme. Adultos e adolescentes consomem drogas, conversam e brigam entre si, mas todos param o que estão fazendo quando dois homens usando óculos escuros e roupas sociais com crachás de uma empresa da região são vistos. Um leva uma bolsa cuja alça está transpassada no peito; o outro bebe um refrigerante. Eles, no entanto, percebem que são observados e dão meia volta, apressadamente.	Segurança Pública
6	Pouco após às 21h, quem marcou seu lugar na fila de mochilas formada na praça dos Arcos da Lapa segue para o hotel da prefeitura. (...) A noite e a madrugada na região do Centro são marcadas por um aumento da violência e da população de rua. De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social, um terço dos desabrigados de toda a cidade - cerca de 3.300 pessoas - dorme ali. Não é preciso circular muito para se deparar com aglomerações debaixo de marquises. Na Avenida Almirante Barroso, o número de pessoas que pernoitam ao relento é tão grande que as calçadas mais parecem dormitórios. (...) Vários carros da PM circulam das 2h às 4h pela região. Alguns passam por jovens que consomem drogas a poucos metros da Igreja da Candelária, mas nenhum para. Na Rua Senador Pompeu, onde fica uma das 12 cracolândias mapeadas pela prefeitura no Centro, a situação se repete. A aproximação de uma viatura não intimida ninguém.	Segurança Pública Assistência Social

7	Centro do Rio sofre com moradores de rua, irregularidades e consumo de drogas nas calçadas e praças, a qualquer hora do dia.	Segurança Pública
8	O verão está chegando, e vai ser horrível para os banhistas frequentar a praia com aquele tapume. Ele é uma barreira e um lugar para marginais e moradores de rua se esconderem. Dá uma tremenda sensação de descaso e abandono ver que os quiosques não foram instalados.	Segurança Pública
9	Estudante de medicina e lutador são acusados de matar a tiro moradora de rua de Copacabana	Segurança Pública
10	Excêntrica, a moradora de rua Fernanda Rodrigues dos Santos perambulava pela Nossa Senhora de Copacabana há quatro anos, arrastando sacolas coloridas e panelas. No dia 18 de outubro, Fernanda foi morta aos 40 anos, com um tiro no peito enquanto dormia, na esquina da Rua Duvivier.	Segurança Pública
11	O Catumbi tem vivenciado outro grande problema: o crescimento do número de moradores em situação de rua pela região. São três os trechos do bairro onde há grande aglomeração de moradores de rua e, conseqüentemente, acúmulo de entulho, móveis e barracas montadas. (...) "Primeiramente, é muito triste ver essas cenas. Gente tendo que morar nas ruas e sem perspectiva de melhora. O problema tem crescido, principalmente nos últimos três meses, em decorrência da crise social. Essas pessoas precisam de assistência. São muitas crianças nesses "acampamentos", o que parte o coração de qualquer um mais atento. O prefeito não disse que ia cuidar das pessoas? Só que é realmente difícil ver qualquer equipe da prefeitura atuando pelas redondezas" - queixa-se um morador que preferiu não se identificar. Ele cita outros problemas que surgem em sequência: "O número de pedintes cresceu muito, atrapalhando o comércio, afugentando clientes e dando à população a sensação de insegurança. Eles também usam drogas e fazem necessidades fisiológicas e relações sexuais à luz do dia. É muito complicado! Sem falar na passagem subterrânea, que fica intransitável. Além da iluminação precária, está cheio de gente e entulho no local, com móveis e aparelhos eletrônicos". (...) A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos informou que são feitas abordagens regulares na região.	Segurança Pública Assistência Social
12	A Divisão de Homicídios da Polícia Civil suspeita que os assassinos da moradora de rua Fernanda Rodrigues dos Santos, de 40 anos, em Copacabana, tenham ligação com grupo de justiceiros que atuam na Zona Sul.	Segurança Pública
13	Quem vive no bairro se lembra com carinho de Fernanda e lamenta seu assassinato. (...) Para que Fernanda não fosse enterrada como indigente, um grupo de voluntários que dá apoio a pessoas em situação de risco foi à prefeitura pedir ajuda. A Secretaria de Desenvolvimento Social viabilizou a documentação necessária para um enterro digno, no Cemitério do Caju.	Segurança Pública Assistência Social
14	Um irmão de Fernanda dos Santos, a moradora de rua morta em Copacabana, conta que ela teve infância pobre em Goiânia e saiu de casa aos 12 anos sem dizer para onde ia. Em 2005, ao visitar a família, parecia estar	Segurança Pública

	bem de saúde e financeiramente.	
15	Willian, irmão de Fernanda, disse que há muito tempo não tinha notícias da irmã. "Levei um susto hoje de manhã. Vi a história no site do Globo e fiquei chocado com o que aconteceu. Fernanda foi vítima de um ato de extrema intolerância". (...) "Ficar sem contato com Fernanda por tanto tempo não era uma coisa incomum. A família da gente sempre foi desestruturada, muito por causa dos problemas da minha mãe com a bebida. Achava que Fernanda estava vivendo bem no Rio. Não podia imaginar que ela morava nas ruas". (...) A preocupação de Willian é ver os responsáveis pelo assassinato de Fernanda serem punidos. Contou que pretende vir ao Rio para visitar o Cemitério do Caju, onde a irmã foi enterrada numa cova rasa. Ele também quer acompanhar a conclusão do inquérito sobre o caso, que está sob a responsabilidade da Divisão de Homicídios da Polícia Civil.	Segurança Pública
16	De acordo com relatos recebidos pela Defensoria Pública e encaminhados ao Ministério Público estadual, um homem em um carro de cor preta estaria obrigando pessoas a entrarem no veículo. Segundo as denúncias, pelo menos duas pessoas que costumavam dormir na Avenida Almirante Barroso, no Centro, teriam desaparecido após cruzarem com o suspeito. O MP confirmou que apura o crime e informou que pediu à Polícia Militar que colabore na identificação do suposto criminoso. Por causa da violência, moradores de rua estão em pânico. Muitos trocaram o local onde costumavam dormir e estão optando por áreas onde há câmeras de monitoramento.	Segurança Pública
17	Os calçadões do Leme, dos dois lados, estão destruídos. Caminho e fico sempre de olho para não cair. Se não bastasse, na terça-feira, um morador de rua fez um fogão à lenha perto de uma árvore, com risco de incêndio, em frente ao Posto 1. Ao ligar para o 1746, da prefeitura, fui orientada a ligar para o 193. Um absurdo! Conclusão: o mesmo ficou com a fogueira acesa até às 20h e ninguém o abordou. Realmente, a cidade está largada. Se há problemas na Zona Sul, onde chamam mais a atenção, imagine no resto da cidade.	Segurança Pública
18	Solicito reportagem sobre o Largo da Segunda Feira. Moradores de rua estão ocupando os bancos embaixo das palmeiras com seus pertences e muita sujeira. Eles dormiam na porta do Itaú. Em meados de outubro, o banco instalou grades. Por favor, ajudem a encontrar uma solução.	Segurança Pública
19	Irmão de moradora de rua assassinada em Copacabana descobre que ela tinha cicatriz de cesariana e nutre a esperança de achar parentes. William juntou as economias e, com uma cópia da certidão de nascimento da irmã, veio em busca de outro documento: o de óbito. Moradora de rua, ela foi assassinada no dia 18 de outubro com um tiro no peito enquanto dormia na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a Rua Duvivier.	Segurança Pública
20	Projetos levam cuidados médicos a uma grande população desassistida no país. Maior desafio agora é encontrar uma maneira de fornecer mais serviços de saúde mental aos moradores de rua	Saúde Pública

21	Depois de ser usado para obras do metrô, o parque entre Ipanema e Leblon é abandonado. Em vez de lazer para as crianças e adultos, o lugar foi tomado por moradores de rua que ergueram barracos dentro e no entorno dos jardins descuidados. Moradores de rua ocupam um trecho do Jardim de Alah e estendem roupas em varal improvisado.	Segurança Pública
22	Agência do Itaú instala grades com a função de coibir vandalismo em local que concentrava moradores de rua. (...) Um grupo grande de moradores em situação de rua que passava a noite sob a marquise do edifício onde fica o banco agora se transferiu para o próprio Largo da Segunda-Feira	Segurança Pública
23	Após reportagem publicada ontem pelo Globo, denunciando o abandono do Jardim de Alah (...) foram derrubados dois barracos de madeira na Praça Grécia, construídos por moradores de rua, que invadiram o espaço. (...) Os moradores de rua foram abordados por agentes da Secretaria de Assistência Social de forma que pudessem ser levados para abrigos do município.	Segurança Pública Assistência Social

DEZEMBRO (TOTAL = 38 / APLICÁVEIS = 20 / RJ = 12)

1	Há quase um mês a frente do prédio está toda cercada por cavaletes, fitas de isolamento e o aviso "Área interdita". Mas nenhum operário é visto. Segundo funcionários do prédio, a ordem partiu do condomínio para afugentar moradores de rua que ficam por ali. Em agosto, com a mesma intenção, um prédio em Copacabana causou polêmica ao instalar torneiras que, da marquise, jogavam água na calçada.	Segurança Pública
2	A parte de baixo da ponte provisória construída no Jardim de Alah é frequentada por moradores de rua e usuários de drogas. A ponte deveria ser removida, pois o local é um bem tombado, e ela está sem gradil, promovendo um fluxo de veículos inadequado às ruas internas de Ipanema. Autoridades têm que devolver o Jardim de Alah como era antes das obras do metrô.	Segurança Pública
3	As calçadas do Centro do Rio viraram mega dormitórios noturnos de moradores de rua, o que tem ajudado a expulsar empresas dali.	Segurança Pública
4	Os moradores não têm nem mais o direito de caminhar ou passear na praça. A pérgula existente que servia para jogos de idosos está ocupada por moradores de rua. Quanto ao lago, está seco e serve de criadouro de mosquitos quando chove. Das praças na Grande Tijuca (Saes Peña, Xavier de Brito, Afonso Pena e Vanhargen), a Saes Peña é a mais abandonada pelo poder público, sem dúvidas.	Segurança Pública
5	Barraco na Praia de Ipanema é um dos sinais de desordem e falta de conservação que se multiplicam na orla do Rio às vésperas do verão. Infrações resistem às mudanças de estação.	Segurança Pública
6	Às vésperas do verão, orla vira moradia de sem-teto, o que gera conflitos e aumenta a sujeira. Banhistas fazem selfies no calçadão de Copacabana	Segurança Pública

	tomado por lixo e objetos levados para a areia por moradores de rua.	
7	Em tempos de tanto ódio, os servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio serviram, terça, uma ceia de Natal para cerca de 100 pessoas que, todas as noites, dormem na calçada do prédio da instituição, na Av Marechal Câmara, no Centro. E também inauguraram a Biblioteca Becos e Vuelas, uma estante com uns 300 livros que será colocada diariamente na calçada, às 17h, para que os moradores de rua escolham à vontade.	Assistência Social
8	Nós, moradores da Saens Peña, Tijuca, estamos convidando o prefeito Crivella para, quando regressar de mais uma viagem do exterior, visitar nossa outrora aprazível praça, a fim de constatar o caos em que se transformou o local. Os camelôs tomam as calçadas, o chafariz está sem água e serve de dormitório e banheiro para moradores de rua.	Segurança Pública
9	Cabana montada por moradora de rua na Praia de Ipanema, que depois foi derrubada por barraqueiro: apenas mais uma das cenas de abandono da orla, na entrada do verão.	Segurança Pública
10	Grupos, formados principalmente por fiéis de igrejas evangélicas, foram para as ruas levar refeições e roupas para os sem-teto que lotam as calçadas do Centro da cidade	Assistência Social
11	No Aterro do Flamengo, bem tombado da cidade do Rio de Janeiro, um grupo de mendigos, incluindo seus cachorros, instalou-se em "acampamento", entre as ruas Tucumã e Paissandu, junto à quadra de tênis, sem que a Guarda Municipal e o Aterro Presente tomem qualquer providência. Na Praia do Flamengo, paga-se um dos IPTUs mais caros da cidade, com direito a uma vista de cartão-postal, porém, emoldurada por uma favela de moradores de rua.	Segurança Pública
12	Os lambe-lambes e os artistas de rua se foram, mas as prostitutas continuam fazendo ponto na praça, que, mal iluminada, atrai também moradores de ruas, assaltantes e usuários de drogas.	Segurança Pública